



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

*Tatiane Gonzalez Leite da Silva*

**Ciência e ideologia:  
revisitando Populações Meridionais do Brasil–I de  
Oliveira Vianna**

Campinas, SP

2012





**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

*Tatiane Gonzalez Leite da Silva*

**Ciência e ideologia:  
revisitando Populações Meridionais do Brasil–I de  
Oliveira Vianna**

**Orientadora: Profa. Dra. Elide Rugai Bastos**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Tatiane Gonzales Leite da Silva, e orientada pela Profa. Dra. Elide Rugai Bastos

---

Orientadora

Campinas, SP

2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR  
SANDRA APARECIDA PEREIRA-CRB8/7432 - BIBLIOTECA DO IFCH  
UNICAMP

Si38c Silva, Tatiane Gonzalez Leite da, 1983-  
Ciência e ideologia: revisitando "Populações Meridionais do Brasil - I",  
de Oliveira Vianna / Tatiane Gonzalez Leite da Silva. -- Campinas,  
SP: [s.n.], 2012.

Orientador: Elide Rugai Bastos  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Vianna, Oliveira, 1883-1951. 2. Características nacionais  
brasileiras. 3. Ciências sociais - Brasil. 4. Brasil - População. I. Bastos,  
Elide Rugai, 1937-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em Inglês:** Science and ideology: revisiting Oliveira Viana's "Meridional  
Populations of Brazil - I"

**Palavras-chave em inglês:**

National characteristics, Brazilian

Social sciences - Brazil

Brazil - Population

**Área de concentração:** Sociologia

**Titulação:** Mestra em Sociologia

**Banca examinadora:**

Elide Rugai Bastos [Orientador]

Fernando Antonio Lourenço

Maria Fernanda Lombardi Fernandes

**Data da defesa:** 05/12/2012

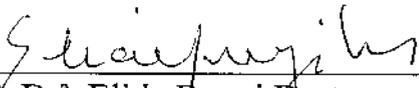
**Programa de Pós-Graduação:** Sociologia

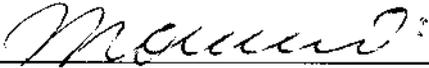
**Tatiane Gonzales Leite da Silva**

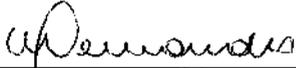
**Ciência e ideologia:  
revisitando Populações Meridionais do Brasil–I de Oliveira Vianna**

Este exemplar corresponde à redação final da  
Dissertação de Mestrado em Sociologia defendida e  
aprovada pela Comissão Julgadora em 05/12/2012.

**BANCA EXAMINADORA:**

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr<sup>a</sup>. Elide Rugai Bastos  
(orientadora)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço  
DS/IFCH/Unicamp

  
\_\_\_\_\_  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Fernanda Lombardi Fernandes  
UNIFESP

**SUPLENTES:**

Prof. Dr. Renato José Pinto Ortiz (titular interno)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vera Alves Cepêda (titular externo à Unicamp)

**/Dezembro/2012**



## **DEDICATÓRIA**

Para Marcia Regina Gonzalez e Rogério Baptistini Mendes.



## AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família pelo apoio financeiro e moral ao longo desses anos. Em especial a minha mãe, Márcia Regina Gonzalez, que contribuiu, de todas as formas que estava ao seu alcance, para que eu pudesse me dedicar ao desenvolvimento dessa pesquisa, sustentado situações e suportando atitudes que apenas uma mãe seria capaz de lidar.

Agradeço ao professor Rogério Baptistini Mendes, que além de servir de fonte de inspiração ao longo dos anos de graduação, foi quem me incentivou a dar continuidade aos estudos iniciados naquele período sob sua orientação. Agradeço também, ao amigo Rogério Baptistini Mendes, a quem sempre recorri nos momentos de incertezas e angústias que o processo de desenvolvimento do mestrado e da dissertação me remeteu, e ele, sempre estava disposto a me dar ouvidos e a me estimular a continuar.

A professora Elide Rugai Bastos, pela orientação, compreensão, atenção e confiança depositada em mim.

A Christina do departamento de sociologia pela colaboração.

Aos amigos, Flávia Ayres Loschi, João de Aquino, Marina Lopes, Diego Lima, Leandro Prone, Ubiratan Bueno, Marcílio Lucas, Victor Kanashiro, Vilênia Porto, Joyce Gotlib, Maíra Vale, Daniel De Lucca, Renata Borges, Michelle Mattiuzzi, que cada qual ao seu modo, contribuiu para fazer desse período da minha vida um pouco menos tenso.

Agradeço especialmente a minha amiga Lara Pastore, que mais do que qualquer outra, foi essencial durante esses anos, sempre disposta a ouvir, ler e a discutir minhas indagações, estando ao meu lado em todos os momentos que eu precisei. Ao professor e amigo Rodrigo Estramanho, pelas leituras e sugestões. Aos companheiros e amigos

Israel Pacheco Junior e ao Rafael Manchester Tauil, foi muito bom contar com eles e compartilhar todos os momentos desses anos.

Finalmente agradeço a CAPES, que me proporcionou parte dos recursos financeiros para a pesquisa.

*“Quando nasci veio um anjo safado  
O chato do querubim  
E decretou que eu estava predestinado  
A ser errado assim  
Já de saída a minha estrada entortou  
Mas vou até o fim...”*

*Até o Fim de Chico Buarque de Holanda*



## **RESUMO**

Este trabalho apresenta um estudo do livro **Populações Meridionais do Brasil-I**, de Francisco José de Oliveira Vianna. O estudo destaca os referenciais metodológicos utilizados pelo autor, bem como procura ressaltar as influências ideológicas sofridas por Oliveira Vianna até a publicação do livro em 1920. Assim, a presente dissertação faz um resgate histórico do período pós-independência para enfatizar o campo de disputa política e os efeitos sociais das ideias. Apresentamos, em seguida, os motivos que Oliveira Vianna expõe em seu livro para justificar a ausência de solidariedade social no Brasil, bem como o desenvolvimento do clã rural e as implicações desse modelo de organização social para a formação social e política do Brasil. Demonstramos que o autor, ao fazer uso de instrumentos de análise pouco usuais até aquele período pelos intelectuais brasileiros, contribuiu para identificar o Brasil como um país composto por regiões diversificadas, o que, por sua vez, justificaria um Estado autoritário como única via para garantir a unidade territorial e a construção da nação.

Palavras Chave: Oliveira Vianna, Populações Meridionais do Brasil-I, Pensamento Social Brasileiro.

**ABSTRACT**

The work presents a study about the book *Populações Meridionais do Brasil-I*, written by Francisco José de Oliveira Vianna. The study emphasizes the methodological references used by the author, as well as, try to focuses the ideological references admitted by Oliveira Vianna up to the book's publication in 1920. Thus, the present dissertation makes an historical analysis about the post-independence period to emphasize the fields of politics' struggle and social ideas' effects. Following we explained the reasons why Oliveira Vianna introduces the absence of social solidarity in Brazil, as well as, the development of patriarchal countryside clan system and the influences of this social organization type to the social and political Brazilian formation. We demonstrated that the author used analysis' instruments not very common at that period and contributed to identify Brazil as a country composed by different regions, what justify in accordance with Vianna's conclusion the authoritarian State as the only way to guarantee the territorial unity and a Nations' construction.

Keywords: Oliveira Vianna, *Populações Meridionais do Brasil-I*, Brazilian Social Thought.

**SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO _____	17
CAPÍTULO I: CONFLITO INTERESSANTÍSSIMO _____	25
1.1) Um microcosmo ideal.....	28
1.2) O ambiente da corte se transmudara a olhos vistos .....	43
1.3) Uma tática sagacíssima.....	48
CAPÍTULO II: O DESERTO E O TRÓPICO, A ESCRAVIDÃO E O DOMÍNIO INDEPENDENTE _____	51
2.1) Uma criação essencialmente brasileira.....	61
2.2) A independência: um divisor de águas.....	73
2.3) A antinomia flagrante das populações.....	86
CAPÍTULO III: DIÁLOGO COM A FORTUNA CRÍTICA _____	93
3.1) A atitude do homem centro-meridional em face ao Estado.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	123
BIBLIOGRAFIA _____	127



## INTRODUÇÃO

Apresento esta dissertação de mestrado com o objetivo de discutir, por intermédio da análise do Brasil feita por Francisco José de Oliveira Vianna em seu livro **Populações Meridionais do Brasil I**, em que medida ciência e ideologia se cortejam e se interpenetram.

Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951) foi jornalista, jurista, consultor, professor de Direito Penal, sociólogo e historiador, conformando-se como um grande homem do seu tempo e que nos deixou legados que se afirmam ainda hoje<sup>1</sup>.

Mais conhecido como Oliveira Vianna, posto que assim assinava suas obras, artigos, projetos de governo e demais documentos, esse renomado homem, filho de família tradicional que, segundo Vasconcellos Torres (1956), tinha um pai que aspirava a própria imagem de *pater-família*, nasceu numa fazenda no Distrito de Rio Seco, no município fluminense de Saquarema, em 20 de julho de 1883.

Sua alfabetização começou em casa, e aos 10 anos Vianna foi matriculado em uma escola pública local. Entre os anos de 1887 e 1900 estudou no Colégio Carlos Alberto, com o objetivo de preparar-se para os exames em humanidades no Colégio Pedro II, onde ingressou em 1901. Em 1905, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Niterói. Em seguida, Vianna iniciou a sua atividade como escritor. A princípio escrevia artigos para jornais como **A ordem**, **Diário Fluminense**, **A Capital**, mas logo

---

<sup>1</sup>O pensamento sociológico de Oliveira Vianna serviu como referencial teórico para a elaboração de propostas modernizadoras da sociedade e do Estado ao longo da década de 1930. Um exemplo significativo é a legislação trabalhista consolidada em 1943, que contou com Oliveira Vianna como um dos principais elaboradores.

começou a assinar colunas na **Revista da Semana**, em **A Imprensa** e **A Manhã**, como também escrever para outros órgãos de imprensa<sup>2</sup>.

Tomando conhecimento de Oliveira Vianna por intermédio de seus artigos, Alberto Torres o convidou para dividir o escritório de Direito em 1907. Foi durante este período de convivência que Vianna iniciou o livro que o consagrou: **Populações Meridionais do Brasil I**, obra concluída em 1918, e que veio a público em 1920.

**Populações Meridionais do Brasil, As dimensões do universo do discurso (história - organização - psicologia) e dos espaços privilegiados (populações rurais do centro-sul: paulistas - fluminenses - mineiros)**<sup>3</sup> é um livro no qual Oliveira Vianna propõe uma análise das instituições e da psicologia das populações do centro sul do Brasil, e fazia parte de um projeto maior, que deveria ser composto por mais dois volumes, um segundo publicado em 1952 a respeito das populações do extremo sul, e um terceiro que nunca veio à luz, que trataria da população do norte<sup>4</sup>.

O primeiro volume, sobre o qual será a nossa análise, foi o livro do autor que mais foi reeditado, contando com nove edições por sete editoras diferentes<sup>5</sup>. No entanto,

---

<sup>2</sup> **Vassourance: jornal de ciência e arte, O Estado de São Paulo.**

<sup>3</sup> Nas próximas referências ao livro **Populações Meridionais do Brasil I** iremos abreviar o título para PMB-I.

<sup>4</sup> O segundo volume não fará parte da análise realizada neste trabalho, pois foi escrito num contexto histórico bastante distinto do primeiro volume, o que tornaria a análise aqui proposta muito mais complexa, além de demandar um maior tempo de pesquisa, considerando que o contexto no qual o discurso foi produzido para nós é de suma importância. Conforme Gildo Marçal Brandão, livro a respeito sertanejo nordestino e sua expansão sobre a hiléia amazônica não chegou a ser escrito “provavelmente porque o autor conhecia pouco aquela região e pelo investimento intelectual que seria pesquisá-la”. BRANDÃO, Gildo Marçal. **Populações Meridionais do Brasil**. p.303. In: Introdução ao Brasil – Um Banquete no Trópico.

<sup>5</sup> A primeira edição de 1920, e a segunda, de 1922, foram publicadas pela editora da Revista do Brasil; a terceira de 1933, e a quarta, de 1938, pela Companhia Editora Nacional; a quinta, de 1952, pela editora

nele não foi realizada nenhuma mudança substancial, passando apenas por alterações impostas pelos editores<sup>6</sup>.

Nos anos antecedentes, e principalmente a partir da publicação de PMB-I até meados de 1930, os escritos de Oliveira Vianna foram muito bem recebidos pela crítica<sup>7</sup>. O editor de PMB – I, Monteiro Lobato, dizia em correspondência ao autor:

Teu livro continua a entusiasmar. Todos o lêem e o falam sem reservas, derramando-se em louros. Vou mandar um exemplar ao Bernardes e outro ao Washington intimando-os a lerem-no. Os futuros presidentes têm que ser orientados por ti (LOBATO apud VENANCIO, 2003, p. 211).

Nos anos de 1910, quando Vianna escrevia artigos para jornais e revistas, e ainda não havia publicado nenhum livro, como também não participava diretamente da vida política do país, esse intelectual, como muitos outros, estava preocupado com os rumos da nova política brasileira devido à recente instauração da República. Foram anos que proporcionaram grande experiência aos intelectuais, pois esses assumiram a função de redefinir os princípios do Estado a partir do reconhecimento do país enquanto nação para, dessa forma, inserir o Brasil no sistema capitalista moderno.

---

José Olimpio; a sexta, de 1978, pela editora Paz e Terra; a sétima, de 1982, pela editora da Câmara dos Deputados; a oitava, de 1987, pela editora Itatiaia; e a nona, de 2000, pela editora Nova Aguilar. Analisaremos a oitava edição.

<sup>6</sup> O Título é modificado a partir da sexta edição publicado pela Paz e Terra que passa a contar com os dois volumes e parte do título é suprimido, ficando apenas *Populações Meridionais do Brasil*.

<sup>7</sup> Segundo Giselle Martins Venancio **Populações Meridionais do Brasil I**, não só foi muito bem recebido pela crítica especializada do período, como por José Maria Belo, Osório Duque Estrada, Alceu Amoroso Lima, como também, foi um momento culminante para a legitimação de Oliveira Vianna como intelectual importante da Primeira República. In: **Na trama do Arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna**. Tese de Doutorado submetida ao programa de pós-graduação em História social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 217 a 220, 2003.

Apesar de o objetivo comum dos intelectuais ter sido a identificação das particularidades da nação, para então criar recursos para tirá-la da condição de atraso diante dos países centrais do capitalismo, as propostas eram embasadas por princípios diferenciados, isso antes mesmo da instauração da Primeira República. Por ter sido um período de efervescência ideológica, no qual os princípios do liberalismo estavam em evidência, ocupando não só a mentalidade dos homens, mas também atuando como guia e modelando o formato das instituições políticas brasileiras, é que escolhemos ressaltar uma perspectiva que se opôs a tais idealizações e modelos no Brasil.

Ao falarmos hoje de autoritarismo, conservadorismo, corporativismo, Estado centralizado, preconceito racial<sup>8</sup>, logo nos vem em mente o nome de Oliveira Vianna, intelectual que produziu sua obra entre os anos de 1910 e 1950 e que, por tais caracterizações, como bem ressaltado por Carvalho, “foi mandado aos infernos” (1993, p.14).

No entanto, assim como realizado por José Murilo de Carvalho (1993), também pretendemos fazer-lhe uma visita desarmada, com o objetivo de tentar reconhecer, por meio da análise de PMB-I, quais os caminhos seguidos por Oliveira Vianna, – tanto metodológicos como ideológicos –, que o guiaram a propostas de governo autoritárias e centralizadoras, que configuravam-se dentro da perspectiva conservadora do período, contrariando os grandes ideais do liberalismo, não só nacional como internacional.

Buscaremos identificar as particularidades do contexto sócio-histórico no qual o autor estava inserido, tentando promover uma compreensão da particular visão do Brasil de Oliveira Vianna encontrada em PMB-I. Dessa forma, buscaremos tornar visíveis as presenças e ausências em PMB-I. Ou seja, pretendemos verificar quais elementos foram

---

<sup>8</sup> Ver: SANTOS (1978), PIVA (2000), CARVALHO (1993), PAIM (1987), LAMOUNIER (1985), COSTA (1993), entre outros.

deixados de lado na análise que compõe a obra, bem como os elementos que se fizeram presentes, pois, assim como ressaltado por Alexander (1999), acreditamos que o autor, ao deixar certos elementos à margem da compreensão, demonstra por meio daquilo que inclui na análise o que ele exclui da mesma.

A importância em perceber as presenças e ausências está em identificar, por intermédio do texto, os elementos-chave da realidade a que ele se refere, como também, nos permitirá refletir sobre as ideias que o influenciaram, pois, como afirma Haroche:

O liame que liga as significações de um texto às condições sócio-históricas deste texto não é de forma alguma secundário, mas constitutivo das próprias significações (HAROCHE, 1971, p.98. apud BRANDÃO, 2009, p.11).

Tal aproximação das ausências e presenças em PMB-I nos ajudará a observar não só o modo como a análise foi realizada. Mas também a perspectiva do autor em relação à sociedade brasileira, pois, de acordo com as orientações de Gildo Marçal:

A análise, é claro, destaca apenas um aspecto específico de um conjunto mais vasto, mas a perspectiva mobilizada permitirá interpelar as ideias de determinados autores – aí sim, sem reducionismos – como momentos de constituição de atores específicos, como tentativas de diagnosticar e resolver problemas reais, de dirigir política e culturalmente a ação de forças sociais determinadas (BRANDÃO, 2007, p.42).

O reconhecimento do modo de análise abrirá caminho para um melhor entendimento das escolhas metodológicas feitas por Oliveira Vianna, bem como nos consentirá analisar em que medida o uso de tais metodologias implicou em sua proposta

para o alcance da sociedade solidária – isso, é claro, a partir da identificação da perspectiva individual do autor.

Segundo Mannheim (1936), obviamente tratando dos escritores em geral, a perspectiva individual do autor “traz em si todo o sistema de pensamento que representa a posição do pensador em questão e, especialmente, as estimativas políticas que subjazem a esse sistema de pensamento” (MANNHEIM, 1936, p.196).

O propósito, num primeiro momento, é apresentar ao leitor o cenário político e social no qual estavam imersos os intelectuais brasileiros – entre eles o autor da interpretação do Brasil que pretendemos analisar mais a fundo –, buscando observar como os fatores ideológicos aliaram-se à ordem social, o que, acreditamos, pressupôs alternativas específicas – como as propostas por Oliveira Vianna –, para a solução do atraso brasileiro abordado em PMB-I. Como observa Thompson:

(...) as formas simbólicas são ideológicas somente enquanto servem para estabelecer e sustentar relações sistematicamente assimétricas de poder; e é essa atividade, a serviço das pessoas e grupos dominantes, que tanto delimita o fenômeno da ideologia, dando-lhe especificidade e distinguindo-o da circulação das formas simbólicas em geral, como dá a essa concepção de ideologia proposta um sentido negativo. Ideologia de acordo com essa concepção é, por natureza, hegemônica, no sentido de que ela necessariamente, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação e, com isso, serve para reproduzir a ordem social que favorece indivíduos e grupos dominantes (THOMPSON, 1995, p.90-91).

Nesse sentido, a reconstrução do período histórico do pós-independência é de suma relevância. Primeiro, por ser o momento no qual o campo de disputa política foi aberto; segundo, porque a partir de então foram se definindo as duas ideologias então

em voga no período – a liberal e a conservadora –, as quais, cada qual ao seu modo, buscaram emprestar sentido aos novos rumos da nação; terceiro, porque o retorno a este momento histórico nos apresenta uma sociedade em busca da construção de uma nação. No entanto, é importante ressaltar que a realidade nem sempre é vista como idêntica pelos diversos grupos participantes do processo de construção, como será apresentado no primeiro capítulo desta dissertação.

No capítulo intitulado *Conflito interessantíssimo*, procuramos expor como, a partir da Independência (1822), a disputa política no Brasil aconteceu em torno da busca por legitimidade do poder. Mostramos que no período de 1822 a 1889 houve espaço tanto para ideias liberais como para ideias conservadoras no campo de disputa política, e que os diferentes grupos assumiram posições de acordo com as circunstâncias sociais. Percebemos que, apesar das dissimilaridades entre a ideologia dos liberais e a dos conservadores, no Brasil havia uma característica comum que aproximava os dois grupos.

Num segundo momento, buscamos, ao longo da análise de PMB-I, compreender de que modo Oliveira Vianna estruturou seu diagnóstico, como reconheceu as particularidades da sociedade brasileira, a influência do meio ambiente, do clima e da vastidão territorial – fatores de extrema relevância para o autor –, que em conjunto com elementos da cultura e da psicologia lusitana, deram vida a um novo tipo social e a uma nova estrutura societária organizada em terras americanas. A partir disso, podemos identificar em que medida o autor reconhece ou não uma ruptura com o modelo do colonizador, para depois analisarmos se, para Oliveira Vianna, tal modelo de colonização foi positivo ou negativo para a organização da nova sociedade.

Entre os intelectuais do século XX, havia dois modos de compreensão do modelo de colonização realizado pelos lusos no Brasil. Alguns pensadores entendiam

como positiva a forma de governo e o desenvolvimento da sociedade instituído, o que os levou a optarem pela permanência de certas características; já outros desejavam a ruptura com esse modelo, pois o compreendiam como negativo. Dessa forma, as propostas para solucionar os problemas identificados pelos intelectuais eram controversas, implicando em pontos de vista diferentes e opostos.

Em seguida, buscamos compreender em que grau a ciência e a ideologia se cortejam e se interpenetram. Para isso, ressaltamos os instrumentos de análise escolhidos por Vianna e abordamos as aproximações ideológicas do autor, que, como não poderia deixar de ocorrer, também foi influenciado pelos processos históricos que vivenciou.

Observa-se que, por meio da análise de um livro, que contém ideias de um autor de grande relevância para as ciências sociais, podemos contribuir para a compreensão do próprio campo de conhecimento da sociologia no Brasil, buscando identificar seus limites e alcances, e também tentando perguntar se sempre os cientistas sociais, podem ser objetivos e científicos a ponto de não permitir que os processos sociais, nos quais estão imersos, influenciem sua análises.

## I CONFLITO INTERESSANTÍSSIMO

*Como o cérebro tem afinidade para certos venenos  
o coração tem-na para certas tristezas. As  
afinidades eletivas são tão químicas como morais.*<sup>9</sup>

Os comportamentos dos políticos do Primeiro Reinado (1822-1831) e dos períodos Regenciais (1831-1840) brasileiros são consequência da reunião de ideias empregadas a uma configuração sociopolítica específica, que cumpriu o papel de organizar as relações sociais desta sociedade, fornecendo-lhe as referências para a reprodução das condições de existência coletiva e das formas históricas de distribuição de poder.

Por trás dessas ideias adaptadas havia um conjunto de teorias que disputavam entre os intelectuais a primazia do que devia ser mantido ou modificado. Eram teorias selecionadas, em grande medida, não por sua compatibilidade com a estrutura social existente, até porque muitos que travaram essa disputa estavam desejosos pela “ruptura”, e outros tantos desejavam a “permanência” de certas características<sup>10</sup>.

As opções tanto pela “ruptura” quanto pela “permanência” de certas características do período colonial são resultados de ideologias em luta pela edificação do discurso, da veracidade e das ideias que devem ser criticadas ou recusadas como

---

<sup>9</sup>Joaquim Nabuco. Joaquim Nabuco Diários 1873-1910. p.84.

<sup>10</sup>Estamos falando em grupos de oposição, ou facções, como se referem alguns autores, pois nesse momento ainda não podemos falar de Partidos parlamentares. Essa foi uma discussão que entrou em vigor no período regencial. Esses grupos eram caracterizados por uma liderança pessoal, não tinham uma agenda política ou ideológica. Nesse sentido, a identificação dos grupos baseava-se pelos apelos de interesses específicos de classes e nacionalidade.

impróprias ou ultrapassadas. Sendo assim, pretendemos aqui demonstrar o conjunto das circunstâncias à volta desses acontecimentos, que permitiu que tais pensamentos fossem transmitidos por meio do comportamento de seus respectivos representantes.

Após um período de dependência, o país “rompe” institucionalmente com seu passado colonial. Isto é claramente observável por meio da Constituição Política do Império do Brasil de 1824<sup>11</sup>. A Constituição garantiu a vitória parcial dos ideais dos liberais federalistas do país, e emprestou ao Brasil a imagem de país independente, projetando-se sobre a contemporaneidade por meio do direito moderno, ou seja, marcado por fortes características liberais.

Porém, levando em consideração as delimitações feitas por Bobbio, Mateucci e Pasquino quanto às características do liberalismo, concordamos que podemos apenas falar em “experiências liberais onde é possível identificar duas constantes, uma a nível institucional e outra a nível dos conteúdos éticos políticos”<sup>12</sup>.

É nesse sentido que ressaltamos que a interrupção com o passado colonial foi realizada institucionalmente, levando em consideração a segurança dos direitos individuais, a igualdade perante a lei, a liberdade religiosa, a garantia de liberdade de pensamento e manifestação, bem como a separação dos três poderes – Poder Executivo, Poder Judiciário e Poder Legislativo; o direito ao voto, mesmo que indireto e censitário, de certa forma representava certo avanço rumo às possibilidades democráticas<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> Influenciada pela Constituição francesa de 1791 e pela espanhola de 1812.

<sup>12</sup> Norberto Bobbio, Nicola Mateucci, Gianfranco Pasquino. Dicionário de Política. Editora UnB, Brasília DF, 1998, p, 710.

<sup>13</sup> É relevante ressaltar que a segurança dos direitos individuais, a igualdade perante a lei, a liberdade religiosa, a garantia de liberdade de pensamento e manifestação, entre outras mudanças institucionalizadas pela constituição de 1824 alcançavam apenas uma parcela da população, considerando que os negros, ainda escravizados, foram ignorados de qualquer transformação na proposta pela constituição.

Na essência, a carta constitucional lembrava, por seu teor liberalizante, a sugerida por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva em Setembro de 1823. Contudo, havia na carta de 1824<sup>14</sup> um fator de extrema relevância e que modificaria por completo a aplicação dessas novas diretrizes.

Refiro-me ao quarto poder, representado pelo Monarca, ou seja, o Poder Moderador<sup>15</sup> que, de acordo com o Artigo 98 da Constituição de 1824 “é a chave de toda a organização Política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independencia, equilibrio, e harmonia dos mais Poderes Politicos<sup>16</sup>”.

Dessa forma, a expectativa liberal vai por terra ao ser implantada a constitucionalização do autoritarismo, na qual o Monarca exercia um poder acima dos demais: a ele era permitido dissolver a câmara, nomear e demitir ministros livremente, selecionar senadores e presidentes de província e, em última instância, deter o poder decisório sobre todos os assuntos políticos, sociais e econômicos do país.

Observa-se que a descentralização, com a divisão do país em províncias sob responsabilidade de seus respectivos presidentes e a divisão dos poderes, entre outros fatores, foi, em realidade, uma forma de concentrar o poder na mão do Imperador.

---

<sup>14</sup>Segundo Lynch a monarquia constitucional era geralmente interpretada à maneira de Montesquieu: na compreensão do governo representativo, predominavam duas teorias a do governo misto e temperado, segundo o qual a câmara dos deputados representava o elemento popular, o senado a aristocracia, e a coroa o monárquico, e das separações dos poderes as duas câmaras o legislativo e o executivo ficava ao encargo do imperador. Araucaria. *Revista Iberoamericana de filosofia, política y humanidades*, N. 17. Maio de 2007, p.227.

<sup>15</sup>Foi na obra do autor francês Henri-Benjamin Constant de Rebecque (1767-1830) que D. Pedro I encontrou inspiração para criar o Poder Moderador, o que por sua vez, distanciou a constituição brasileira de 1824 da máxima inglesa, que considerava que o poder do executivo deveria ser delegado aos ministros do estado, sendo assim, culminaria na afirmação de que “o rei reina, mas não governa”.

<sup>16</sup>Trecho tirado da Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824).

Apesar de ser a Independência a primeira grande revolução social que se operou no Brasil, como afirmado por Florestan Fernandes (2006), pondo fim à era colonial e marcando o início da sociedade nacional, este foi, sobretudo, o período que sinalizou a abertura do campo de disputa política interna e, por isso, para nós, é de extrema importância, pois este, tomando de empréstimo um termo do autor, converteu-se num “fermento histórico” do comportamento social inteligente (2006, p. 51).

### 1.1) Um microcosmo ideal

*Não se fica grande por dar pulos. Não podemos parecer grandes senão o sendo.*<sup>17</sup>

Não é o momento em que o país atrasado dará saltos rumo à modernidade, pois este foi o período de deitar sementes em terras férteis, e como em toda experiência houve momentos de tentativas, ensaios com acertos e erros, progressos e retrocessos.

O Monarca detinha o poder de dois níveis que compõem o sistema social – poder de organização do consenso e de organização da coação –, remetendo a um modelo constitucional prussiano, que, apesar de seus fundamentos liberais, na prática fazia do Estado Nacional um elemento de garantia de dominação patrimonialista no nível político.

Observa-se que, apesar do fenômeno da independência nos permitir falar de mudança de estatuto, de uma transformação legal que se processou dentro de um

---

<sup>17</sup>Joaquim Nabuco. Joaquim Nabuco Diários 1873-1910. p. 650.

determinado prazo, contudo, isso não nos autoriza a assinalar uma ruptura com a lei orgânica que regia o Estado colonial, posto que as forças que regulamentavam o conjunto de órgãos responsáveis pela organização social ainda estavam concentradas nas mãos de um único sujeito, conduzindo à força o arraigado sistema colonial.

Dessa forma, a independência se apresenta como um fenômeno de duplo significado - um primeiro significado comparece na desagregação do antigo sistema, e o segundo, como consequência do anterior, foi a emersão de uma pluralidade de forças concentradas ou não a partir de objetivos próximos ou distintos, porém que tinham como fim um futuro nacional a realizar.

A fim de compreender essa pluralidade de forças, trabalharemos, a princípio, com duas tendências opostas, e, em seguida, apresentaremos seus desdobramentos.

A dificuldade em interpretar a história do Brasil parece dever-se a uma característica comum dos países de origem ibérica, onde, aparentemente, as ideias sempre encobrem a realidade ao invés de manifestá-las.

Começaremos então pelo grupo de herdeiros *assumidos* dessa tradição. *Assumidos* porque, se considerarmos o significado atribuído por Mannheim ao termo tradicionalismo – que segundo o autor é “uma tendência a se apegar a padrões vegetativos, a velhas formas de vida que podemos considerar como razoavelmente onipresentes e universais” (1981, p.102) –, poderíamos afirmar que os grupos que apresentaremos a seguir gozavam, mesmo que em graus distintos, de certo tradicionalismo.

Isso, por sua vez, seguindo ainda a correspondência de Mannheim (1981), não significa que, por nutrirem certo grau de tradicionalismo – comum a todas as sociedades por possuírem um nexó histórico – esses sujeitos possam ser considerados

conservadores, pois assim serão se fizerem uso de elementos tradicionais como instrumento político ideológico, construindo dessa forma uma estrutura mental objetiva.

A palavra “tradicionalismo” designa, em grau maior ou menor, a característica psicológica formal de toda mente individual. A ação “conservadora”, no entanto, depende sempre de um *conjunto concreto de circunstâncias* (Mannheim, 1981, p.102). Nesse sentido, têm razão Ferreira e Botelho quando afirmam que “no Brasil houve relativa continuidade em relação à situação colonial no pós-independência, tanto em termos políticos, com a permanência da monarquia encabeçada pelos Braganças, quanto socioeconômicos, com a persistência da escravidão, do latifúndio, da agricultura de exportação” (2010, p.13). Porém, acreditamos que é, sobretudo, em termos políticos que o pensamento conservador no Brasil se afirma e se distancia do que chamaremos de perspectiva liberal<sup>18</sup>.

O pensamento conservador já nasce como oposição e resposta ao pensamento liberal, sendo contrário ao racionalismo e individualismo demandado por este último. Os conservadores eram adversos a essa forma de vida meramente utilitária a partir do momento em que ela rompe com a ordem tida até então como natural, na qual os padrões sociais estavam assegurados<sup>19</sup>. Percebe-se que a preocupação dos conservadores configura-se em torno da questão da ordem, que seria o modo conveniente de se portar e proceder em sociedade.

---

<sup>18</sup>Optamos aqui por trabalhar com os termos “conservadores” e “liberais”, porém há autores que nomeiam esses grupos como “Elite Coimbrã” e “Elite Brasileira” (Carvalho, 1996) e seguindo a mesma ordem, “Realistas” e “Liberais” (Lynch, 2010). Esses são autores que trabalham com o desenvolvimento dessas linhas de pensamento de acordo com a formação de partidos e suas modificações estruturais. No entanto, o objetivo principal do presente capítulo é iluminar, por meio do resgate das ideias passadas, como foi se desenhado no Brasil essas formas de pensar, ou seja, como essas ideias adquirem relevos particulares quando inseridas em circunstâncias específicas. Por isso faremos uso da história como instrumento sociológico que nos auxilia na compreensão dos limites dessas duas perspectivas, a conservadora e a liberal.

<sup>19</sup> Segundo Bottomore (1996), Mannheim (1982), Nisbet (1980), o pensamento conservador nasce em oposição ao pensamento dos filósofos do iluminismo do século XVIII.

Não foi de diferente modo que esse pensamento conservador emergiu no Brasil. Seguindo a sua lógica de formação que pressupunha a reação à transformação, mas sem deixar de se apropriar de alguns elementos novos – porém, dentro da perspectiva anterior, combinando tensões estáticas e mudança social, consentindo numa transição gradual e equilibrada, como que por meio de uma *tradição seletiva*<sup>20</sup> – é que se forma a estrutura consciente desse pensamento no Brasil; contudo, é válido ressaltar, nesse caso a continuidade estava em detrimento da mudança.

Com a descentralização administrativa do período regencial (1831-1840)<sup>21</sup> é que ambos os pensamentos ficam melhor demarcados, por meio das disputas no campo de afirmação do discurso, bem como através das propostas para legitimação do governo.

As questões base do debate político estavam em torno do Poder Moderador e da escravidão, ou seja: descentralização ou centralização do poder? Como manter a unidade do país? Com relação à escravidão<sup>22</sup>, o que fazer? Defensora da liberdade e independência, a força vencedora no início do período regencial foi a dos liberais.

---

<sup>20</sup> Considerando que “o estabelecimento efetivo de uma tradição seletiva pode ser considerado como dependente de instituições identificáveis”, podemos dizer, e isso será demonstrado a seguir, que as propostas de governo dos conservadores estavam configuradas dentro desse conceito desenvolvido por Raymond Williams em *Marxismo e Literatura*, p.120.

<sup>21</sup> O período Regencial tem início com a abdicação de D. Pedro I em favor de seu filho ainda na menoridade, o que pressupôs o estabelecimento da regência trina. Os motivos da abdicação são diversos, e bem especificados por Emilia Viotti da Costa (1998), por meio de uma análise mais histórica, e por Raymundo Faoro (2001), através de uma interpretação sociopolítica estrutural do período.

<sup>22</sup> Com a lei de 7 novembro de 1831 foi proibido o tráfico de negros, bem como foi estabelecido que todos os escravos que entrassem no Brasil seriam tidos como homens livres. A segunda tentativa, e de certa forma frustrada como a primeira, foi a lei Bill Alberdeen, de 1845, que autorizava a Inglaterra a prender e punir qualquer navio negreiro encontrado. A legislação com relação a esse assunto só teve eficácia de fato com a Lei Euzébio de Queirós, de 1850, que será abordada mais adiante. Porém, nota-se que, em grande medida, por pressões externas, essa questão da escravidão havia sido posta em pauta muito antes da proibição definitiva do tráfico.

O encontro do Brasil com as ideias liberais ocorreu quase dois séculos após essa doutrina emergir na Europa<sup>23</sup>. Junto com a reforma religiosa europeia do século XVI estava a promoção dos valores individuais subordinados até então ao Estado Absoluto e à Igreja. Nesse contexto, banhado pelo espírito contrarreformista das nações ibéricas, que decorre o processo de colonização da América do Sul. Assim, podemos dizer que, de certo modo, o Brasil é resultado desse movimento que buscou reafirmar os valores postos em xeque pela Reforma.

O parágrafo acima apenas sinaliza o apego das nações ibéricas às tradições e a demora em aderir às representações que promoveriam o distanciamento do modelo ideal do colonizador.

Antes mesmo do período regencial, houve na colônia revoltas inspiradas nos modelos norte-americano e francês<sup>24</sup>. No entanto, o pensamento liberal é desenhado e absorvido de acordo com as necessidades sociais, políticas e econômicas do Brasil, quando, de fato, essas ideias encontram abertura no sistema para serem colocadas em prática.

Para a difusão do pensamento liberal, o Brasil contou com importantes órgãos de imprensa, entre eles o jornal “Correio Braziliense”, que, por meio da colaboração de Hipólito da Costa, traduziu e comentou importantes obras que tratavam do assunto em questão<sup>25</sup>.

---

<sup>23</sup> John Locke (1632 - 1704) foi um dos pioneiros em trabalhar com a problemática do direito dos homens e a construção da liberdade do homem, em “Dois tratados sobre o governo civil” e em a “Carta sobre a tolerância” ambos como ideias alternativas ao absolutismo monárquico então imperante. Tal compreensão pode ser encontrada em **Locke** por Alexis Tadié, 2005.

<sup>24</sup> Em 1789, ocorreu a Inconfidência Mineira; em 1798, a Sabinada; em 1824, a revoltada liderada por Frei Caneca, que pretendeu organizar em Pernambuco um Estado independente. Porém, como ressaltado por Paim (1998), todas essas conspirações não tinham clareza quanto ao modelo institucional a ser adotado em caso de vitória.

<sup>25</sup> Antonio Paim. **História do Liberalismo Brasileiro**. São Paulo: Mandarim, 1998.

Incomodados com a centralização imposta no Primeiro Império, e em vista da oportunidade devido à abdicação de D. Pedro I, esse foi o momento de pleitear o regime federativo e eliminar o Poder Moderador. Os brasileiros que estavam no poder importaram ideias da Europa, que lá foram usadas para criticar e substituir o absolutismo, e no Brasil tornaram-se úteis como argumentos contra a dominação colonial.

Como diferentes interesses estavam em jogo, o liberalismo cumpriu o papel de representante de divergentes classes e aspirações sociais. Compartilhavam desse instrumento tanto comerciantes e artesãos, como proprietários de terras e profissionais liberais. Porém, o liberalismo, nesse sentido, foi usado como meio comum a todos, no entanto, visando fins distintos para cada uma das partes.

Segundo Piñero (2010), para os proprietários de terras, o liberalismo significava a luta contra as limitações da liberdade de comércio, contra exageros do fisco, confirmando o que dissemos acima; ou seja, era uma luta contra a subordinação à metrópole, os proprietários de terras não tinham como fim a reforma social. Para os outros setores, a demanda dos proprietários de terras também fazia sentido, no entanto, requisitavam uma alteração profunda na estrutura social, ao passo que usavam o discurso liberal para lutar por garantias de acesso à propriedade, possibilitando igualdade econômica; buscavam uma emancipação política, social e econômica concreta para o país e a população que o compunha<sup>26</sup>.

A união dos grupos distintos possibilitou que esses moderados tomassem as rédeas da situação política, por meio, a princípio, da Regência Trina, provisoriamente

---

<sup>26</sup> Os direitos a propriedade foram limitados durante o período colonial devido, em grande medida, ao sistema de sesmarias. Oliveira Vianna (1978), Raymundo Faoro (2002), José Murilo de Carvalho (1988), Fernando Antonio Lourenço (2001), são autores que abordam e analisam o tema.

assumida por Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (1778-1859), José Joaquim Carneiro de Campos (1768-1836) e Francisco de Lima e Silva (1785-1853)<sup>27</sup>.

O papel principal dessa breve regência de dois meses foi dar condições para a instauração de um novo governo permanente, por meio da ampliação dos poderes da Câmara dos deputados e da reintegração do Ministério.

Com a Regência Trina Permanente estabelecida, substituídos dois dos regentes por João Bráulio Muniz (1786-1835) e José da Costa Carvalho (1796-1860)<sup>28</sup>, o sistema representativo, nesse momento, passa a ser entendido como governo parlamentar, caracterizado também pela ascensão da aristocracia ao poder, bem como por um governo formado por deputados, diferindo-se da Regência Provisória que havia sido composta por senadores (2007).

Percebe-se que o intuito de eleger candidatos do sul e do norte foi uma forma de tentar manter o equilíbrio entre as regiões. A primeira mudança com característica liberal foi retirar dos regentes as atribuições do Poder Moderador, pressupondo maior autonomia da Câmara dos deputados, posto que esta não podia mais ser dissolvida. Além do mais, não estava nas atribuições dos regentes a concessão de títulos de

---

<sup>27</sup> Nicolau P. C. Vergueiro, português naturalizado brasileiro, era de posição anti-escravista e liberal, participante ativo da vida política do país, e tinha sido afastado do governo com José Bonifácio e os irmãos Andrada após a dissolução da Assembleia. José J. C. de Campos, o Marquês de Caravelas, também tinha participado da vida política do país, tinha sido deputado, conselheiro, ministro e senador. Francisco de Lima e Silva, dentre os outros dois, o único militar e o único a fazer parte da Regência Trina permanente, e, é válido ressaltar que no tempo em que Frei Caneca tentou fazer de Pernambuco um Estado independente, Chico Regente, como Francisco ficou conhecido, era o presidente dessa província.

<sup>28</sup> João Bráulio Muniz era liberal e um dos mais respeitados do Partido Liberal moderado, apesar de ter sido membro dos exaltados do norte. Assim como os outros dois havia sido deputado, sendo entre eles o menos votado pela Assembleia Geral, com 49 votos. José da Costa Carvalho foi o segundo mais votado com 75 votos; o Chico Regente havia obtido 81. Carvalho assim como Bráulio Muniz, também era do norte, tinha sido Juiz de fora em São Paulo e deputado da primeira Assembleia Nacional Constituinte. É válido ressaltar também que nessa disputa estavam os futuros representantes da Regência Una, Diogo Antônio Feijó, que foi o menos votado, com 3 votos apenas, e Pedro de Araujo Lima, que recebeu 35 votos.

nobreza, como também não lhes era permitido suspender garantias constitucionais e nem negociar com potências estrangeiras.

Outras leis colaboraram para marcar esse período da história do Brasil como um dos mais conturbados; no entanto, foram dados os primeiros, mas ainda inseguros passos do sistema representativo nacional.

A intenção de Diogo Antônio Feijó (1784-1843) enquanto Ministro da Justiça era garantir a integridade territorial e a defesa da ordem pública, conforme a carta constitucional. Portanto, reduziu significativamente o exército, evitando as atribuições concedidas a ele por D. Pedro I, de tutelar o governo, e criou a Guarda Nacional<sup>29</sup>, composta por cidadãos e dirigida pelas elites locais, propagando a ideia de uma milícia cidadã. Marcou, o início da criação de mecanismos institucionais que asseguraram a participação dos proprietários de terras nos governos das municipalidades e províncias.

Com a aplicação do Ato Adicional, em 1834, tal participação fica assegurada e legitima o exercício do coronelismo no Brasil, conforme a análise de Victor Nunes Leal (1997). O Ato Adicional permitia alteração das leis constitucionais, o que possibilitou a criação da Regência Una, como também criou mecanismos para desarticular a centralização do Primeiro Reinado, sendo concedida autonomia administrativa às províncias, aumentando com isso o poder das elites locais.

É claro que essas transformações estruturais não poderiam passar sem dificuldades permeadas por levantes e insurreições, que expressavam as insatisfações com a repentina mudança. As transformações ocorreram principalmente a partir do Ato Adicional, quando as rendas das províncias foram separadas das nacionais e, apesar de

---

<sup>29</sup> A lei que implementou a Guarda Nacional brasileira foi inspirada nos moldes da Guarda francesa pós-revolução. E era recrutada entre os cidadãos que possuíam renda anual superior a 200 mil réis nas grandes cidades e 100 mil réis nas outras regiões.

ser nomeado, o presidente das províncias conquistou poder para nomear maior número de funcionários públicos; ou seja, o Ato introduziu elementos da federação na província, conforme alerta Carvalho (1999).

Apenas na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1831 e 1832, ocorreram cinco levantes<sup>30</sup>, em sua maioria realizados pelos liberais exaltados. O norte e o nordeste não ficaram atrás<sup>31</sup>. Esses movimentos ocorreram em grande medida devido aos antagonismos entre pensamentos e interesses entre liberais e conservadores, entre exaltados e restauradores, monarquistas e republicanos, enfim, entre todos aqueles desejosos de manifestar suas reivindicações, o que pressupõe um período de grande balbúrdia na vida nacional. Porém configuravam-se como as únicas expressões dos cidadãos.

Em 1835, Feijó foi eleito para ocupar a Regência Única. Aqueles que faziam parte do Partido Moderado, – em grande medida composto pela classe de proprietários rurais, e que após a morte de D. Pedro pôde contar com alguns membros dos restauradores e caramurus, e que lutavam por uma monarquia mais moderada, equilibrada, – de certa forma, apesar dos conflitos resultantes das transformações estruturais, tiveram suas requisições atendidas. Nesse momento, começaram a fermentar os dois grandes partidos do tempo do Império, que dariam fim ao Partido Moderado e

---

<sup>30</sup> Meses antes da criação da Guarda Nacional, houve o levante realizado pelo 26º Batalhão de Infantaria. No mesmo mês de Julho de 1831, ocorreu, ainda mobilizado por parte dos liberais exaltados, uma manifestação em prol da causa nacional, que requisitava a proibição da entrada de portugueses no Brasil, entre outras coisas. Talvez esses dois levantes tenham sido o estopim para a criação da Guarda Nacional. Em Setembro do mesmo ano, e após a criação da Guarda Nacional, aconteceu o conflito, também mobilizado pelos exaltados, em frente ao Teatro São Pedro, com a primeira intervenção violenta da Guarda Nacional. No ano de 1832, ocorreram duas revoltas, sendo a última uma tentativa de golpe comandada pelo restaurador Augusto Hugo de Hoiser.

<sup>31</sup> No Pará, a Capangagem, de 1835 a 1840; na Bahia, a Sabinada, de 1837 a 1838; no Maranhão, a Balaiada 1838 a 1840, para citar os levantes e revoltas mais expressivos.

vida ao Partido Liberal e ao Partido Conservador, resultado da reunião dos progressistas no primeiro e regressistas no segundo.

A eleição de um Regente único poderia levar à recomposição partidária do poder, no entanto, não foi isso que ocorreu nos seus anos como Regente. Devido ao seu forte apego aos princípios de justiça e prudência, considerando justo o homem que conduzisse a sua ação de acordo com as regras estabelecidas, isto é, que obedecesse a lei positiva, Feijó deixou-se guiar por tais princípios, deixando valer a lei estabelecida pelo Ato Adicional, que mal havia sido promulgada e já gerava desagregações, revoltas, disputas entre oligarquias, repercutindo numa verdadeira desordem nacional, o que permitiu a rearticulação de forças políticas que, aterrorizadas com o aparente descontrole e a falta de repressão do atual Regente, o pressionaram de tal forma que o levaram a renunciar.

Essa rearticulação de forças políticas culminou com a união dos que acreditavam que o regresso seria a alternativa mais sólida para acabar com a anarquia, resultante das liberdades dos primeiros tempos do período regencial.

Bernardo Pereira de Vasconcelos é a figura mais representativa do processo e talvez o principal ideólogo do regresso:

Fui um liberal; então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis, nas idéias práticas; o poder era tudo: fui um liberal - Hoje, porém, é diverso o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam e muito comprometeram; a sociedade que então corria risco pelo poder, corre agora risco pelo desorganização e pela anarquia (VASCONCELOS apud CARVALHO, 1999, p.9 e 20 ).

Como então quis, quero hoje servi-la [sociedade], quero salva-la, e por isso sou regressista (VASCONCELOS apud CARVALHO, 1999, p.26).

Interessante coincidência é que o Ministro da Justiça, Araújo Lima (1739-1870), é quem assume o lugar de Feijó como Regente interino: parece até que os homens que atuam nos departamentos de justiça nesse país têm o dom de subir ao poder.

Apesar de suas divergências ideológicas, Araújo Lima foi o indicado por Feijó para assumir a posição de Regente, e venceu o liberal Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti na eleição de 1838. O novo Regente não escondia sua posição conservadora diante das circunstâncias sociais do país, e também não teve grandes dificuldades para subir ao poder devido às revoltas contra o governo liberal antecedente.

O gabinete foi formado pelos regressistas, em sua maioria fluminenses, mas que conseguiram estender sua influência política a São Paulo, ao sul de Minas Gerais e, com o tempo, ao norte e ao nordeste. Com o objeto de eliminar a anarquia e a desordem por meio da restauração da autoridade do Estado e do fortalecimento do poder executivo, foi homologada, em 1840, a lei de Interpretação do Ato Adicional, que pressupôs a retomada pelo governo central de algumas funções político-administrativas que haviam sido delegadas às províncias<sup>32</sup>.

Ocorreu também a reforma do Código do Processo Criminal, que estabelecia que os poderes de polícia atribuídos aos juízes de paz passassem para o poder dos juízes municipais e aos delegados eleitos pelo poder central.

A oposição foi aos poucos se fortalecendo e fazendo novas alianças que, se opondo ao regresso imprimido pelas leis e ideologias do grupo que estava no governo. Nesse sentido, podemos considerar que o liberalismo é uma ideologia que consegue abrigar muitas variações que não deixam de ser legítimas. O apelo para um governo descentralizado, permitindo mais autonomia às províncias, fazia sentido para alguns

---

<sup>32</sup> Nomeação de funcionários públicos e funcionários da polícia e justiça.

senhores de terras, bem como o objetivo de permitir maior participação política e a luta por um governo democrático fazia sentido para os grupos urbanos intermediários. Portanto, apesar de a aparência de coalizão entre ambos ser formada devido à ocasião, isso não permite dizer que tais grupos não tinham uma ideologia comum. É esse grupo que em 1840 vai realizar a campanha em favor da maioria do Imperador, como forma de impedir o triunfo final do regresso.

Por meio dessa disputa, foram formando-se e fortalecendo-se os dois partidos do II Reinado, que, em meados de 1840, ficaram conhecidos como Liberais e Conservadores.

Esse período é marcado pela forte artimanha de D. Pedro II. Mas antes de entrarmos nas justificativas para este argumento, consideramos bem significativa e representativa do período uma passagem em que Lilia Schwarcz diz que “transforma-se o Estado constituído na única forma de poder possível e visível. Por isso mesmo, uma representação excessivamente nova é, em geral, sinal de desprestígio e acaba não reforçando o poder que simboliza”(2011, p.65).

É interessante pensar que, desde a independência, a disputa política no Brasil se deu realmente em torno da busca por legitimidade do poder, e, nesse sentido, compreendendo tal busca como meio para alcançar um fim comum que permitiria inserir o país no sistema do capitalismo moderno.

Entretanto, é conhecido que, apesar de as disputas políticas terem eclodido embasadas por ideologias liberais, em alguns países, é notável a imbricação entre monarquia e liberalismo. A representatividade, o símbolo transmitido por esta forma de organização política, nos remete, muitas vezes, a aproximações com autoritarismo, absolutismo e conservadorismo, apesar de sabermos que entre essas concepções não há significado científico comum. Isso é dado em virtude da experiência histórica.

Não se briga com os fatos sociais. Eles têm raízes onde a mão do homem não saberia chegar (GUIZOT, 1984, p.114).

Dentro dessa linha de pensamento, descarta-se a ideia de uma centralização embasada na forma de absolutismo, mas reconhece-se que as forças sociais são determinantes para a ordem e, em consequência, buscam-se caminhos institucionais e jurídicos que proporcionassem uma boa administração. Mais que isso, reconhecia-se que a sociedade moderna culminaria em sua horizontalização, com base nos direitos de igualdade e liberdade. No entanto, acreditava-se que o caminho poderia ser seguido a partir da hierarquização do poder, que estava calcado na ideia de que o cidadão teria menos participação na gerência do governo, mas seus direitos seriam mais garantidos. No caso brasileiro, seria uma forma de acabar com os particularismos provinciais. Essas ideias foram defendidas por alguns liberais e conservadores, ou que transitaram de uma ideologia à outra após participarem das movimentações políticas da regência, como podemos observar no caso de Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Se pensarmos em particularismos provinciais como tradição do Brasil, poderíamos sugerir que os liberais brasileiros nesse período eram mais tradicionais que os conservadores, e esses últimos, mais democráticos, ao passo que estavam pensando em igualdade como princípio para a entrada no modelo do capitalismo moderno, e não em liberdade para garantir e legitimar particularismos provinciais.

Um exemplo histórico dessa situação foi o golpe de maioria do Imperador, articulado pelos liberais. Obviamente não ambicionavam o retorno do Império, como nos tempos de D. Pedro I, mas eram sim, temerosos pelo regresso. Parece até uma contradição em termos, ao passo que o Primeiro Reinado no Brasil representava o que tínhamos de expressivo no pós-independência com relação a regresso. Mas, às vezes, é preciso usar das mesmas armas que o oponente para vencer a batalha.

Com o objetivo de pacificar o país o parlamento aprovou a campanha de maioria de D. Pedro II. No entanto, não deixou de aprovar diversas leis que garantissem a centralidade do poder. A Guarda Nacional passou a servir ao governo central e não mais às elites provinciais; foram restabelecidos o Conselho de Estado e o Poder Moderador. Parece que o tiro dos liberais saiu pela culatra, pois suas grandes conquistas no período regencial retrocederam ao tempo de sua não existência. E a motivação parlamentar de trazer paz ao país, votando a favor da campanha dos liberais, também não deu frutos nos anos seguintes.

Assim como a transição do Império à Regência gerou um período conflituoso, a transição da Regência para o II Reinado também gerou muitas revoltas, revoluções, levantes que caracterizavam a insatisfação, a resistência que deveria ser enfrentada em busca da harmonia e do bom funcionamento da sociedade.

A retomada de poder pelas vias sugeridas pelos liberais foi como cutucar a onça com vara curta: aqueles que temiam o regresso agora teriam que lutar pelas velhas conquistas. O que estava ruim, ficou ainda pior para os senhores territoriais.

O sistema de reciprocidade conquistado principalmente com o Ato Adicional e a criação da Guarda Nacional, que congregou o poder público em suas várias instâncias ao poder privado, legitimando o controle privado sobre a vida pública (LEAL, 1997), ficou enfraquecido a partir do fortalecimento do governo central, o que pressupôs, conforme Viotti (2010), grande adesão aos movimentos revolucionários, não por razões ideológicas, mas por motivos bastante pragmáticos e concretos:

As elites locais protestavam contra a perda de poder e as instruções do governo central em suas comunidades; irritavam-se com a substituição de autoridade escolhida pelo voto por outras designadas pelo governo; reclamavam da arrecadação dos novos impostos, opunham-se à intervenção do governo central

nas eleições locais e o seu controle sobre a iniciativa privada (VIOTTI, 2010, p.158).

No entanto, foi acertiva a atitude dos liberais. Com o objetivo de evitar o regresso encabeçado pelos conservadores, os liberais conseguiram a maioria no Ministério de D. Pedro II, ao passo que a Câmara era composta por maioria de conservadores. Porém, essa situação foi invertida em menos de um ano. As eleições contribuíram para constituir maioria liberal na Câmara e, ao mesmo tempo, foi formado um novo gabinete de ordem conservadora. Com o argumento de que a eleição de 1840, que deu a vitória aos liberais, havia sido fraudulenta, os conservadores dissolveram a Câmara. Até 1847 D. Pedro II conseguiu prosseguir reordenando o cenário político em bases bipartidárias.

A partir de 1847, quando foi criado o cargo de Primeiro-Ministro, o reordenamento do cenário político fixou-se nas bases do bipartidarismo. Uma confirmação dessa, sem a necessidade de entrar em pormenores, está no fato de que, nos 39 anos que D. Pedro II esteve no poder, ele formou 36 ministérios, variando entre conservadores e liberais.

Por que esses liberais, ao invés de reivindicarem a maioria de D. Pedro II, não investiram nas possibilidades de tornar o país uma República, com todos os exemplos que tiveram na América do Sul<sup>33</sup>?

---

<sup>33</sup>No processo de independência, a República foi a forma de governo assumida pelos novos Estados latino-americanos, com exceção do Brasil.

## 1.2) O ambiente da corte se transmudara a olhos vistos

*O coração é o limite e a escravidão do homem.  
Ninguém que o tenha se pode considerar livre. O  
espírito deve ter asas o coração não as pode ter.*<sup>34</sup>

Existem fenômenos sociais que são impossíveis de serem explicados sem buscar as suas raízes. Apesar de muitos falarem em América ibérica, em países latino-americanos, não negamos que há proximidades entre os países, no entanto, ressaltamos, há distanciamentos de suma relevância, e que colaboram para explicar a particular história política do Brasil.

A história dos países latino-americanos poderia ser resgatada por meio da história de seus colonizadores. Espanha e Portugal conformam o que chamamos de Península Ibérica, porém, são países com trajetórias próprias e que podem ser percebidas através das repercussões em suas colônias. Mas esta não é nossa tarefa aqui. Todavia, há um fato que deve ser destacado para tornar compreensíveis certas características brasileiras. No momento das disputas Napoleônicas, esses dois países assumem posições distintas, os portugueses colocaram-se ao lado da Inglaterra; os espanhóis ao lado de Napoleão.

Tal fato implicou na vinda da corte portuguesa para o Brasil. Este regime monárquico, transplantado da Europa, vigorou durante anos, mesmo após a independência, a qual, quando comparada com o processo transcorrido na América Latina, configura-se de forma pacífica. O regime monárquico já estava enraizado no

---

<sup>34</sup>Joaquim Nabuco. Joaquim Nabuco Diários 1873-1910, p.193 e 639.

coração dos brasileiros, que tentavam dar asas ao espírito, mas antes precisavam cortar as asas que deram ao coração.

A independência do Brasil realizou-se em um processo árduo, demandando anos de disputas, que contribuíram para definirem-se posições próprias, na descoberta do sentido e do sentimento de ser independente. A trajetória do Brasil, desde o período colonial, foi delineada a partir da união do espírito com o coração, os dois funcionando harmonicamente, sem um obstacularizar o outro, fazendo do seu vírus o seu recurso foi assim que o Brasil despertou enquanto nação.

Não foi mera coincidência que, no mesmo ano do término da Guerra do Paraguai, surgiu o Manifesto Republicano (1870) nas regiões meridionais do Brasil. A demora do Brasil em aderir à República é explicada por diversas razões de ordem pragmática. Uma primeira razão era o fato de que no Brasil, havia quem ocupasse o trono. Outro motivo era a necessidade de o país manter a unidade territorial, o que era de suma importância para sua economia. Sendo assim, a forma monárquica de governo parecia ser a mais segura, pois funcionava como aparato moral e contava com um forte poderio militar que assegurava a união nacional.

Os anos de 1870 foram o momento em que começaram a se desenhar os novos rumos da nação. Com o fim da Guerra do Paraguai (1864- 1870)<sup>35</sup>, o Brasil conquistou mais do que o direito à livre navegação pelo rio Paraguai e a delimitação de suas fronteiras. Esse fato histórico – a guerra – contribuiu para produzir, como diz José Murilo de Carvalho, o início de sentimento nacional (2009, p.32), até então inexistente de fato, pois a preocupação, anteriormente, ainda estava limitada à manutenção da unidade territorial.

---

<sup>35</sup>Sobre a guerra do Paraguai ver: DORATIOTO, Francisco. “Maldita Guerra”. São Paulo: Companhia da Letras, 2002. COSTA, Wilma Peres. **A Espada de Dâmocles**. São Paulo: Hucitec, 1996.

O Exército e as tropas da Guarda Nacional reuniram cerca de 139 mil homens lutando por uma causa comum; com a vitória, não veio apenas o gotejar do sentimento de identidade, mas também o reconhecimento e a afirmação do Exército como uma instituição com características e objetivos próprios.

A Lei do Ventre Livre de 1871, que declarava livres os filhos das mulheres escravas nascidos a partir de então, veio reforçar uma preocupação iniciada em 1850 com a Lei Euzébio de Queirós, que proibia o tráfico de negros. Segundo os dados oferecidos por José Murilo (1988), houve uma queda significativa da importação de escravos após a homologação da lei de 1850: em 1849, o número de escravos que entrou legalmente no país foi de 54 mil, após dois anos de vigor da lei, apenas 800 escravos entraram no Brasil<sup>36</sup>.

Diferindo-se da lei de 1850, que foi impulsionada pelas exigências inglesas, a lei de 1871 foi uma iniciativa da coroa, e teve repercussões, assim como a lei Euzébio de Queirós, que implicaram na reorganização política e administrativa de terras.

De acordo com a opinião do Conselho de Estado, era inviável a abolição imediata da escravidão, pois isso arruinaria as finanças do país, que já estavam em baixa devido às despesas com a guerra<sup>37</sup>. Portanto, a abolição gradual foi a medida que pareceu mais sensata.

A lei de 1871 não foi implantada com tanta facilidade, foram necessários anos de discussão no Conselho, e ocorreu um racha de posições na Câmara, formada por

---

<sup>36</sup>A Lei Euzébio de Queirós foi uma lei que favorecia os fazendeiros, ao passo que essa condição de compradores de escravos seriam julgados pelo Júri, o que, segundo José Murilo de Carvalho, significava anistiá-los. A lei seria severa com traficantes, que seriam julgados pela auditoria da Marinha. (CARVALHO, 1988, p. 55).

<sup>37</sup>Ver HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira**, tomo II – O Brasil Monárquico, livro 5 – Do Império à República. Segundo o autor, houve um aumento de 196% dos gastos do governo, declinando também as exportações e o preço do café no mercado internacional, entre outros fatores que contribuíram para o endividamento externo e o desequilíbrio econômico interno. p. 59-104.

conservadores. Os representantes do norte foram favoráveis à aprovação do projeto, os do sul se opuseram.

A supressão do tráfico em 1850 demandou a reorganização da política de terras, que implicava na regularização de todas as terras cultivadas; as não cultivadas retornariam para a posse do Estado. Outra determinação era a de que a terra só poderia ser adquirida a partir da compra – essa era uma forma de estimular o trabalho livre e assalariado; além do imposto, haveria uma taxa de revalidação e legitimação, conforme a lei de 1843, que teve alguns pontos estendidos à lei de 1850. Os dois pontos principais da Lei de Terras (1850), eram a regularização das propriedades e o estímulo da imigração de mão de obra, ocorrendo uma socialização dos custos da imigração (CARVALHO, 1988. p.84-103)<sup>38</sup>.

No entanto, de fato essa lei não rendeu frutos, o que demonstra a força dos proprietários de terras diante do governo central, que não tinha como implementar medidas contrárias aos interesses soberanos dos proprietários. Mas a lei indisputa, de certa forma, os proprietários com o Imperador, por acreditarem que este último não estava assegurando seus interesses. Porém, foi após a Lei do Ventre Livre que a classe de proprietários rurais passou a olhar com maior desconfiança para o Imperador.

Essa desconfiança que já dá sinais nos anos 1870, cristaliza-se na década seguinte, com o advento da Lei Saraiva de 1881, da Lei dos Sexagenários 1885 e da Abolição da Escravatura em 1888.

Todos os cargos, como senadores, deputados, juizes de paz, vereadores e procuradores gerais, a partir de 1881, tornaram-se eletivos. Eleitos pelo voto direto e secreto nas eleições de todo o país, no entanto, teriam direito ao voto os eleitores

---

<sup>38</sup>Ver também: SILVA, Lígia Osório. **Terra devolutas e latifúndio**. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

alistados pelo censo. A lei determinava que teriam direito ao voto os cidadãos com renda anual igual ou acima de duzentos mil réis, concedia liberdade civil e elegibilidade aos não católicos e aos naturalizados; foram criadas restrições aos analfabetos, além de ser estabelecido o título de eleitor e eliminado o sistema de nomeação dos votantes, contribuindo para diminuir a margem de erros e fraudes e modificando o perfil do eleitorado no Brasil. O período antecedente à lei contava com uma média de 10% da população como votantes, diminuindo consideravelmente para 1,5% de votantes.

Tanto liberais como republicanos e a maioria dos conservadores eram favoráveis à implementação do voto direto. Entre todos estes, estava a figura do senhor rural, também a favor do voto direto, pois, apesar de a grande massa do eleitorado lhes garantir ganhos políticos, essa mesma massa lhes gerava despesas relativas à manutenção da fidelidade. As divergências entre os grupos acima estavam na definição do eleitorado, que passou a ser configurado pela elite brasileira, excluindo a população pobre e analfabeta. Tem razão Souza quando afirma que:

Se, por um lado, seria útil ao governo afastar das urnas uma população que vinha se expressando por uma nova cultura política em defesa de seus direitos. Por outro, a Monarquia perdia ali a oportunidade de criar uma base de sustentação que amparasse o Regime de possíveis arroubos golpistas. (SOUZA. s/d. p.23).

A própria monarquia foi criando mecanismos que facilitaram a deposição do monarca e a substituição de seu governo por uma República encabeçada pelos adversários que criou, que apontavam no manifesto republicano de 1870 o que agora fazia sentido para a maioria da população: “o triste isolamento em que se achava o país,

separado do velho mundo pela distância, e do nôvo pelas instituições” (HOLANDA, 1977, p.254).

Um elemento novo apareceu na cena política com a instauração da República. A presença mais constante que marcou o cenário foi a dos positivistas, que “constituíram, sem dúvida, o grupo mais ativo, mais beligerante, no que diz respeito à tentativa de tornar a República um regime não só aceito como também amado pela população” (CARVALHO, 2009, p.129)<sup>39</sup>.

### **1.3) Uma tática sagacíssima**

Houve espaço, no campo de disputa política no Brasil, tanto para ideias liberais como para ideias conservadoras. Tais ideias, como pode ser notado na exposição feita acima, foram se adaptando à realidade e a realidade se adaptando a elas.

Favoráveis a instituições representativas – porém representativas das elites brasileiras – privilegiavam a autoridade do governo, ao passo que reduziam as possibilidades do consenso; a autoridade foi sempre exercida de cima para baixo, com uma disposição para obedecer o mais poderoso, como também de tratar com desprezo ou simplesmente não tratar os menos favorecidos; destacavam a hierarquia e negavam a igualdade entre os homens. Conservadores ou liberais? Essa é a pergunta.

Estamos nos referindo a ambos, posto que tanto liberais quanto conservadores nutriam uma característica comum, e talvez a mais prejudicial ao desenvolvimento da sociedade brasileira – o autoritarismo –, que esteve presente, mesmo que de formas

---

<sup>39</sup>Não discorreremos sobre o período republicano, pois o objetivo deste capítulo é revisitar o período histórico do qual trata o nosso objeto de pesquisa, buscando reconhecer as delimitações do campo de disputa político para compreender quais foram os limites e como foram se desenhando os pensamentos liberal e conservador no Brasil.

distintas, em todos os momentos da história do desenvolvimento das ideias políticas no Brasil. Mais do que permeado por características conservadoras e apego ao tradicionalismo de origem ibérica, como afirmam alguns intérpretes, o Brasil se forma permeado por traços autoritários.

O autoritarismo pode ser observado tanto nas propostas dos liberais como nas dos conservadores. Entre esses últimos, fica claro, quando olhamos para o projeto de centralização do governo, para a imposição de um senado vitalício, para a criação de um Poder Moderador, o fato de ignorarem a presença de escravos no Brasil quando feita a Constituição de 1824.

Do mesmo modo, princípios liberais no Brasil não contribuíram para garantir as igualdades, mas sim para ratificar as desigualdades por meio dos privilégios que o discurso liberal legitimava.

Porém, tal fato não desqualifica os conservadores enquanto conservadores e nem os liberais enquanto liberais, como diz Roberto Schwarz:

É claro que a liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei e, de modo geral, o universalismo eram ideologia na Europa *também*; mas lá correspondiam às aparências, encobrando o essencial – a exploração do trabalho. Entre nós, as mesmas idéias seriam falsas num sentido diverso, por assim dizer, original. (SCHWARTZ, 2000. grifo nosso).

Como alerta Florestan Fernandes, não foi pela forma clássica de desenvolvimento do capitalismo que o Brasil se inseriu no sistema. No Brasil, as mesmas formas fundamentais para o desenvolvimento ocorrem, no entanto, não

acompanhando a mesma ordem; o processo, aqui, ocorreu de acordo com suas próprias possibilidades, as quais, por diversos motivos, eram distintas do modelo clássico<sup>40</sup>.

---

<sup>40</sup>Ver FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Para uma análise mais culturalista ver MORSI, Richard. **O Espelho de Próspero**.

## II O DESERTO E O TRÓPICO, A ESCRAVIDÃO E O DOMÍNIO INDEPENDENTE

Populações Meridionais do Brasil I, é dividido em quatro partes, nas as quais Oliveira Vianna busca apresentar a formação histórica, social e política da sociedade brasileira, além de sua psicologia política.

Ao tratar da formação histórica do Brasil, Oliveira Vianna ressalta a importância principalmente da formação da aristocracia rural, delineando as rupturas com o modelo fidalgo do colonizador que, em contato com o meio ambiente, deu vida a uma nova estrutura social, a uma população com nova índole, se não completamente distinta da do colonizador, ao menos com particularidades que nunca teriam sido encontradas na metrópole.

Porém, dentro das divisões elaboradas por Oliveira Vianna para analisar a formação social brasileira, existe uma ruptura que não ocorre, e aparece no início da primeira parte, prosseguindo até o final de sua análise. Estamos nos referindo à antecipação das instituições públicas. Como demonstrado pelo autor e mais profundamente abordado na terceira parte do livro, as instituições, desde os primeiros anos de colonização, antecedem a formação social, principalmente no centro-sul, o que deixa uma marca na psicologia política dos povos dessa região, como será apresentado a seguir.

Oliveira Vianna, ao constatar alguns elementos presentes na sociedade brasileira, – a força do senhor de terras e a formação do clã rural–, demonstrou como essa presença tem como contrapartida várias ausências. Presenças e ausências permeiam a análise do autor, seja se considerados os níveis institucionais, sociais, políticos, psicológicos, econômicos ou históricos. Tanto elementos presentes quanto ausentes, segundo o autor, apontam à organização da sociedade características negativas ou positivas.

Sendo o Brasil reflexo da expansão mercantil europeia, e tendo Portugal interesses puramente mercantis e não um claro objetivo de expansão territorial, a administração colonial foi voltada para os negócios da coroa. O território e a vida pública da colônia não interessavam à metrópole. Os que na colônia a representavam habitavam a terra sob o mando do Rei para não correrem o risco de perdê-la e garantirem os pagamentos do fisco. Assim, tudo era centralizado em torno da metrópole, objetivando a exploração da colônia para o seu desenvolvimento.

O Rei, para deter o controle, impôs uma organização colegiada formada por grupos de indivíduos encarregados de cuidarem das terras de além-mar. Esse colegiado era quem intermediava a relação dos capitães com o Rei, o qual, dessa forma, detinha o poder das capitânicas sem estar presente.

Passou-se a ter uma estrutura vertical após a instituição do cargo de governador geral, que era a máxima representação da coroa na colônia. Este fato pressupôs um dilema: o Rei, para não perder o poder, delegou – ou seja, descentralizou o poder. Essa estratégia de Portugal permitiu a privatização da terra, que foi realizada com o resíduo do sustento da metrópole, permitindo a vigência de uma pequena economia.

Porém, a economia gerada pela privatização do território teve outro fundamento: o sistema de distribuição de terras organizado pela coroa. No sistema de sesmarias a terra era concedida prioritariamente aos homens de posse, que se empenharam em cumprir a função exploratória que configurava o objetivo primeiro da coroa, e foi realizada em três etapas: a caça ao índio, o movimento da “bandeira” e o ciclo do ouro.

Com o argumento de “ter conquistado o gentio, ter espavorido as feras, ter povoado com pontas de gado grosso os sertões e tais títulos que lhes dão jus às

sesmarias vastas” (VIANNA, 1987, p.93), esses senhores se fizeram proprietários de grande extensão de terras.

A esse sistema de distribuição de terras, Vianna sugere uma alternativa, propondo que:

o Latifúndio concedido poderia, por exemplo, ser retalhado em quadra, aforadas a colonos livres, presos ao proprietário pela obrigação das corveias e das talhas, à maneira feudal, ou, então, ligados a ele por um contrato de parceria agrícola, como se faz atualmente em certas zonas açucareiras ou nas fazendas de café (VIANNA, 1987, p.61).

O autor aponta para a suposição de ter sido esse sistema implantado sinalizando que outra seria a organização da sociedade brasileira. No entanto, com o sistema de sesmarias, a vastidão da terra e o clima tropical que a torna propícia para a plantação e o cultivo de diversos gêneros, mais a presença do escravo, que conformava a grande massa trabalhadora indispensável à manutenção e prosperidade de um grande engenho, vemos, à luz da análise de Oliveira Vianna, formar-se uma sociedade particularíssima, com regiões diversificadas, compostas por latifúndios que funcionavam como pequenos organismos autônomos que configuravam a sociedade.

A metrópole, com o sistema de distribuição de terras e a organização política administrativa, deu margem ao primeiro conflito ocorrido em terras americanas. O conflito entre o caráter centrífugo e o caráter centrípeto da sociedade e do poder. O primeiro, segundo Vianna, é natural do “novo mundo”, ao passo que o segundo é característica do colonizador português.

Conforme retrata Oliveira Vianna, os portugueses que vieram para o Brasil eram homens com hábitos mundanos, uma aristocracia essencialmente urbana e

acostumada à existência palaciana, que competiam com os homens da terra, “homens sóbrios e honrados, embora de poucas posses” (1987, p.28), mas que aos poucos foram se fixando à terra e garantindo seu espaço por meio da atividade exploratória e expansionista. As duas tendências, a centrífuga e a centrípeta, acabaram por gerar o duplo domicílio, ficando a cidade com os momentos de recreação e o campo com o trabalho. Essa estrutura permaneceu até o momento em que a economia exigiu presença integral do fazendeiro no campo, gerando um sentimento preferencial pela tranquilidade proporcionada pela vida rural, caracterizando o meio americano. Observa-se a presença do ambiente americano atuando sobre a cultura lusitana, bem como rompendo, em certa medida, com essa última, ao passo que adquire características próprias.

Algumas características do luso, segundo Oliveira Vianna, são alteradas devido à geografia e à economia que restringiam os homens ao recesso das fazendas, demonstrando que o ambiente americano se sobressai às características do colonizador, dando forma a um indivíduo peculiar. Porém, algumas características do luso, de acordo com as circunstâncias, se intensificam, como o ardor aventureiro, que se fortalece durante o movimento das bandeiras nos séculos de colonização. No entanto, à medida que o sedentarismo agrícola realiza sua obra de paz e civilização, esse ardor extingue-se totalmente. Percebe-se que Vianna aceita a tese de que o meio atua sobre os homens, pois, quando conveniente para a exploração do território, a característica lusa sobressai, ao mesmo tempo em que desapareceu quando o ambiente demandou calma, sedentarismo e estabilidade.

Reclusos nas fazendas, o tipo de ação coletiva que preponderou foi a vida em família. O modelo de organização familiar atuou na mentalidade da aristocracia rural tornando-a uma classe doméstica pelos hábitos e tendências. Ressalta Vianna que

essa era uma característica da alta classe, posto que a classe menos favorecida, pela ausência em grande medida da autoridade do *pater-família*, apresentava uma estrutura instável da qual provêm as falhas morais dessa população.

O costume de conceder sesmarias a fidalgos e pessoas de posse excluiu das propriedades de terra os menos favorecidos, mas esse erro, conforme Vianna, não foi causado pelas ordens da coroa, mas sim pela displicência de seus representantes na colônia, porque a metrópole dizia que poderia ser concedida sesmarias a qualquer um que tivesse condição de tocá-las, no entanto, “os executores desses regimentos, vivendo dentro de um ambiente cheio de preconceitos aristocráticos, como é da sociedade vicentista, não dão à concessão de sesmarias essa amplitude democrática, que está no pensamento da metrópole” (VIANNA, 1987, p.96).

As consequências dessa displicência para a organização social foram muitas.

Por esse tempo, não há por assim dizer, outra profissão senão a da exploração da terra. Os que não possuem sesmarias, ou não conseguem adquirir terras, acham-se como que deslocados dos quadros da própria sociedade em que vivem. Emigrar é, então, ao mesmo tempo, uma fuga à miséria e um meio de classificação (VIANNA, 1978, p.86).

Dessa forma, segundo Vianna, a organização da antiga família fazendeira em bases estáticas dificultava a migração dessas classes e, com isso, a conduta desses sujeitos tornou-se condição essencial da vida moral. Fortalecendo seu argumento, lembra Gabriel Tarde, ao dizer que os homens só sentem responsabilidade moral quando sentem similitude social (VIANNA, 1987, p.81). Essa estabilidade, ao colocar o senhor de terras em evidência, permitiu também que algumas qualidades do luso, como a fidelidade, o respeito, a honradez e a independência moral, fossem herdadas pela nobreza territorial.

Ao contrário do nobre da terra, a população rural não herdou nenhuma das características lusitanas:

não há, entre nós, nos campos, nas camadas inferiores, homens graves: o elemento mestiço, que prepondera na plebe rural, não prima de modo alguma pela respeitabilidade (VIANNA, 1978, p.53).

Oliveira Vianna explica essa distinção de caráter entre a alta nobreza e as camadas inferiores, sendo as últimas formadas em grande medida por mestiços oriundos dos próprios latifúndios, pois “servir de campo de cruzamento, centro integralizador de três raças distintíssimas, é a segunda função social do domínio rural. Essa função é uma das maiores de nossa história – porque nela está a gênese e a formação da própria nacionalidade” (VIANNA, 1978, p.69). Percebe-se com esta citação que, ao mesmo tempo em que Vianna distancia as duas classes com relação à sua psicologia e qualidade de seu caráter, não deixa de reconhecer ambas como componentes da nacionalidade brasileira.

Sendo assim, o desrespeito à norma imposta pela metrópole deu margem para a expansão colonizadora do II e III séculos; a miséria e a precariedade de vida desses sujeitos os impulsionaram para a formação de dois novos elementos sociais: o mestiço que fazia a segurança do domínio formava o contingente sertanista, foi o batedor da bandeira, e conformava-se enquanto um elemento combativo e guerreiro, que o senhor de terras fazia questão de conservar infixo (VIANNA, 1987, p.71); os agregados sem meios para requerer sesmarias e sem serventia como trabalhadores livres devido à mão de obra escrava, que se refugiavam ao lado do proprietário de terra (VIANNA, 1987, p. 67).

Alguns fatores foram essenciais para a formação dos três grupos citados acima. O fazendeiro, o mestiço e o agregado só adquiriram os específicos traços sociais

devido à fragilidade administrativa, à desmedida amplitude territorial e ao clima tropical, que tornava a terra propícia para a plantação e para o cultivo de diversos gêneros, e a mão de obra escrava.

A fragilidade administrativa é uma característica que permeia a análise de PMB-I. Seu primeiro sinal se dá pelo desrespeito à lei que define a distribuição de terras. A obediência herdada da tradição lusa ainda era uma característica dos homens da colônia, no entanto, atingia apenas aqueles que estavam no topo da hierarquia.

A instabilidade da administração política, ao que parece, advém, segundo o autor, de um problema de organização do poder. Nos primeiros anos de colonização, a estrutura administrativa antecede a formação social com o único intuito de garantir os dízimos, o seu monopólio, e para isso ela constrange, ameaça e tenta disciplinar o homem da terra com seus alvarás e leis (VIANNA, 1987, p.241).

A consequência dessa precedência administrativa estava na limitação que esta ação da metrópole impôs à população da colônia, que, tendo necessidade de segurança, deveria compreender e aceitar a ordem pública. As diversas proibições impostas pela metrópole iam desde a restrição da produção de alguns gêneros – que eram produzidos na metrópole, para evitar a concorrência –, até o impedimento de construção de estradas que facilitassem a intercomunicação entre os centros mineradores com o litoral – assegurando desta forma a fiscalização (VIANNA, p.1987, p.244).

Além do mais, os quadros administrativos impostos pela metrópole eram, em sua maioria, compostos por homens escolhidos na própria localidade. Como exemplo, o cargo de capitão-mor, eleito pela Câmara dentre as pessoas residentes na

comarca, compreendia atribuições administrativas, judiciárias, políticas e militares, como se fossem delegados de polícia das aldeias (VIANNA, 1987, p.137).

Para a composição das Câmaras, podiam ser eleitos, devido às normas censitárias, apenas os nobres da terra, assim como eram esses mesmos sujeitos que compunham os cargos de alto escalão do exército e da marinha, nutridos por um interesse meramente ornamental, ficando os cargos de base da hierarquia por conta dos mestiços, cargos que exigiam trabalho e não tinham todo o luzimento que traziam as fardas do alto escalão. Portanto, todos tinham verdadeiro pavor de serem recrutados para o cargo de soldados. Como os demais, os juízes também eram eleitos pela nobreza territorial.

Esses fatores levam Oliveira Vianna a afirmar que o modelo de administração atribuído na colônia pela metrópole, mais do que organizar a sociedade, contribuiu para a organização e o fortalecimento de uma administração de caráter partidário comandada pela nobreza territorial.

É claro que a existência de tal nobreza territorial não poderia permanecer apenas a partir de uma organização administrativa. Outros fatores de ordem pragmática contribuíram para a existência dessa classe, bem como contribuíram para o mau funcionamento da organização administrativa. Estamos nos referindo ao meio ambiente, como o conjunto das condições biológicas, físicas e químicas que vão gerar as circunstâncias culturais, econômicas e sociais favoráveis à organização específica da sociedade brasileira. A amplitude territorial e as condições favoráveis da terra para a economia agrícola e pastoril<sup>41</sup> foram fatores fundamentais para a

---

<sup>41</sup>Por não encontrarem de imediato as riquezas minerais é que a atividade agrícola se desenvolveu na colônia como forma de atender aos interesses da metrópole; porém é importante ressaltar que essa não era a atividade preponderante em Portugal.

formação particular da cultura no Brasil. Isso porque facilitaram a migração, contribuíram para o cultivo de produtos que demandavam grande extensão de terras, bem como inibiram a existência da classe de pequenos proprietários, e também colaboraram para a diversificação regional do país, o que é de extrema relevância. Afirma Vianna que:

No mundo europeu, toda a organização social tem sua razão de ser nesta causa primeira: a necessidade de terra, a penúria de terra, a carência de terra. Se os escravos surgem; se surgem os servos; se aparecem os vilões; se o feudalismo se organiza; se a luta se abre entre o povo e a nobreza, é tudo pela míngua de terra. Toda a trama de dependência entre senhores e servos, todo o vasto travejamento do mundo feudal, com as suas servidões, as suas banalidades, as suas corveias, as suas talhas, explica-se antes de tudo pela falta de terra (VIANNA, 1978, p.129).

Na época da colonização, com o movimento expansionista dos primeiros séculos e a vitória do caráter centrífugo de origem americana, os latifúndios formavam-se em regiões muito distantes dos pequenos centros comerciais, que geralmente eram localizados nas regiões litorâneas do país. Essa distância e a dificuldade de deslocamento até as cidades geraram para os proprietários rurais a necessidade de impor ao latifúndio agrário uma economia de auto-subsistência. Dessa forma, além dos produtos produzidos para serem comercializados, o domínio rural passou a produzir os elementos primários para a subsistência da população interna e vizinha do latifúndio, – ou seja, para agregados –, bem como criou uma complexidade de aparelhos de produção.

São estes, realmente, os quatro únicos produtos (ferro, sal, pólvora e chumbo) que o grande domínio não pode produzir. De modo que dentro do latifúndio frui uma independência econômica absoluta. (VIANNA, 1987, p.117).

Assim, como a aristocracia rural não poderia emergir e se fortalecer apenas com a fragilidade das instituições administrativas, contou, para isso, com as particularidades do meio ambiente. A aristocracia rural também não teria a força que teve se os seus latifúndios não fossem autônomos, e essa autonomia, em grande medida, deve ser atribuída à mão de obra escrava, posto que esta foi a grande responsável pela carpintaria, serralheria, pelos serviços de vaqueiro, pastoreio e pescador. Enfim, os escravos serviam ao senhor de todas as formas possíveis, dando ao domínio rural a capacidade que tinha; inclusive o transporte das mercadorias para o Rio de Janeiro era de responsabilidade das tropas criadas na própria fazenda, propiciando independência econômica absoluta ao grande domínio rural.

Por isso Vianna confirma em PMB-I o que disse Antonil a respeito do assunto: “os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles não é possível no Brasil fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente” (Antonil, apud VIANNA, 1987, p.63). A consequência disso, segundo Vianna, é:

O deserto e o trópico, a escravidão e o domínio independente: sob a ação dessas quatro forças transmutadoras, o laço feudal, a hierarquia feudal transportada para aqui nos primeiros dias da colonização, se desarticula, desintegra, dissolve e uma nova sociedade se forma com uma estrutura inteiramente nova (VIANNA, 1987, p.129-130).

O que Vianna nos apresenta como uma nova sociedade dotada de estrutura particular é aquela que desde o primeiro século de colonização vai se conformando por meio de diversas hierarquias espalhadas pelo território. Cada grupo se forma a partir dessa hierarquia, que tem no topo o chefe da família, depois os familiares, os trabalhadores mais especializados, os agregados, os escravos.

Ao que tudo indica, Oliveira Vianna via a formação da sociedade brasileira a partir da força de um ator, o senhor rural, como se por meio dessa força preponderante todo o resto se constituísse, e não o contrário, ou seja, não foi a sociedade já constituída que deu forças para esse senhor rural, mas sim a população que desbravou as terras, que configurou normas, que estabeleceu relações. Tudo na sociedade brasileira seria reflexo de suas ações. Apesar de entender a formação desta maneira, Vianna diz o seguinte: “Essa centena de homens, que se solidariza em torno do senhor rural, que o obedece e lhe forma a clientela, não o faz porque seja um corpo de operários, nem uma seita de crentes, nem por necessidade de defesa contra o inimigo externo” (VIANNA, 1987, p.133).

Vejamos a seguir o por que o autor atribui tamanha força a esse ator social que congrega tantos elementos ao seu redor e dita normas à nova sociedade.

### **2.1) Uma criação essencialmente brasileira**

O *clã rural* foi constituído devido aos três fatores que citamos acima – à administração, à amplitude territorial e ao trabalho escravo. Mas seu poder de incorporação social, formando a unidade agregadora por excelência na colônia, vem também de outros fatores, mas que foram consequências dos primeiros.

Como dissemos acima, os cargos políticos e administrativos da colônia, em sua maioria, eram cargos eletivos, e essa função era incumbência da nobreza territorial. Essa autonomia municipal pressupôs, segundo Oliveira Vianna, a corrupção dos aparelhos de justiça, que acontecia de diferentes formas e era realizada por vários representantes da lei, culminando no que o autor chama de arrendamento

dos cargos públicos, bem como deu espaço à *anarquia branca*, como foi denominado pelo autor o sistema de corrupção.

Vianna demonstra que o formato das instituições legitimava os desmandos cometidos na esfera municipal pelo caudilhismo local. Eram os chefes de clã, proprietários de terras, que tinham o poder de elegibilidade dos cargos de comando dos municípios, o que pressupôs que tais corporações municipais se tornassem o centro de agitação por excelência dos partidos locais. A luta entre facções organizadas pelos proprietários de terras girava em torno da disputa por posições na Câmara, a qual propiciava aos senhores o direito de elegibilidade dos demais cargos municipais, ou seja, colocava em suas mãos o poder de juiz, de delegado, de polícia e de administrador do território, e do contrário, apoiados em suas tropas de sequazes, formadas pelos mestiços, os potentados rurais invadiam cidades, assaltavam câmaras, expulsavam autoridades e impunham aos representantes dos poderes públicos a sua vontade e o seu arbítrio (VIANNA, 1987, p.73).

Portanto, os chefes de clãs detinham o poder político e econômico, e veremos como conquistou o social. Para isso, primeiro é necessário que vejamos como a presença do poder político e econômico nas mãos dos senhores rurais gerou uma série de ausências na sociedade que permitiram que eles conquistassem também o poder social sob os demais grupos que compunham a sociedade.

O sistema escravista agiu na estrutura social de maneira intensa e coesa, pressupondo o que Vianna chama de ação simplificadora realizada pelo domínio rural. Esse fator foi impeditivo para a emergência de uma classe média capaz de contrabalançar o poder do domínio rural e de impor certa heterogeneidade na sociedade brasileira da época.

Segundo Vianna, existiam três fatores fundamentais para a realização dessa heterogeneidade na organização social vinculados entre si. O desenvolvimento do comércio levaria à formação de uma *classe industrial* que pressuporia a existência de uma *classe urbana*, no entanto, o atrofiamento de uma delas geraria consequências nas demais.

De acordo com o autor, *A classe comercial* era secundária, e constituída por dois tipos: o ambulante luso, que visitava as fazendas com o propósito de vender suas mercadorias, e os que se ocupavam do comércio sedentário, que não formavam uma classe numericamente importante para o sistema, tornando-se, por isso, insignificante. *A classe industrial*, não se firmou devido à multiplicidade das oficinas existentes nos grandes domínios rurais, tornando suas atividades desnecessárias, e as *classes urbanas* também não se constituem. Os centros urbanos eram habitados pela escória da sociedade, como relata o autor – havia todo tipo de gente, que não se reconhecia enquanto uma unidade do mesmo meio, compondo apenas uma massa estagnada, que não tinha nenhuma representação.

A ausência dessas classes na sociedade brasileira, para Vianna, constituía-se em um problema – a ausência de força política que delas poderia emergir –, tendo em vista as experiências estrangeiras, em que, por intermédio da solidariedade entre as classes, ressaltava-se a consciência das mesmas, dando margem a disputas, revoluções que levassem a rupturas. No entanto, ao reconhecer tais características como “um dos mais singulares aspectos da nossa estrutura social”, prossegue afirmando que, por isso, “somos inteiramente diferentes das sociedades européias. Nada que lá existe, nesse ponto, se passa aqui: somos completamente outros” (VIANNA, 1978. p.119). O sistema social, no Brasil, estava em construção e apresentava características particulares, diferentes das dos modelos europeus e norte-

americano, por isso a análise, para o autor, demandava a compreensão particular e soluções particulares para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

De acordo com o entendimento de Vianna, não era necessária uma atitude no sentido de romper com o colonizador, porque isso já vinha sucedendo naturalmente desde os primórdios da colonização. O autor demonstra que o luso vai se transformando quando entra em contato com o meio americano: os dois vão se fundindo, o espírito aventureiro do luso colabora para a exploração e expansão do território, ao mesmo tempo em que o ambiente e a vastidão de terras férteis são propícios para o cultivo de gêneros específicos que prendem o aventureiro à terra e fixam-no ao ambiente, ou seja, a sociedade vai se formando organicamente. O problema para Oliveira Vianna estava formulado de outro modo, a partir de outras causas:

Nem nos grandes domínios açucareiros, nem nos grandes domínios cerealíferos, nem nos grandes domínios cafeeiros, nem nos grandes domínios pastoris, os interesses econômicos da classe foreira e da aristocracia territorial se aliam de um modo constante e durável. Essa interferência é, porém, intermitente e transitória. Não apresenta o cunho de uma necessidade inelutável. (VIANNA, 1987, p.125)

Esses fatores colaboraram para a ausência de solidariedade social entre as classes, em um país no qual o meio geográfico, o clima e a natureza tropical influenciaram de forma condicionante as relações sociais, gerando uma desorganização na hierarquia da sociedade, a ausência de uma relação de interdependência entre as classes. Além disso, os trabalhadores livres eram favorecidos pelo meio, pela extensão e fertilidade de terras, podendo se instalar onde quisessem e não necessitando do apoio do grande senhor rural, que, por sua vez, não

dependia do trabalhador livre, porque tinha os seus escravos, não firmando nenhuma relação permanente.

Com o trabalhador rural isso também acontecia. Mesmo após a abolição, o trabalhador rural não dependia do grande agricultor; trabalhava dois dias da semana para manterem-se durante o restante dos dias. Em vista disso, o salário não era um meio essencial para o custeamento da vida. Havia terras disponíveis, permitindo grande mobilidade e propiciando uma economia de auto-subsistência fora do *clã rural*, o que não permitia o estreitamento dos laços entre patrão e empregado. Quanto a esse fato, Vianna diz que, enquanto na Europa e na América do Norte existia proletariado, no Brasil havia sitiantes, foreiros, escravos, vassallos, entre outros (VIANNA, 1987, p.119), que distinguiam por completo a estrutura do Brasil quando comparado a essas regiões.

Como nos descreve Vianna, a cultura exigia grandes extensões de terras para que as plantações de café e cana e o regime pastoril dessem lucro. Dessa forma, o pequeno proprietário limitava-se à plantação de mandioca, milho e feijão, e tinha despesas e necessidade de fazer aquisições variadas, reduzindo, assim, sua capacidade de acumular riqueza. Além desses fatores, a clientela era restrita, posto que quase não havia mercado interno, já que tudo girava em torno das grandes propriedades. A baixa produção, a falta de transporte para as mercadorias, e a pequena demanda para elas, fizeram com que, muitas vezes, essa classe tivesse prejuízo, não conseguindo força para se estabelecer enquanto uma classe homogênea, forte e capaz de opor-se ao poder dos grandes domínios agrícolas.

Essa simplificação de estrutura da sociedade rural é acentuada por uma das falhas mais graves da nossa organização coletiva: a inexistência de uma classe média, no sentido europeu da expressão. É na pequena propriedade rural,

florescente e progressiva, que essa classe tem a sua melhor base. Ora, várias causas, umas de natureza econômica, outras de natureza social e jurídica, embaraçam aqui, de mil modos, durante todo o período de nossa evolução histórica, a construção de uma classe próspera e ativa de pequenos proprietários rurais (VIANNA, 1987, p.125).

Ao comparar a sociedade brasileira à europeia, na tentativa de mostrar a presença da classe média formada pelos pequenos proprietários na Europa e a ausência desta classe no Brasil, Vianna deixa transparecer certa ambiguidade em sua exposição. Muito da disparidade encontrada entre a realidade brasileira e europeia do período ocorre, de acordo com a exposição do autor, por causa da ausência de dependência entre as classes, que é uma consequência do tipo de cultura agrícola do Brasil, pois “o milho, o feijão, o arroz, a cana, o café, ou são produtos imediatamente utilizáveis por ele (cultivador n.a.), ou são mediante operações rudimentares, como os ‘molinetes’, ‘pilões’, ‘monjolos’ primitivos” (VIANNA, 1987, p.124). Isso distingue o cultivo em terras brasileiras daquele preponderante na Europa, que demandava a aproximação entre o pequeno e grande proprietários para realizar o beneficiamento dos produtos. Ou seja, o autor pressupõe que um dos motivos para a não interdependência entre as classes no Brasil é a facilidade de beneficiamento dos produtos.

Em outro momento, ainda para justificar a associação entre as classes na Europa e a existência de uma classe média que lá foi essencial – e aqui também teria sido –, Vianna diz que a cultura europeia apresentava uma dupla particularidade que deu margem à realidade da classe média na Europa. Uma peculiaridade europeia é o fato de o cultivo da uva e do trigo proporcionarem altas rendas em pequenos espaços; outra é que esse cultivo não exigia, “como o café e a cana, complicados e

dispendiosos aparelhos de beneficiamento” (VIANNA, 1987, p.126). O que no parágrafo acima era produto de fácil beneficiamento, demanda agora dispendiosos aparelhos de beneficiamento no Brasil, ao passo que, na Europa, o que impulsionava a anexação do pequeno ao grande proprietário era a dificuldade do beneficiamento dos produtos, que passa agora a ser de fácil beneficiamento, justificando maiores ganhos.

Percebe-se que, quando Vianna precisa justificar a capacidade de associação dos europeus diante da inaptidão de associação dos brasileiros, afirma que essa dificuldade sucede da não dependência entre pequeno e grande proprietário, devido à facilidade de beneficiamento dos produtos cultivados, que não precisavam utilizar-se dos recursos do grande proprietário, diferindo-se do que ocorre com o trigo produzido pelo pequeno proprietário europeu, que, para ser beneficiado, ser moído, ser cozido, precisa recorrer aos recursos do grande proprietário, gerando uma dependência entre eles.

Tal exposição nos dá a entender que os produtos cultivados no Brasil poderiam ser trabalhados pelos próprios produtores e encaminhados aos respectivos fins, sem precisar do auxílio do grande domínio. Porém, para justificar a existência da classe média europeia em contraposição à inexistência dessa mesma classe no Brasil, Vianna simplesmente inverte seu argumento: o que era um processo rudimentar, passa a ser um processo “complicado e dispendioso”, que dá causa ao problema da não emergência de uma classe de pequenos proprietários no Brasil.

Aparentemente, Vianna manipulou os fatos para justificar suas conclusões, o que poderia, além de ressaltar uma ambiguidade em seu pensamento, também enfraquecer o seu argumento. Se Vianna mantivesse sua primeira hipótese – de que o processo é rudimentar e por isso não demanda auxílio externo, o que pressupõe a não formação de

laços de solidariedade social por esta via –, Vianna não poderia argumentar a inexistência de uma classe média no Brasil devido à dificuldade de beneficiamento dos produtos, seria necessário o autor procurar argumentos mais consistentes.

No entanto, Oliveira Vianna, apesar desse pequeno desvio, não enfraquece por completo o seu argumento, quando ressalta a necessidade da grande amplitude territorial para que o cultivo dos diversos gêneros produzidos no Brasil fosse rentável, além deste fato, o que também prejudicava o pequeno proprietário, era, a carência de uma série de utilidades, como: oficinas, mão de obra, materiais, entre muitas outras coisas que eram produzidas pelos escravos nos grandes latifúndios, e que, o pequeno proprietário precisava despender de recursos para adquiri-los, dificultando a capitalização de riqueza e a prosperidade das pequenas propriedades.

Porém, Vianna prossegue desqualificando a própria objeção, ao expor que os europeus têm os mesmos gastos e mesmo assim prosperam, diferindo-se do que ocorre com os pequenos proprietários brasileiros, posto que o problema maior, diz o autor, é que na Europa “os pequenos proprietários encontram facilidades de mercados, que os nossos não encontram” (VIANNA, 1987, p.126).

Ao tentar dar razão plausível ao seu parecer de que um dos grandes problemas da sociedade brasileira consistia na ausência de uma classe média capaz de contrabalançar o poder dos grandes latifundiários, Vianna perde-se na própria argumentação, mas não a invalida, posto que podemos considerar o atrofiamiento do comércio brasileiro proporcionado pela auto-subsistência do latifúndio, o que não deu espaço para o desenvolvimento de um conjunto de estabelecimentos comerciais. Vianna, apesar do pequeno desvio, não perde totalmente o fio condutor do enredo.

Sintetizando, as dificuldades para a emergência de uma classe média no Brasil são muitas, a começar pelo lucro – que apenas vem da cultura extensiva–, a

falta de centros urbanos e a dificuldade de transportar os produtos até as poucas regiões urbanas que existiam, entre outros fatores, que culminam na afirmação assertiva do autor de que “em nossa economia social, tudo trama, então, e conjura contra a pequena propriedade, o seu desenvolvimento, a sua prosperidade, a sua preponderância” (VIANNA, 1978, p.128).

Diante dessas circunstâncias, parece incompreensível a formação do *espírito de clã*, porque, como foi demonstrado até agora, não havia nenhum laço de interdependência que pudesse impor a relação de concentração em torno do grande senhor rural.

Não é só pela riqueza e pela força do seu clã de capangas que o senhor rural é o patrono ideal do baixo povo. Toda a legislação colonial tende a fazê-lo o centro histórico de gravitação colonial do povo rural (VIANNA, 1987, p.142).

Esse agrupamento ocorreu pela necessidade de segurança, de defesa contra a *anarquia branca*, ou seja, nesse momento os senhores rurais aparecem como os chefes dos clãs, que vão assumir o papel do Estado a favor de seus protegidos, já que viviam com base em uma política de personalismo e patrimonialismo, na qual as circunstâncias induziam o povo a incredulidade no poder da justiça.

Um representativo relato sobre esta insatisfação é citado por Vianna e merece ser aqui destacado:

Aonde estão os irmãos da Santa Casa de Misericórdia, tão zelosos nas obras de caridade e do serviço de Deus? Venham aqui para darem sepultura à Justiça, que morreu nesta terra e não há quem a enterre honradamente (CALADO, apud VIANNA, 1987, p.134).

Como dito acima, no período colonial existiam juízes corruptos. Esses apresentavam-se em dois tipos de juízes populares: o juiz ordinário, que

jurisdicionava nas vilas e povoações pouco densas; e o juiz de vintena, que jurisdicionava nas aldeias distantes. Ambos eram eleitos pelos *homens bons* das cidades, não podendo deixar de ser pertencentes aos clãs, porque os *homens bons* só elegiam aqueles de sua confiança para a realização de uma justiça de compadres. Portanto, os que não faziam parte do clã comandado pelo senhor rural eram desfavorecidos, podendo até ser prejudicados sem o apoio do todo-poderoso, que assumia o caráter patriarcal protegendo os desfavorecidos e com isso os mantendo à sua volta.

Faz-se, assim, a magistratura colonial, pela parcialidade e corrupção dos seus juízes locais, agentes mais poderosos da formação dos clãs rurais, uma das forças mais eficazes da intensificação da tendência gregária das nossas classes inferiores (VIANNA, 1987, p.137).

Os capitães-mores também agiam de forma arbitrária e fora da lei, favorecendo a uns e prejudicando a outros dentro de suas conveniências pessoais, colaborando também para a tendência gregária citada acima. Faltava a confiança interna que deveria ser promovida por instituições justas, e não havendo essas, tal confiança passa para as mãos dos senhores rurais, sendo que nem as corporações municipais livravam-se da política de facções, deixando passar as leis.

São esses os fatos que impuseram à plebe rural a anexação ao grande domínio, tornando-se compreensível agora a formação do que o autor chama de *espírito de clã*. Além do medo e da necessidade de segurança, outros fatores contribuíram para a formação dos clãs, como, por exemplo, o recrutamento para o exército, a marinha e cargos policiais de baixo escalão. Essas eram atividades que nenhum indivíduo queria exercer por serem marginalizadas, profissões de risco e

sem muito favorecimento, pois não agregavam nenhum *status* através de títulos e regalias, como no caso da militância em altos cargos da polícia.

Já os nobres da terra não tinham essa preocupação, pois, por meio de seus privilégios, isentavam seus filhos, empregados e agregados do serviço militar, recaindo sobre as populações rurais menos favorecidas as obrigações das quais todos fugiam. Amedrontadas com a vulnerabilidade em que se encontravam, essas populações rurais recorriam ao abrigo do grande senhor rural, favorecendo a consolidação do *clã*.

Como vimos, os homens viveram isolados nos latifúndios, sem a menor cooperação vicinal e todos os trabalhos braçais eram árduos. Existia apenas uma organização paralela ao *clã*, que construiu certa solidariedade, as *filarmônicas* – elas tinham um caráter transitório, mas, quando havia uma rivalidade interna, elas desmembravam-se em facções ou partidos, dando origem a uma solidariedade.

Cada núcleo fazendeiro formava um mecanismo autônomo, mostrando-se completamente diferente da sociedade europeia. Portanto, no Brasil, ficamos apenas com a solidariedade interna dos *clãs rurais*, sem constituição de uma solidariedade de classes interdependentes, permanecendo o país, assim, em plena fase patriarcal, na qual a classe dominante procura munir-se contra a ordem pública quando essa a desfavorece, contra os quilombolas e indígenas, bastando-se em si. Quanto a isso, diz Vianna:

Nesse insulamento que ele (latifúndio n.a.) impõe aos grupos humanos, a solidariedade vicinal se estiola e morre. Em compensação, a vida da família se reforça progressivamente e absorve toda a vida social em derredor – o grande senhor rural faz de sua casa seu mundo. Dentro dele passa a existência como

dentro de um microcosmo ideal: e tudo é como se não existisse sociedade.  
(VIANNA, 1987, p.48).

O mais importante é ressaltar que, para Oliveira Vianna, o *clã rural* não representava uma anomalia social, não era visto como um organismo à parte, mas sim compreendido como um sintoma social, um indício de uma nova sociedade, aquela dos primeiros quatro séculos de formação dos quais fala o autor. Ou seja, todo o raciocínio do autor é construído a partir do entendimento do *clã* enquanto elemento fundamental da nova sociedade americana.

Nesse sentido, para Oliveira Vianna, os senhores rurais, enquanto os elementos mais representativos da singularidade da sociedade brasileira, cumpriram muito bem o seu papel ao organizarem a vida privada da sociedade. Mas, por não adquirirem o sentimento e a experiência da vida pública, ao assumirem as rédeas do poder no momento pós-independência não cumpriram com tamanha presteza, objetividade e por vias práticas e embasadas na realidade o papel de chefes da vida pública do país.

## 2.2) A Independência: um divisor de águas

*Como os fumadores de ópio, gozam a volúpia dos paraísos artificiais e encontram nessa ilusão procurada a sensação eufórica da força, da grandeza e do triunfo.*<sup>42</sup>

Vianna, apesar de criticar as instituições municipais da colônia, salienta que, neste período, a administração e a legislação ainda contavam com métodos práticos e objetivos, nesse sentido, favoráveis ao desenvolvimento da metrópole. Como consequência, colaboraram para a conformação de uma sociedade formada com base nos laços de solidariedade primária, estabelecidos por meio dos *clãs rurais*.

Diferente de como pensavam muitos autores que trataram do tema da formação nacional, Vianna em PMB-I, parece indicar uma ruptura com o passado colonial no período pós-independência. Porém, assim como Sérgio Buarque e Gilberto Freyre, Oliveira Vianna reconhece certas características dos colonizadores portugueses, características de povos práticos e voltados para a ação; no entanto, difere dos dois ao afirmar que houve, por parte do colonizador, uma mudança de atitude – de uma atitude prática para uma idealista – após a independência no Brasil.

Segundo Vianna, esse processo ocorreu devido à influência da Revolução Francesa, das agitações parlamentares inglesas e do espírito liberal que regia a República norte-americana. Esses fenômenos aqui, exerceram grande influência, ao ponto de confundir os legisladores brasileiros, levando-os à ilusão. O fascínio por

---

<sup>42</sup> Oliveira Vianna. **Populações Meridionais do Brasil - I**, 1987, p.20.

essas ideias fez com que os estadistas do país perdessem a noção objetiva do Brasil real e criassem um Brasil artificial (VIANNA, 1987, p.19).

O processo de ruptura com as características do colonizador, apesar de ser, como indica o Vianna, concluído na independência – quando o chefe do clã, dotado de fisionomia própria e inconfundível, surgiu no governo do país –, teve seus primeiros passos em 1808, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil.

A transferência da família real contribuiu para tirar a classe fazendeira da sua obscuridade bucólica, pois, naquele momento, ocorreu um movimento de descida para o centro carioca, marcando, com efeito, uma época decisiva, de transformação da vida social e política da nobreza fazendeira (VIANNA, 1987, p.39).

Essa transformação foi decorrência das disputas que a nobreza fazendeira assumiu com as duas novas classes emergentes – a dos lusitanos, que vieram com a família real, e a classe dos comerciantes, que surgiu e ganhou força e riqueza com a lei de abertura dos portos. Esses novos atores tinham um caráter puramente urbano, em sua maioria eram homens de cultura e inteligentes, que, entre 1808-1831, tornaram-se uma das grandes forças determinantes da história do país, configurando-se como os recolonizadores do Brasil.

Quanto à disputa entre as classes, Vianna diz que, “no fundo, a luta entre os partidos da recolonização e os liberais brasileiros não é senão uma luta entre burgueses e rurais, isto é, entre a nova nobreza urbana, na essência lusitana, e a velha nobreza da fazenda, medularmente brasileira” (VIANNA, 1987, p.42).

Essa disputa seria resultado do esgotamento da classe fazendeira. Seus representantes, dotados da importância e do *status* social que lhes concedia a posse do latifúndio, não mais admitiam a preponderância do estrangeiro sobre o nacional,

queriam mais do que títulos e regalias, queriam, naquele momento, “governar, coparticipar dos negócios públicos, administrar esse país, que fundaram e que é seu” (VIANNA, 1987, p.43). De fato, tal conquista é alcançada em 1822 pela nobreza territorial. A esse respeito, Vianna faz uma constatação peculiar:

É esta a sua última função em nossa história. Dela parte o movimento pastoril e agrícola do I século. Dela parte o movimento sertanista do II século. Dela parte o movimento minerador do III século. Nela se apóia o movimento político da independência e da fundação do Império. Centro de polarização de todas as classes sociais do país, a sua entrada no cenário da alta política nacional é o maior acontecimento do IV século (VIANNA, 1987, p.45).

Para Vianna, a independência foi a última função da nobreza fazendeira, porque, aos olhos do autor, essa nobreza, que fora fundamental para a constituição da família rural, sendo exemplo de escola moral a ser seguido no ambiente privado, não era viável para a integração nacional, pois de atitudes práticas, que tinham para legitimar seu poder na vida privada, passou a aderir ideias para justificarem seus desmandos cometidos no ambiente público: “entronizados nos cargos locais, fortes pela enorme força política que o Código do Processo lhes dá, os potentados territoriais renovam, como no II século, as suas tropelias e vinditas” (VIANNA, 1978, p.189).

Nesse sentido, percebe-se que a aristocracia rural, nos primeiros séculos de colonização, cumpriu seu papel ao adaptar-se ao meio americano e organizar a vida social. No entanto, Vianna mostra que essa aristocracia rural, ao organizar a vida privada, colaborou para a desagregação social, na medida em que, ao moldar-se pelas qualidades do ambiente, essa primeira organização social ocorreu com base no centrifugismo, na dispersão social e na solidão, características pouco favoráveis para

a organização política nacional, posto que o que estava em jogo no período aberto com a independência era o problema da unidade territorial. Sendo assim, o papel da aristocracia rural passa a ser compreendido por Vianna como profundamente negativo, pois tal setor conformava-se como o principal portador do espírito gregário, o qual, para o autor, constituía-se enquanto um dos maiores problemas nacionais.

Portanto, o poder do Estado, nas posses da aristocracia rural, apenas contribuiria para a ratificação do caudilhismo, ao passo que essa aristocracia estava pressa à fronteira de seus domínios territoriais e, ao ultrapassar esta fronteira, o fizera apenas de maneira ideal, e não prática, por essa ultrapassagem de fronteira dar-se do *clã parental* para o *clã político*, como será apresentado a seguir.

O que acontecia, de acordo com a interpretação de Vianna, é que as “instituições de solidariedade pública e privada, de que o luso translada para aqui algumas formas, dissolvem-se e esvanecem-se sob a ação dispersiva dos grandes domínios” (VIANNA, 1987, p.231).

A ação dispersiva, a autonomia e o caudilhismo realizados a partir do grande domínio territorial pressupõem que estes se tornassem o principal foco da ação do poder público, que tem início com a descoberta das minas de ouro, e se fortaleceu no governo pós-independência. Segundo Vianna, “a única força viva do mundo político entre nós é o senhor de terras”. E continua: “por isso, o grande programa, seguido de uma maneira invariável por todos os construtores do nosso poder central, desde o III século, tem sido o de enfraquecer, por todos os meios, a aristocracia territorial” (VIANNA, 1987, p.198), pois:

Enquanto não se opera a expansão para as minas, o governo metropolitano os acaricia e festeja; depois, descobertas as minas e abertos que foram os grandes vieiros auríferos e diamantíferos, o conflito deflagra, inevitável, violento, entre

aos caudilhos e a autoridade colonial. Esta defende os privilégios do Rei, que aqueles ameaçam (VIANNA, 1987, p.241).

Para fragilizar o *clã rural*, o poder central recorre a métodos indiretos, atuando primeiramente sobre a sua capangagem, que, segundo Vianna, era o centro vital do caudilho, porque esta cumpria a função protetora e era a força de ataque do caudilho. A ação do poder central é realizada por meio da legislação, que deu seus primeiros passos no III século, mas concluiu suas ações com êxito apenas no II Reinado.

Outro fator que contribuiu para minar a turbulência relativa ao caudilhismo foi a transição do pastoreio para o regime agrícola. De acordo com Oliveira Vianna, “o trabalho pastoreio abre aos vaqueiros maiores lazeres, vastos interregnos de sesta cotidiana. De forma que, nas zonas do criatório, a plebe rural se afaz naturalmente aos hábitos da gandaíce e da vagabundagem” (VIANNA, 1987, p.201). Em contraposição, o regime agrícola demanda o labor intenso, prendendo o homem à terra e o pacificando<sup>43</sup>.

Existiu também o fator de caráter jurídico, que contribuiu para enfraquecer o caudilho, o qual desestabilizou-se com o regime de partilhas. A fragmentação obrigatória das fazendas equivalia a destruir a classe aristocrática em suas bases de legitimidade, pois era o grande domínio e a riqueza por ele proporcionada que constituíam o princípio e a perpetuidade da aristocracia rural brasileira, não havendo uma nobreza qualificada pela linhagem de sangue nem de títulos como no modelo europeu.

---

<sup>43</sup>Essa é uma das vias que Oliveira Vianna percorre para explicar a distinção entre as populações do centro-sul e as do extremo sul.

Essas ações que mostravam o enfraquecimento do caudilhismo afetaram a solidariedade parental, elemento central, forte e sólido do *clã rural*, porém, apenas existente entre os grandes proprietários. Com o regime de partilha que pressupôs a divisão dos grandes domínios, aquela visível estrutura da família senhorial foi aos poucos se dissolvendo e, no IV século, não se firmava mais, como “no II, em espantelhos do poder” (VIANNA, 1987, p.204). No entanto, essa ação do poder central só realizou-se completamente no II Reinado, buscando enfrentar o forte localismo propiciado pela descentralização política e administrativa do governo pós independência.

Segundo Oliveira Vianna, a regência do Príncipe D. Pedro só tinha autoridade de fato no começo do seu governo e especificamente no Rio de Janeiro – “o resto do país se inclina para governações locais e autônomas” (VIANNA, 1987, p.207). Essa autonomia explica-se por dois motivos. Um primeiro motivo de ordem cultural, configurado em torno da obediência e apego à figura de D. João VI e, nesse sentido, algumas regiões como a Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará, procuraram aderir ao sistema da corte de Lisboa, desligando-se do governo de D. Pedro. O outro motivo é de ordem institucional: as diversas leis que visavam diminuir o poder municipal, transferindo o poder para as províncias, colaboraram para criar um forte espírito separatista, marcado pelo regionalismo e pelo centrifugismo provincial que se rebelava contra a hegemonia do Rio de Janeiro e ameaçava fortemente a unidade nacional.

A ação do governo central português, que iniciou-se com a descoberta das minas de ouro e adotou um regime de repressão aos caudilhos locais visando enfraquecê-los, sofreu profunda alteração no período regencial – principalmente

durante a regência trina e na primeira regência única –, devido a uma legislação que enfraquecia o poder central e fortalecia o poder provincial.

Com o Código do Processo (1832), essa poderosa organização administrativa, que segundo Vianna foi capaz de conter o caudilhismo, foi subvertida, pois, inspirado no modelo norte-americano (*self-government*), tal código, ao descentralizar o poder central, o enfraqueceu, dando força novamente aos caudilhos locais por meio dos principais órgãos de poder, como a administração local, a justiça e a polícia, que passaram a ser de encargo exclusivo dos postos locais, pressupondo autonomia política. Nesse quadro, o Juiz tornou-se novamente figura central dos desmandos e favoritismos, incumbido do serviço policial e eleito pelos poderosos da localidade, legitimando a autoridade dos que o elegeram.

O Ato Adicional, conforme Oliveira Vianna, é o berço da oligarquia. Os desmandos, a partir dele, passaram da instância municipal para a provincial, com o poder concentrando-se por meio dos chefes provinciais conservadores ou liberais. A caudilhagem não acaba; ela renasce sob uma nova roupagem e em um nível mais avançado.

Com base nessas afirmações, é interessante observar que, para Vianna, não era qualquer tipo de centralização ou imposição de autoridade que seria capaz de solucionar os problemas sociais e políticos do Brasil, principalmente o do caudilhismo. O Ato Adicional, segundo Carvalho (1999), introduziu elementos da federação na província; porém, apesar de isso aumentar a autonomia e, por consequência, o poder provincial, em primeira instância, representava um autoritarismo, ao passo que tinha por objetivo reduzir o poder municipal.

Os presidentes das províncias tinham atribuições para nomear funcionários públicos, organizar o comando da Guarda Nacional, nomear os fiscais das Câmaras,

assim como para a fiscalização de todos os funcionários municipais. O presidente deveria assegurar a fiscalização e garantir, por meio de punição, o bom funcionamento das instituições públicas locais.

Todavia, o cargo de presidente era o único de nomeação central, todos os demais permaneceram cargos eletivos. Assim o quadro apresentado, era, um único representante central contra os demais representantes locais, pressupondo a absorção do município pela província e, ao mesmo tempo, a transferência do poder dos potentados rurais para as oligarquias regionais, ou seja, os desmandos ascenderam em patamar institucional.

É com a observação desses fatos que Oliveira Vianna se posicionava contra atitudes liberais. Segundo ele, não havia nada na história do Brasil que justificasse o sentimento de liberdades públicas, pois nunca se estabeleceu uma relação conflituosa entre o senhor, os escravos e os agregados. O que firmou essa relação nunca foi o antagonismo, a opressão, mas sim a obediência, a admiração que todos tinham pelo grande senhor de terras. No Brasil, o poder central, diferente de outras nações, procurou garantir sua liberdade contra os caudilhos locais que a ameaçavam.

Os que pleiteiam, aqui, o fortalecimento dos centros locais e provinciais, à maneira saxônica, para melhor garantia das liberdades do cidadão contra o poder central, fazem uma aplicação inconsciente do conceito inglês desse poder – conceito justificável entre os ingleses, porque entre eles o poder central sempre foi o grande inimigo das liberdades individuais e das franquias locais (VIANNA, 1978, p.253).

Oliveira Vianna informa que, nas sociedades europeias, o problema da autoridade antecede o da liberdade e, na sociedade brasileira, o problema da liberdade antecede o da autoridade, gerando a ausência da necessidade dos

sentimentos de liberdade. Diferente do que ocorreu na Europa, onde o poder era opressor, no Brasil o poder do Estado caracterizava-se como força defensiva e protetora dos cidadãos contra a violência dos caudilhos locais.

Portanto, nota-se que a posição de Vianna era contrária a aplicação de um liberalismo do tipo inglês em território americano como forma de garantir a liberdade. No entanto, não deixa de reconhecer a eficiência e o poder desse conceito quando aplicado de acordo com a realidade, na medida em que ele tinha nascido dessa mesma realidade. Essa situação não ocorreu no Brasil, pois aqui a realidade não emprestou sentimento de autonomia ao povo, essencial para internalizar-se a consciência política das liberdades.

Se bem avaliada, a história do Brasil nos mostra que Vianna estava correto em sua percepção, pois os direitos no Brasil foram garantidos de modo inverso em relação ao processo transcorrido na Europa. O direito político emergiu como forma de garantir os particularismos provinciais e, assim, seguindo-se tal propósito, não houve necessidade de garantia dos direitos sociais e civis, o que é facilmente notável quando observamos a permanência da escravidão, do voto censitário, a política de distribuição de terras, entre outros.

O interessante é que a coação da autoridade colonial não provocou entre a população o sentimento de revolta ao ponto de criar solidariedade entre os sujeitos e induzi-los a uma ação revolucionária, inspirada pela indignação política desses sujeitos, por serem submetidos aos excessos absolutistas dos colonizadores. Isso porque a “tradição da autoridade tem sobre eles um efeito semelhante à ação do curare: imobiliza-lhes os músculos, mantendo-lhes lúcida e perfeita a inteligência. Alaga-os um estranho receio, um temor surdo, recôndito, instintivo do poder, da autoridade, do governo, enfim” (VIANNA, 1987, p.269).

É por essa via que Vianna justifica a brevidade de nossas revoluções, que consistia na crença da onipotência do poder do Estado, não pressupondo luta material contra a autoridade. Quando ocorria uma ação governamental com a qual a população discordava, ao invés de se manifestar, ela acreditava na possibilidade de um milagre que os fizesse mudar de ideia. Vianna chama isso de timidez política, e, segundo ele, essa atitude explica-se devido à memória colonial, pois essas características são encontradas principalmente no centro-sul, onde mais energicamente o poder colonial exerceu suas faculdades.

Daí, dessa lucidez moral contrastando com a inércia física, a tortura do ideal político, o confuso e indefinido desejo de sair disto. A esperança messiânica de um período melhor. Daí a vocação profética de um salvador, de um homem que venha, enfim, acudir o povo e o regenerar e o libertar dos seus eternos exploradores. (VIANNA, 1987, p.269).

É exatamente essa crença no poder do Estado, no poder pessoal do monarca, que garantiu a unidade nacional do país, que não permitiu a instauração da República em 1822 ou em 1831, pois, “sem a monarquia, sem a presença imponente do Rei na sede do governo, essa unidade nacional do poder não se teria constituído” (VIANNA, 1987, p.209).

É também por essa obediência e respeito à autoridade central, única herança lusitana que restou à população brasileira, que o processo de independência do Brasil distancia-se do processo enfrentado por outros países da América latina, pois o país não teve de enfrentar duras batalhas para conquistar sua independência. Segundo o autor, o Brasil distancia-se desse processo sangrento por causa da passividade da raça e pelas condições geográficas e históricas, afirmando que o processo de independência no Brasil se deu pela ação exclusiva do pensamento e da palavra. É

apoiado em tal perspectiva que Oliveira Vianna considera D. Pedro II “o único que compreende a realidade das nossas cousas, a nossa incultura política, a artificialidade dos nossos partidos, a impossibilidade de se praticar aqui, na sua pureza, o belo regime, que fez a glória da nação inglesa e ainda hoje lhes garante a estabilidade” (VIANNA, 1987, p.217). Afirma o autor:

D. Pedro nos dá meio século de progresso moderado, disciplinado, sadio. Meio século de paz, de tranquilidade, de ordem. Meio século de legalidade, de justiça, de moralidade. Pela atração da majestade imperial, contém o centrifugismo das províncias. Pela ascendência do seu poder pessoal, corrige a hostilidade, a intransigência, o exclusivismo das facções políticas (VIANNA, 1987, p.217).

Essas características que Vianna atribui a D. Pedro II devem-se, em grande medida, não à sua simpatia a qualquer tipo de regime absolutista, mas sim a esse específico regime de aparências parlamentares – no entanto essencialmente absolutista –, pois é nesse período da história do Brasil que a autoridade é de fato acatada, obedecida e tornou-se eficiente, com base na lei de interpretação do Ato Adicional e na a lei da reforma do Código do Processo, que centralizou as atribuições de tal forma, que levou Vianna a afirmar que “a centralização chega a tornar-se excessiva” (VIANNA, 1987, p.195).

Para finalizar a análise parcial das ideias expostas em PMB-I, gostaria de expor duas passagens que constam do livro, nas quais Vianna diz o seguinte:

Este estado de caudilhagem onipotente e franca anarquia é lógico. Resulta da manifesta disparidade entre a expansão colonizadora e a expansão do poder público – disparidade inteiramente particular à nossa história. Entre nós, o poder público tem uma marcha mais demorada do que a massa social, cujos

movimentos a ele incube regular e dirigir. Há uma visibilíssima discordância, ainda hoje subsistente, entre a área demográfica e a área política, entre a área da população e o campo da eficiência da autoridade pública (VIANNA, 1987, p.178).

E mais adiante afirma:

Em nosso povo, a organização política dos núcleos locais, feitorias ou arraiais, não é posterior ou mesmo concomitante à sua organização social; é-lhes anterior. Nasce-lhes a população já debaixo das prescrições administrativas (VIANNA, 1987, p.220).

Podemos interpretar as citações em dois sentidos distintos: primeiro, que representam uma ambiguidade no pensamento do autor, pois, ao mesmo tempo em que reclama a ausência do poder público por ter a marcha lenta em relação ao meio social, afirma, posteriormente, que a organização política é, no Brasil, anterior à organização social. O segundo sentido que podemos emprestar à interpretação do trechos transcritos de Vianna, é que, mais do que uma tensão em seu pensamento, o que ambas citações ressaltam é o entendimento da ideia de poder público e organização política, sendo esta última alcançada no nível administrativo da política, no campo institucional ao passo que o poder público está no patamar coercitivo do poder institucionalizado. Aqui a crítica de Oliveira Vianna está voltada à concepção do Estado que transcendeu a realidade social e histórica, a partir do momento que antecedeu a essa realidade e não acompanhou seu ritmo, e, portanto, ficou distante da sociedade. O Estado, segundo Oliveira Vianna, deve acomodar-se à sociedade, ou seja, deve estabelecer a ordem e a harmonia com base na realidade social e histórica, no entanto, não deve assentar-se sobre ela de uma maneira passiva.

O que aconteceu, foi que o modelo de Estado implantado na colônia pela metrópole estabeleceu sua administração, mas não acompanhou o desenvolvimento da sociedade. Essa desenvolveu-se e expandiu-se, criou novas formas e dinâmicas, enquanto o Estado permaneceu estático. Nesse sentido, o Estado deveria ser apreendido como um arquétipo, levando-se em conta as características da sociedade sobre a qual o Estado é implantado, os condutos das retificações que se pretende conseguir, pois o Estado, para Oliveira Vianna, é uma realidade social, e, assim, deveria ser o que ela motiva que seja.

Portanto, se o centrifugismo, a dispersão e a solidão são alguns atributos da realidade brasileira e algumas das razões históricas de organização da nação, a descentralização como arma política estava reprovada, pois ela sustentava o caudilhismo, ou seja, aquelas forças acima apresentadas. Ela alimentava a política municipalista e regionalista, e criava obstáculos para a construção da unidade da nação.

O Estado é visto como órgão de defesa da sociedade, e, para que sua função seja promissora, de acordo com Vianna, era necessária a preeminência do Poder Executivo sobre o Poder Legislativo, ao passo que favorecer este último seria incentivar a perpetuidade das forças desagregadoras. O Poder Judiciário e policial deveria estar centralizado na esfera federal, impedindo qualquer atribuição legal do poder decisório de atuar na esfera do localismo. O Poder Executivo poderia ser descentralizado por meio da nomeação de representantes do poder federal nos estados e municípios, pois um caminho a ser seguido era a *“instituição de um Estado centralizado, com um governo nacional poderoso, dominador, unitário, incontrastável, provido de capacidades bastante para realizar, na sua plenitude, os*

*seus dois grandes objetivos capitais: - a consolidação da nacionalidade e a organização da ordem legal” (VIANNA, 1987, p.276 - grifos do autor.).*

### **2.3) A antinomia flagrante das populações**

A vitória que Vianna atribui ao meio americano, ao centrifugismo, confirma o que o autor relata na introdução de PMB-I, que: “este livro é uma tentativa de aplicação desses novos critérios” (1987, p.15). Dentre esses novos critérios estava a antropogeografia de Ratzel e a sociologia fundada por Le Play e seus seguidores; a psicologia social de Gabriel Tarde e as concepções racistas do sociólogo e médico Gustave Le Bon, e a “antropossociologia, recente e formosa ciência, em cujas substruções trabalham Gobineu, Lapouge e Ammon” bem como a “psicofisiologia dos Ribots, dos Sergi, dos Langes, dos James” (VIANNA, 1987, p.14).

Ratzel se apoia nos estudos etnográficos para comprovar que a diversidade das qualidades ambientais influenciava, em boa medida, a pluralidade dos povos, ou seja, para este autor, as condições naturais eram vistas como lócus da determinação da sociedade. A natureza é o estímulo e o limite da ação humana, é a partir dela que a história humana se movimenta. Sendo assim, a sociedade é vista como um elemento passivo, e reage conforme as circunstâncias impostas pelo ambiente.

Apesar de se aproximar de Ratzel ao apontar a importância do meio ambiente para a formação da sociedade, Vianna distancia-se dessa metodologia ao considerar outros aspectos relevantes para a formação social além do meio ambiente, pois o estudo da evolução social deveria abarcar diversos fatores, incluindo o clima, a raça, a história e a própria sociedade. Essa complexidade de diversos elementos contribui

para a diversificação social entre as sociedades, demonstrando, com isso, que não há um ponto de origem similar a todos os povos que implicaria numa forma linear de evolução. Esse modo de perceber a formação da sociedade é notável quando Vianna ressalta que:

Mesmo que fossem homogêneos os habitats e idêntica por todo o país a composição étnica do povo, ainda assim a diferenciação era inevitável: porque – levando somente em conta os fatores sociais e históricos – é já possível distinguir, da maneira mais nítida, pelo menos três histórias diferentes: a do norte, a do centro-sul, a do extremo-sul, que geram, por seu turno, três sociedades diferentes: a dos sertões, a das matas, a dos pampas, com seus três tipos específicos: o sertanejo, o matuto, o gaúcho (1987, p.15-16).

Apesar de em PMB-I Oliveira Vianna propor uma análise da sociedade do centro-sul do Brasil, a obra apresenta algumas caracterizações da diversidade de regiões do país<sup>44</sup>. buscando ressaltar as particularidades das populações rurais de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. As populações desses três estados citados acima apresentam diferenças entre si, porém, mais marcante é a distinção da população do centro-sul em relação ao gaúcho, produto histórico do extremo sul, marcado pelo regime pastoril e pelas guerras platinas (VIANNA, 1987, p.17).

O tipo de atividade econômica preponderante na região do extremo-sul do Brasil era o regime de pastoreio, o qual foi o princípio das demais atividades exercidas nos primeiros quatro séculos de formação do país. A explicação do autor para essa preponderância inicial está no fato de que, além de a atividade pastoril ser fortemente favorecida pela flora e pela fisionomia das regiões tropicais, ela era também o meio mais rápido de conquista e povoamento, pois primeiro instalava-se o

---

<sup>44</sup>Para interessados em uma análise mais focada nas diversidades regionais exposta em PMB-I ver, BITTENCOURT, André. **O Brasil e suas diferenças**. Dissertação de mestrado, UFRJ, 2011.

curral, depois a fazenda, o arraial, a povoação e a vila (VIANNA, 1987, p.82). No entanto, nas regiões do centro-sul do país essa atividade foi aos poucos sendo substituída pela agricultura, mas no extremo-sul ela permaneceu preponderante sobre as demais.

Segundo Vianna, o regime pastoril é essencialmente centrífugo e demanda, assim como a atividade agrícola, grande extensão de terras para que seja lucrativo, o que torna ambos grandes inimigos das pequenas propriedades, conformando-se como obstáculos para a formação de laços de solidariedade social, pois, “nos grandes domínios pastoris, essa insolidariedade é em si mesmo evidente. O sitiante de nada serve o senhoril. Este tem, para a tarefa da estância, os capatazes e camaradas. Do senhorio nada precisa por seu turno, o sitiante: nada o obriga a uma vinculação de caráter patronal” (VIANNA, 1987, p.123). Além do mais, “o trabalho do pastoreio abre aos vaqueiros maiores lazeres, vastos interregnos de sesta quotidiana. De forma que, nas zonas do criatório, a plebe rural se afaz muito naturalmente aos hábitos da gandaíce e da vagabundagem” (VIANNA, 1987, p.201).

Contudo, onde esse tipo de atividade permaneceu preponderante, outra atividade, que derivou dessa primeira, assinalava alguns rudimentos de cooperação. Referimo-nos aos rodeios e vaquejadas, os quais foram trabalhos que no sul do país deram exemplo de certa solidariedade voluntária, organizada para além do núcleo familiar (VIANNA, 1987, p.149).

Há também outro ponto, de ordem geográfica, que contribuiu para que a população do extremo sul do Brasil dispusesse de solidariedade social para além do núcleo familiar. É nesse sentido que percebemos a influência da antropogeografia como contribuição para a análise de Vianna, pois as populações do extremo sul, devido à posição geográfica daquela região – que faz fronteira com outros países e

não podia contar com vastos pantanais, grandes florestas, nem montanhas, formada por uma superfície livre, exposta, portanto, à invasão estrangeira –, despertam por meio do senso do perigo comum, o interesse comum de proteção, que contribuiu para que a população valorizasse a força dos poderes públicos. Por isso, o poder público deixa de “parecer um puro órgão de opressão e extorsão fiscal, para ser um órgão necessário, vital, imprescindível à integridade e à vida da coletividade. O povo o aceita, o povo o obedece, o povo o reclama; por toda a parte sente a sua ação, o seu valor, a sua previdência: vigiando, prevenindo, fortificando, resguardando, defendendo” (VIANNA, 1987, p.235).

Nota-se, então, uma grande diferença no modo como relacionam-se povo e poder público no extremo sul e no centro-sul do país, já que, nas sociedades do centro-sul, no recesso das matas, embrenhadas nas florestas, a população não sente a necessidade de defesa contra o inimigo externo e não desenvolve, diante do poder público, a noção do valor da utilidade pública.

O crescer da necessidade de defesa coletiva com o crescimento da própria coletividade – eis a lei da evolução social do extremo-sul. No centro-sul, ao invés disso, é a desnecessidade da defesa externa que se acentua, à medida que a expansão social se intensifica e progride (VIANNA, 1987, p.237).

Tal necessidade de defesa vislumbrada no extremo sul do país empresta ao gaúcho mais do que a noção da importância da autoridade pública; a posição geográfica empresta a essa população um caráter impetuoso, agressivo, que as torna a “mais brilhante batalhador de nossa história”, devido aos muitos anos de guerra contra o inimigo externo e o poder. E, nesse sentido, “cem cavaleiros gaúchos valem, como fator estratégico e tático, mil infantes matutos” (VIANNA, 1987, p.261).

Mas, se os gaúchos tinham tantas qualidades favoráveis à solidariedade social, porque foram os matutos, na opinião de Oliveira Vianna, os grandes construtores da nação? Primeiramente, podemos apontar as aristocracias vicentista e paulista como dominantes entre as demais, sendo o elemento fundamental para a ruralização da sociedade; foi a partir de suas ações expansionistas que as demais aristocracias desenvolveram-se. Dessa forma, a aristocracia paulista era a mais apegada a hábitos aristocráticos, à pureza de sangue fidalgo.

A aristocracia mineira apresentava-se desprendida desses preconceitos aristocráticos, pois essa nobreza local não nasce do fidalgo, foi constituída por homens sérios, simples, que “pela pureza dos seus costumes, pela modéstia, pela sua hospedeira bonomia, pela imaculada honradez, são os genuínos patriarcas da nossa civilização”. Oliveira Vianna prossegue afirmando que “eles são os nossos mais autênticos matutos”.

Entre a aristocracia paulista e a mineira, está a aristocracia fluminense, mais próxima da corte, por isso mais polida, menos rústica, mais culta e inteligente. Segundo Vianna esses aristocratas fluminenses “representam os nossos atenienses da política e das letras”, porém era uma nobreza “naturalmente conservadora” (VIANNA, 1987, p.55-56).

Quanto aos três tipos formados no centro-sul, Vianna diz: “como da banda do mar, das bandas do ocidente, do interior dos planaltos, os matutos mineiros, paulistas e fluminenses nada têm a temer. Nenhuma nuvem de ameaça se adensa num e noutra desses horizontes” (VIANNA, 1987, p.237). Assim, nessas regiões, não houve o choque das civilizações espanhola e portuguesa como ocorreu nos pampas meridionais, não houve necessidade de defesa contra um inimigo externo, que

demandasse estratégia de combate e cooperação entre a população e a necessidade de apoio do poder público.

Ao invés disso, o que ameaçava os matutos do centro-sul eram os índios, os bandidos, e a própria disputa entre os caudilhos, que pressupôs o centrifugismo, o isolamento dos clãs, reforçando o particularismo e a independência dos latifúndios. Dessa forma, por meio da luta contra esses elementos que a impulsionavam para o insulamento de suas propriedades, esta população do centro-sul meridional apenas sente a inutilidade e a desnecessidade do poder público. Acrescenta-se a isso – o que foi mais bem explorado no capítulo antecedente –, o fato de o poder público ter minado a relação com os paulistas, mineiros e fluminenses devido aos excessos absolutistas cometidos depois da descoberta das minas. Isso ocorreu através dos dízimos, taxações fiscais e regulamentos, o que contribuiu, segundo Vianna, para acentuar,

ainda mais o caráter violento da extorsão fiscal, estabelece [u] no espírito da população rural uma associação vivíssima entre a idéia da rapina tributária e a idéia da autoridade pública. Esta, na mente do centro-meridional, se reveste cada vez mais dos aspectos odiosos da cupidez e da opressão (VIANNA, 1987, p.244).

Essa marcação serrada que os representantes do poder público realizavam contra as populações do centro-sul, pressupôs que estes atores não conseguissem fazer a distinção entre o poder público e os indivíduos que o exerciam. E, por ser esta a região onde mais energicamente a metrópole exerceu o seu poder, os brasileiros, ao invés de reagir, “formulam um protesto ou murmuram uma queixa; mas, renunciam à

luta e obedecem sempre, resignados, conformados, estóicos” (VIANNA, 1987, p.268).

### III. DIÁLOGO COM A FORTUNA CRÍTICA

O que Oliveira Vianna nos apresenta ao traçar as particularidades da população do extremo-sul e do centro-sul do Brasil é como o meio ambiente, fatores de formação histórica, cultural e política contribuíram para as distinções específicas da psicologia dessas populações.

O isolamento, a ausência de luta contra o inimigo externo e o sentimento de independência individual colaboraram para a formação de um povo com uma índole feita de bondade, lealdade e sensibilidade moral, e, neste ponto, ressalta Vianna, “somos um povo dos mais primorosamente dotados do mundo. O que nos falta em capacidade política nos sobeja em riqueza de atributos morais inestimáveis. Estes é que corrigem, atenuam ou mesmo reduzem os inconvenientes e malefícios que nos deveria trazer a carência daquela” (VIANNA, 1987, p.258).

Nessa posição do autor está fundamentada uma de suas críticas aos intérpretes do Brasil, que levaram em conta a unidade da raça e do idioma como elementos suficientes para enquadrar a sociedade brasileira dentro de uma mesma unidade de composição e de estrutura, como se toda a sociedade fosse homogênea e igual em seus vários fatores.

Este modo de interpretação de Vianna, que buscava identificar e compreender a formação das diversidades regionais do Brasil, foi o que creditou a este autor o rótulo de praticante de uma sociologia que o distanciava e marcava certa ruptura com os modelos de análise até então usuais entre os intérpretes antecedentes e seus contemporâneos. Isso porque, Vianna recorreu a metodologias pouco usadas entre os intelectuais brasileiros de sua época, e salientou a necessidade de ciências auxiliares da exegese histórica, partindo para uma perspectiva interdisciplinar, em busca do entendimento da influência das relações e do meio social forjado no processo de

colonização, a compreensão da psicologia do povo brasileiro e da problemática da questão racial para o desenvolvimento social.

Conforme José Murilo de Carvalho, Oliveira Vianna foi influenciado pela sociologia francesa da Escola de Le Play. Sociólogos como Edmond Demolins e Henry de Tourville utilizavam noções de tipos regionais, clãs políticos e família patriarcal para instrumentalizar suas análises, assim como também o fez Vianna em PMB-I. José Murilo de Carvalho ressalva que:

O uso criativo de Tourville, sobretudo do meio físico, das formas de trabalho, propriedade e produção, dos conceitos de família e clã, lhe permitiu produzir uma sociologia do mundo rural brasileiro que se incorporou definitivamente ao cânone interpretativo de nossa realidade. O método da escola levou-o, primeiro, a descobrir a variedade da formação social brasileira e a desistir de falar do Brasil como um todo como se fôssemos um povo homogêneo (CARVALHO, 2000, p.108).

Por meio da exposição da metodologia desses autores buscaremos identificar a aproximação de Oliveira Vianna com este instrumento de análise.

Começaremos pelo fundador da escola, Le Play. Em *As Origens do Método*, adota um esquema explicativo baseado na relação entre sociedade e meio ambiente, a natureza humana e os meios de subsistência, buscando observar a vida privada em suas diferentes formas de organização, pois, assim, poder-se-ia perceber a relação entre as raças humanas, os lugares habitados e o clima da região, o que, por sua vez, colaboraria para distinguir as diversidades das unidades sociais, ou seja, a família, característica básica de todas as sociedades segundo Le Play.

A explicação para a centralidade que a família assume na análise de Le Play pode ser identificada em *A Descrição do Método*, obra na qual o autor explica que a

família é a unidade básica da sociedade, pois é onde os homens se agrupam para garantir a sobrevivência cotidiana, o autor entendia sua sociologia como o caminho para a reforma social, que seria, para Le Play, o objetivo final de suas atividades acadêmicas. Sendo assim, o método desenvolvido pelo autor volta-se para a análise da família porque é nela que Le Play compreende o caminho para a recuperação do bem-estar da sociedade, posto que o autor acreditava que a vida privada é que imprimia o caráter da vida pública (BOTELHO, 2002).

A ideia de que a família é o princípio do Estado, é explicada pelo autor por meio da observação do tipo de trabalho empregado em determinada região, que gera os meios essenciais à subsistência da sociedade; da organização material e moral desta população trabalhadora decorrem as principais particularidades da sociedade.

Botelho, ao explicar o método de Le Play, expõe que, para este último, em uma sociedade simples todas as famílias envolvem-se com o tipo de trabalho que lhes garante os meios de subsistência e consomem diretamente a sua produção. Nesse caso, a família é a imagem exata da sociedade, e, nesse modelo de organização, são os proprietários de terras, capitalistas e chefes “quem fornecem a certas categorias os instrumentos de trabalho, a direção técnica de suas operações manuais, uma direção moral e uma patronagem que estende à oficina de trabalho função paternal semelhante à dos pais com seus filhos” (BOTELHO, 2002).

A partir dessa breve apresentação do modelo de análise de Le Play, é possível reconhecer certas similitudes com o modo de análise empreendido por Vianna, principalmente ao centralizar a família e observar como as demais atividades sociais emanam desse primeiro núcleo de solidariedade social. Ao que parece, Vianna, em PMB-I, mesmo entendendo isso como um dos principais problemas da sociedade brasileira, não nega que no Brasil quem assume o poder público, após expulso o

elemento estrangeiro, são os representantes da aristocracia rural, ou seja, após a independência, o governo do país conforma-se como uma extensão da vida privada. No entanto, tem razão André Bittencourt ao afirmar que o enquadramento metodológico de PMB-I deve menos ao mestre da Escola de Le Play do que aos seus seguidores (BITTENCOURT, s/d, p.02)<sup>45</sup>.

Henri de Tourville e Edmond Demolins procuraram enfatizar os aspectos científicos da obra de Le Play. O primeiro estava interessado na observação da interação entre as monografias das famílias e as monografias da sociedade. Para instrumentalizar a análise criou uma nomenclatura<sup>46</sup> dos fatos sociais que o auxiliaria no isolamento dos fatos, contribuindo para a compreensão da reação dos fatos entre si, ou seja, facilitando a observação da relação entre meio ambiente, unidade básica de solidariedade, formas de trabalho, entre outros (BOTELHO, 2002).

Conforme Bittencourt, Demolins e Vianna conjugam o instrumental oferecido pela nomenclatura como ponto de partida. Dessa forma, ambos identificam e valorizam as diferenças sociais de cada região. Isso é feito a partir da conjugação do

---

<sup>45</sup> Quanto a esse assunto, há uma observação que tem certa representatividade no que toca à preponderância dos trabalhos de Tourville e Demolins em relação aos de Frédéric Le Play em PMB-I. Esse último é citado por Oliveira Vianna apenas nas palavras do prefácio, ao passo que os outros dois são citados por Vianna para a sustentação de seus argumentos. A exemplo, Demolins é citado por Vianna na página 36, para especificar a superioridade do saxão, e na página 128, ao tratar da atividade econômica exercida pela classe média europeia. Ao tratar da política de clã, cita novamente Demolins na página 210, e pela última vez o autor é citado, para argumentar sobre a existência dos órgãos de administração local, na página 223. Conforme indicação das notas, Oliveira Vianna faz uso de três obras de Demolins: **Les Grandes Routes des Peuples II, Les Français d’Aujourd’hui e La Supériorité des Anglo-saxos**. Henri de Tourville é citado duas vezes em PMB-I: a primeira, na página 36, quando Vianna trata da vocação rural do saxão puro, cita como referência **Historie de La Formation Particularist**; o mesmo livro é citado na página 223, para ressaltar como era formado, nas comunidades saxônicas, o organismo dos poderes públicos.

<sup>46</sup> Nomenclature é um quadro desenvolvido por Henri de Tourville, no qual os fenômenos sociais são agrupados em vinte e cinco grandes classes subdivididas, organizados hierarquicamente por ordem de importância, e deve servir para orientar, classificar e sistematizar os fatos sociais (BITTENCOURT, s/d).

meio e do tipo de trabalho exercido naquele determinado ambiente. Oliveira Vianna, referindo-se a alguns estudos afirma:

Levam em conta a unidade de raça, da civilização e da língua, e não sei o que mais; mas, não querem levar em conta a diversidade dos *habitats*, a sua ação durante três ou quatro séculos, as variações regionais no caldeamento dos elementos étnicos e, principalmente, a inegável diferença das pressões históricas e sociais sobre a massa nacional, quando exercidas ao norte, ao centro e ao sul (VIANNA, 1987, p.15).

Concordamos que há, na análise de Vianna, muitos pontos de convergência com a metodologia utilizada por Demolins, entre os quais a valorização do *habitat*, o que seria capaz de moldar os tipos sociais, como pode ser observado por meio das distinções entre os tipos do centro-sul e do extremo sul do Brasil. No entanto, acreditamos que a influência desse autor está sobretudo na perspectiva que Vianna assume em relação a sociedade anglo-saxônica, pois, assim como Oliveira Vianna, enfatiza as diferenças internas para demonstrar a múltipla formação regional brasileira, também, destaca aspectos da cultura anglo-saxônica para advertir a respeito das particularidades internas e salientar as distinções entre o novo e o velho mundo, não deixando de reconhecer a admirável constituição da Europa quando comparada com a formação do Brasil, mas sem descartar as qualidades específicas da sociedade brasileira.

Quanto à admiração que Vianna tinha pelo saxão, outros autores já haviam chamado a atenção, entre eles Werneck, que ressalta o posicionamento de Vianna diante da distinção entre o ibérico e o saxão, e afirma que, apesar de Oliveira Vianna reconhecer as dissimilaridades, para ele isso “não soa como uma condenação – como nos americanistas – e sim como uma orgulhosa declaração de princípios do iberismo

do autor”(1993, p.373). Werneck prossegue dizendo que, contra as elites que criaram um Brasil de acordo com seus interesses, Oliveira Vianna mobilizaria o princípio da realidade em favor dos estudos dos fatos, ponto de partida para inevitáveis ressonâncias durkheimianas (1993, p.373).

Apesar de nas três primeiras edições de PMB-I não haver nenhuma referência a Emile Durkheim, que só aparece na quarta edição de 1938, algumas obras de Durkheim, como *Les regles de la methode sociologique* (1938), *De la division du travail social* (1932) e *Educação e Sociologia* (1933), constam na biblioteca do autor<sup>47</sup>. No entanto, se percebemos na obra de Oliveira Vianna certas ressonâncias metodológicas de Durkheim, tais proximidades não embasaram a construção de PMB-I, ao passo que as obras que Vianna tinha acesso, são posteriores à publicação de PMB-I. Além disso, outro fator poderia colaborar para inabilitar a aproximação de Vianna à metodologia durkheimiana. Em vez de utilizar a metodologia durkheimiana, que privilegiava análises macrossociais buscando a semelhança entre os fenômenos sociais, Vianna afirma aproximar-se da análise realizada por Gabriel Tarde<sup>48</sup>. Essa predispunha-se a analisar os fenômenos sociais como compostos de diversas partes; sendo assim, Gabriel Tarde valorizava a liberdade da formação social no sentido de que esta poderia ser original e diversificada, pois nem todos os fatos que são determinantes em uma sociedade são determinantes em outras.

Pode-se ser determinista e transformista como ninguém e afirmar a multiplicidade de desenvolvimentos possíveis (...) em toda ordem dos fatos

---

<sup>47</sup> Giselle Martins Venancio, ao catalogar a parte dos livros que constam na biblioteca de Oliveira Vianna localizada em Niterói, encontrou não só obras de Emile Durkheim, como também de La Play, Comte, entre outros autores. **Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951)**. Anexos. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Julho de 2003.

<sup>48</sup> PMB-I p. 14. E por meio de várias citações ao londo do texto.

sociais e mesmo naturais. Não é necessário admitir, para isso, a intervenção de, um livre-arbítrio, de um livre capricho humano ou divino que, entre todas essas vias ideais, escolheria a seu bel-prazer; é suficiente crer na heterogeneidade, na autonomia inicial dos elementos do mundo (TARDE, apud VERGAS, 1994).

Ao que tudo indica, Tarde pressupunha que os fatos sociais eram produtos dos laços sociais, e estes faziam parte de um processo de adaptações que ocorria por meio da “simultaneidade das convicções e das paixões, a consciência de que tal crença ou tal desejo é partilhado, *em um mesmo momento*, por grande número de homens. Ao que Tarde acrescenta que os laços sociais nada têm de natural, posto que eles são o resultado de propagações imitativas” (VERGAS, 1994).

Apesar de Vianna aproximar-se de Tarde em alguns pontos, como na valorização das diversidades, na ideia de que nem sempre algo que é determinante em uma região específica é determinante em outra, em valorizar as diversas fontes de influência para a formação social, bem como partilhar da ideia de que o sentimento social só se constitui e se propaga quando se faz socialmente útil, nosso autor distancia-se dessa perspectiva, ao considerar que os laços sociais podem constituir-se por meio da solidariedade econômica, jurídica e moral.

Contudo, podemos supor que, se houve de fato uma repercussão durkheimiana nas obras posteriores a PMB-I, talvez esse reflexo tivesse emanado da simpatia que Oliveira Vianna tinha pelo positivismo, perceptível quando prioriza o conhecimento científico da realidade do Brasil como uma política objetiva, inserida nas condições específicas da estrutura social do país e na mentalidade da população. Não é à toa que, diferente de muitos analistas sociais, Oliveira Vianna, no final de PMB-I, propõe uma solução para os males da sociedade brasileira. E nesse sentido

tem razão José Murilo de Carvalho (1993) ao afirmar que vários pontos do pensamento de Vianna enraízam-se na tradição brasileira e não na estrangeira. E tal influência antecede Alberto Torres e Azevedo Amaral, como muito enfatizado por diversos comentadores. Carvalho vai buscar tais raízes em Paulino José Soares, o Visconde do Uruguai, para chegar aos dois citados acima.

### 3.1) A atitude do homem centro-meridional em face do Estado

Ao afirmar que vários pontos do pensamento de Vianna enraízam-se na tradição brasileira, José Murilo de Carvalho (1993) faz uma aproximação equilibrada entre o autor de PMB-I e Visconde do Uruguai (1807-1866), ao assegurar que a crítica ao idealismo utópico das elites do Brasil tinha suas origens no pensamento desse último. Outro ponto de contato entre ambos estaria na importância atribuída às tradições brasileiras, aos costumes, hábitos e características que formariam a norma social a ser seguida – norma essa que deveria ser observada e compreendida, pressupondo a criação de instituições próprias a essa sociedade<sup>49</sup>.

Outro tema comum aos dois autores consiste na relação entre centralização e descentralização, entre liberdade e opressão. Diz Carvalho que, segundo Uruguai “os liberais julgavam que a opressão vinha sempre de cima, do governo. Para os conservadores, ela podia vir também de baixo, das parcialidades, das facções” (CARVALHO, 1993, p.19). Para Uruguai, assim como para Vianna, tal opressão vinha de baixo. Para Vianna, a opressão vinha do centro do *clã rural*, ou seja, dos desmandos dos senhores rurais, que foram tão prejudiciais para o desenvolvimento

---

<sup>49</sup> Mais tarde é o que Vianna chamará de direito costumeiro.

da sociedade brasileira. Nesse sentido, tanto para Vianna quanto para Visconde do Uruguai, a centralização política significava opressão à violência dos mandatários territoriais, devendo-se manter a descentralização administrativa sob as ordens centrais do poder político.

Para ambos, no caso da sociedade brasileira, o Estado seria o principal elemento da transformação política, ao passo que o viam como o único capaz de garantir a liberdade, desenvolver o espírito público e unificar a nação. Como demonstra Vianna, a tradição portuguesa não preparou o povo para o autogoverno; sempre antecedeu as suas demandas.

Para Vianna, os direitos civis deveriam anteceder os direitos políticos. Assim também considera Uruguai, ao dizer que um dos problemas brasileiros advém do fato de as reformas políticas terem precedido as sociais. A fórmula era, para ambos, reduzir os direitos políticos em favor dos direitos civis. A importância em descentralizar a administração estava em colaborar para desenvolver na população o espírito das liberdades, do autogoverno; no entanto, sob o braço forte do governo central.

José Murilo (2003) ressalta que os valores de Oliveira Vianna estariam no que “se convencionou a chamar de iberismo”, ou seja, na “recusa aos aspectos centrais do que se convencionou chamar de mundo moderno” (CARVALHO, 1993, p.23). Uma forte característica iberista de Vianna, segundo Carvalho, estava no horror que o autor tinha ao conflito, pois, apesar de compreender que o conflito foi a base para a existência dos sentimentos de liberdade e espírito cívico entre os saxões, para o Brasil não valia a regra. Vianna reconhece que os conflitos no Brasil não se davam entre as classes, pois no país não existiam classes sociais que se reconhecessem enquanto tais, que cooperassem entre si por identificarem um

objetivo comum que lhes desse força e coação, o que pressuporia o fortalecimento dessas classes e, com isso, a solidariedade entre elas.

No entanto, apesar de admitir em PMB-I a importância do conflito como instrumento de educação cívica, Vianna não sugere a formação espontânea das classes sociais no Brasil, por acreditar que os motivos dos conflitos na sociedade europeia davam-se em grande medida pela escassez de terras e pela coerção dos regimes absolutistas, o que pressupôs a cooperação entre as classes. Tais motivos, segundo Vianna, são “entre nós inteiramente impossíveis, dadas a abundância da terra, a fertilidade sem par do solo e a disseminação prodigiosa das gentes” (VIANNA, 1987, p.226). Além do mais, o conflito no Brasil era rudimentar, ao passo que os únicos inimigos comuns da população eram o índio e o quilombola, e “o caudilho territorial impede a atuação de um dos mais poderosos fatores de integração comunal da história: a cooperação dos moradores contra a agressão estranha” (VIANNA, 1987, p.228). De acordo com o autor, é o domínio fazendeiro que realizava a defesa da população, favorecendo o espírito gregário da sociedade.

Com relação a outros aspectos que caracterizam Oliveira Vianna enquanto iberista, Luiz Werneck (1993) e José Murilo de Carvalho (1993) apontam a recusa de Vianna à sociedade utilitária, ao mercado como ordenador das relações econômicas e à política contratualista, ao passo que compreendia o Estado nacional brasileiro como o espaço de concentração política capaz de organizar a sociedade, não tendo como foco, a partir desse órgão de legitimação do poder, a expansão econômica, pois a preocupação do autor em PMB-I ainda não estava em inserir o país no sistema capitalista vigente, mas sim em construir e manter uma unidade a partir da força de um Estado aglutinador, centralizado.

Werneck Vianna (1993, p.354) defende a ideia de que a América ibérica nasce sob a marca da precedência do signo sobre as coisas, com o plano impondo-se ao real, e a independência inaugura o tempo da contradição entre eles. Oliveira Vianna também acreditava que a independência inaugurava uma contradição, porém inversa da sugerida por Luiz Werneck. Oliveira Vianna, em PMB-I, não faz nenhuma indicação a respeito da aproximação entre os modelos de sociedade que tiveram como colonizadores a Espanha e Portugal; Pelo contrário, em uma única passagem em PMB-I que o autor cita os países de colonização espanhola, os cita para ressaltar a diferença entre eles e o Brasil:

Enquanto argentinos, bolivianos, peruanos, chilenos, na visão deliberante da independência, invocam a espada de Bolívar ou de San Matin e o tropel guerrilheiro das cavalcadas minuanas, e vão escrevendo a sua história com o sangue e ao estrépito das batalhas, o nosso povo, pacífico pela índole da raça, que o formou, e pelas condições geográficas e históricas, que o isolam do campo dos conflitos entre as nações, consuma, sem abalos violentos sem lutas prolongadas, a edificação da sua independência, pela ação exclusiva do pensamento e da palavra (VIANNA, 1987, p.251-252).

Ou seja, inversamente ao que sugere Luiz Werneck, Oliveira Vianna defende a ideia de que, nos primeiros anos de colonização, as ações eram realizadas por meio do real, do concreto e por caminhos que a experiência sugeria; e após a independência é que os homens, iludidos pelas ideias estrangeiras, passam a propor modificações estruturais com base em ideologias nascentes em outras circunstâncias sociais.

Se compreendermos a ideia do iberismo em sua chave positiva, como um ideal de sociedade fundado na cooperação, na incorporação e no predomínio do

interesse coletivo sobre o individual<sup>50</sup>, talvez pudéssemos empregar tal característica a Oliveira Vianna. O autor recusava o transplante dos aspectos centrais do chamado mundo moderno, ao passo que os compreendia enquanto positivos para aquelas sociedades em que emergiram de forma orgânica. Portanto, o apego à tradição e a recusa a aspectos do mundo moderno estavam muito relacionados à forma que Oliveira Vianna adotou para apreender a sociedade brasileira, sendo tais características levadas a cabo no que diz respeito à vida política. Neste sentido, o autor nega a direção liberal e se apoia numa proposta conservadora, que entendia a monarquia do II Reinado como a única forma de manter a unidade territorial.

Observa-se que Vianna estava um passo atrás dos liberais brasileiros deste período, posto que pensava primeiro em manter a unidade do país, em “dar consistência, unidade, consciência comum a uma vasta massa ainda em estado ganglionar, subdividida em quase duas dezenas de núcleos provinciais, inteiramente isolados entre si material e moralmente”. Depois, por meio da ação coordenada por um Estado centralizado, o autor visava “dar a essa nacionalidade em formação uma subconsciência jurídica, criando-lhe a medula da legalidade; os instintos viscerais da obediência à autoridade e à lei” (VIANNA, 1987, p.275-276).

Apesar do respeito e admiração que temos pela colaboração intelectual de Werneck Vianna, o que propomos nesta dissertação é uma análise de PMB-I que se distancia da realizada por ele, ao passo que, na análise que fizemos da obra, como exposto no capítulo antecedente, compreendemos que para Oliveira Vianna, no Brasil existe uma “ruptura” com o colonizador, que aparece na transição do

---

<sup>50</sup> É importante ressaltar que a aproximação de Vianna, aos princípios que estamos chamando de chave positiva do iberismo, aparece em seus livros posteriores a PMB-I, como em **Instituições Políticas Brasileiras**. Rio de Janeiro, EDUFF, 1987. E em **Ensaio Inédito**. Campinas, UNICAMP, 1991.

aventureiro para o sedentário ocorrida nos três primeiros séculos de formação, e que é concluída no pós-independência, quando se passa das realizações por meio de ações objetivas e concretas para a ação exclusiva do pensamento e da palavra.

O caráter aventureiro do luso, juntamente com outros fatores relacionados ao meio ambiente, confinou a população dentro dos domínios territoriais, sedentarizou o homem, o pacificou; porém, além dos dois motivos citados, Vianna agrega a essa causa os fatores de ordem política e administrativa da colônia.

A primeira crítica realizada por Vianna ao modelo de colonização está na precedência do sistema político e administrativo diante da ausência de demandas sociais, o que pressupôs, de acordo com sua interpretação a ausência do sentimento de utilidade pública. Sua segunda crítica consiste na liberdade concedida à exploração; nesse caso, ao invés da presença do Estado, o que ocorreu foi sua ausência, ao passo que os órgãos públicos – instaurados nas vilas recém formadas – eram dominados pelos patronos das localidades.

Nesse sentido, não sabemos em que medida Vianna via com bons olhos a política e a administração impostas pelos colonizadores. Portanto, acreditamos que o seu objetivo não era remeter o país ao passado, mas sim, ao observar uma única característica lusitana que permaneceu viva entre os brasileiros, que compunha a psicologia política dessa população – a obediência ao poder central –, Vianna propôs fazer desse veneno o remédio para a sociedade brasileira e prosseguir organizando a sociedade por meio do poder centralizado no Estado.

A forma como teria se dado a adaptação do colonizador ao meio americano e em suas consequências para a formação nacional adquiriram importância fundamental também na análise de Alberto Torres (1865-1917). Como sugere Gildo Marçal Brandão (2007), Alberto Torres e Oliveira Vianna poderiam ser situados em uma

longa linhagem que compreendia o espaço geográfico como uma dimensão essencial, ao passo que é a partir dele que as sociedades se organizam. Essa percepção da importância do espaço geográfico para a organização das sociedades implicou na análise de ambos da ligação entre unidade territorial e formação nacional.

A crítica ao colonizador também é realizada por Aberto Torres, que diz que o regime de exploração colonial não deu margem para que se formasse no Brasil uma sociedade coesa e solidária, fatores fundamentais para a existência da Nação. Nesse sentido, devido à ausência de coesão entre as classes, no Brasil, não haveria, uma sociedade, ao passo que, para Torres, essa se formaria organicamente, por meio da cooperação entre os indivíduos, que seriam motivados por um objetivo comum.

É notável a aproximação dos diagnósticos de Vianna e Alberto Torres sobre o Brasil<sup>51</sup>, principalmente quando os autores dirigem sua crítica às elites brasileiras. Para ambos, essas elites estavam iludidas com as ideias estrangeiras e, quando tornaram-se dirigentes do país, ao invés de olhar a realidade do Brasil – que era completamente distinta da europeia e da norte-americana –, esses novos dirigentes políticos foram buscar no mundo capitalista as soluções para os problemas nacionais.

Para Torres:

A separação da política e da vida social atingiu, em nossa Pátria, o máximo da distância. A política é, de alto a baixo, um mecanismo alheio à sociedade, perturbador da sua ordem; governos, partidos e políticos sucedem-se e alternam-se, levantando e combatendo desordens, criando e destruindo coisas

---

<sup>51</sup> Como percebido por diversos autores como: Francisco Weffort. **Formação do Pensamento Político Brasileiro**. São Paulo: Ática, 2006; Maria Fernanda Lombardi Fernandes. **O pensamento político de Alberto Torres**, in: BOTELHO, FERREIRA (orgs). **Revisão do Pensamento Conservador**. São Paulo: Hucitec, 2010; Adalberto Marson. **A ideologia nacionalista em Alberto Torres**. São Paulo: Duas cidades, 1987.

inúteis e embaraçosas. Os governantes chegam à situação de perder de vista os fatos e os homens, envolvidos entre agitados e enredos pessoais. (TORRES, 1978a, p.88).

Para Oliveira Vianna:

Obras de reflexo, de imitação apressada de ideias, cujos centros de formação estão muito longe de nós, meros produtos de minorias inteligentes e letradas, essas campanhas e agitações liberais interessam, vingam e vencem em nosso meio, não porque a liberdade haja porventura sofrido aqui essas vicissitudes, que sofreu no mundo europeu (VIANNA, 1987, p.266)

Reconhecendo o transplante das ideias estrangeiras e compreendendo a impossibilidade de unificação da nação por essa via, Alberto Torres e Oliveira Vianna, propõem, a partir do entendimento particular da formação da sociedade brasileira, a criação de um Estado capaz de tirar a sociedade da condição de dependência. Se a dependência política em relação à metrópole europeia já havia sido superada pela Independência em 1822, restava superar a concepção de utilização desses ideais estrangeiros como princípio organizador da sociedade nacional.

Outro autor percebe de forma singular a influência de Alberto Torres no pensamento de Oliveira Vianna. Antonio da Silveira Brasil Junior (2007) nos chama a atenção para uma espécie de “conversão” ocorrida no pensamento de Oliveira Vianna após seu contato com Alberto Torres. Baseando-se em provas textuais – como artigos, livros e correspondências particulares –, Brasil Junior elucida as modulações que a questão da ação coletiva, ou a solidariedade social, assume no conjunto da obra de Vianna.

Conforme Brasil Junior, “o caminho que levou Oliveira Vianna desde o seu ‘diagnóstico’ sobre os limites crônicos da ação coletiva no Brasil até a participação

efetiva na rotinização de uma institucionalidade corporativa não foi um processo unívoco e linear” (BRASIL JUNIOR, 2007, p.103). Segundo constatações desse autor, existem certas tensões no pensamento de Oliveira Vianna, expostas em PMB-I, que surgem após a aproximação de Vianna às ideias de Alberto Torres, levando a uma espécie de “conversão” em seu pensamento, passando a apostar na alternativa de que devido às condições de formação históricas e sociais do Brasil, o Estado seria o princípio coordenador por excelência da vida social.

Vianna, em seus primeiros artigos, assume que o fortalecimento da iniciativa privada – “através da missão pedagógica de uma mocidade idealista – seria o prognóstico adequado para o combate ao insolidarismo” (VIANNA, 1910, apud BRASIL JUNIOR, 2007, p.107). No entanto, no último capítulo de **Populações Meridionais do Brasil – I**, Vianna ressalta a essencialidade de um Estado centralizado.

Seguindo as afirmações de Brasil Junior, “essa mudança de posição, operada em menos de uma década, não deixaria de levar para o interior da escrita de PMB-I tensões e contradições inescapáveis” (BRASIL JUNIOR, 2007, p.107). Porém, como o próprio Antonio da Silveira afirma, no artigo “Democracia e Solidariedade”, escrito em 1910, Vianna sugeria às elites saquaremas que se organizassem enquanto classe produtora e que dispusessem de um órgão de representatividade em nível federal, assim como a sociedade paulista que havia conquistado a hegemonia no governo. Como consequência à ausências de associação da elite fluminense, diz Vianna:

Falta-lhes coesão. Falta-lhes disciplina. Falta-lhes, principalmente, um núcleo dirigente, um órgão representativo, sindicato ou cooperativa, centro ou federação, capaz de levar aos governos, em nome delas, imponentes pelo

número, fortes pela união, os seus protestos, os seus reclamos, as suas inspirações, um programa definido das suas necessidades comuns (VIANNA, apud BRASIL JR, 2007, p.106).

Além da fraqueza da elite fluminense diante da paulista e da mineira, alertada em 1910, e reforçada em 1920, Vianna aponta ser essa elite fluminense mais conservadora.

Da nobreza fluminense não se pode dizer que tenha o prestígio da paulista, nem a independência intemerada da de Minas. Volta-se mais para o trono, que lhe fica perto, e corteja, dignamente embora, o monarca. Não depõe em si tanta confiança como a de São Paulo e Minas. É naturalmente conservadora. O seu liberalismo é mais intelectual do que sentido (VIANNA, 1987, p.56).

O que nos alerta Brasil Jr. (2007) é este estado amorfo da classe produtora ressaltado por Vianna em 1910. De acordo com Vianna, essa classe produtora deveria organizar-se de todas as formas possíveis, como em comícios e conferências, através dos órgãos de imprensa e demais formas de manifestação, com o objetivo de realizar o “apostolado da solidariedade”, que deveria partir da iniciativa privada. Nesse sentido, Brasil Jr. chama nossa atenção para a sugestiva aproximação dos caminhos desenvolvidos pelo anglo-saxão, que diferem em muito das propostas oferecidas em PMB-I. Dessa forma, alega que a sugestão de Vianna sobre a organização da solidariedade social por meio da iniciativa privada fluminense pressuporia uma tensão existente em PMB-I, devido à mudança de alternativas sugeridas por Vianna para solucionar o problema do insolidarismo social.

Seguindo as sugestões, a este ponto, podemos argumentar de duas formas. Em primeiro lugar, em seu texto de 1910, Vianna não propõe como via para a solução da ausência de ação coletiva a organização da iniciativa privada de outras

regiões do país, pois seu foco estava na sociedade fluminense. Ademais, se nos remetermos aos fatos históricos do período, faz ainda mais sentido a proposta de Vianna, ao passo que, nas primeiras décadas do século XX, havia diversos grupos disputando o poder, representantes de diferentes interesses que organizavam-se na tentativa de empregar ordem e progresso ao novo sistema de governo que é aberto com a instauração da República (1889). Dentre os representantes políticos desse período, as ideias dominantes vinham das principais províncias – São Paulo, Minas Gerais, e Rio Grande do Sul.

O estado do Rio de Janeiro, de certa forma, foi prejudicado pela República Federativa, pois o sistema, ao permitir considerável autonomia regional – autorizando os estados a exercerem diversas atribuições, entre quais, solicitar empréstimos no exterior, organizar forças militares, decretar impostos sobre as exportações, entre tantas outras –, permitiu também que se sobressaísse econômica e socialmente o estado que melhor soubesse se autoadministrar. Percebe-se que é nesse momento que a sociedade paulista, com a política de valorização do café, torna-se o carro chefe do país.

É válido ressaltar, aqui, a possibilidade de tal fato ter causado desconforto ao saquarema Oliveira Vianna, já que, anos atrás, mais especificamente no período do II Reinado – quando a lavoura açucareira cedeu lugar à expansão cafeeira –, a província do Rio de Janeiro havia se destacado como a principal região econômica do país. Nesse sentido, tem razão Maria Fernanda Lombardi ao afirmar que; “em nenhum outro lugar a Abolição e a República contribuíram tanto para a chamada desorganização da produção” (2010, p.99). Portanto, essa era uma situação para a obordagem de Oliveira

Vianna, pois a sociedade fluminense ficou às margens do desenvolvimento econômico<sup>52</sup> com a transferência do poder central para os estados.

O segundo argumento consiste na ideia de que o jovem Oliveira Vianna talvez em 1910 ainda não tivesse desenvolvido a pesquisa sobre a sociedade brasileira dos primeiros quatro séculos de sua formação, e, dessa forma, é compreensível que, com o amadurecimento que dez anos de estudos podem proporcionar a um intelectual, ele mudasse os rumos de suas propostas.

Tem razão Brasil Jr. ao ressaltar a admiração que Vianna nutria pelo saxão, o que o mesmo faz questão de salientar em PMB-I, e esta admiração pode ter vindo das referências intelectuais como Henri de Tourville e Edmond Demolins que reconheciam a mundo saxão como superior às sociedades de características comunitárias. Porém, o fato de Vianna mobilizar autores admiradores e estudiosos da cultura saxônica não significa que Vianna tinha como fim transformar o Brasil por meio da inserção de tais características na cultura americana. Ao contrário disso, acreditamos que Vianna mobiliza esses autores justamente para demonstrar como o saxão é distinto do brasileiro; portanto o caminho a ser percorrido no Brasil é outro.

Dessa forma, não reconhecemos, assim como Brasil Jr., essa transformação no pensamento de Vianna, “de um Vianna anti-estatista e defensor do fortalecimento da iniciativa privada – tal como se depreende do artigo ‘Democracia e solidariedade’, de 1910 – para um Vianna defensor de um Estado autoritário e ordenador da vida social que se processa ao longo da década de 1910” (BRASIL JUNIORR, 2007, p.117).

---

<sup>52</sup>Barbosa Lima aborda alguns aspectos que demonstram como ocorreu a decadência da produção cafeeira fluminense e a ascensão da hegemonia paulista. Ver: SOBRINHO, Barbosa Lima. **Presença de Alberto Torres (sua vida e pensamento)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

Acreditamos que os argumentos desenvolvidos por Brasil Junior para marcar essa postura antiestatista de Vianna são insuficientes. Não basta alegar que ele é antiestatista apenas por pressupor que uma classe social deve ter força e coação suficientes para impor-se ao privatismo de outras regiões. Mesmo ao afirmar que a existência da pequena propriedade à maneira saxônica poderia ser uma alternativa para o problema da ação coletiva. No Brasil, dificilmente Vianna poderia ser considerado um antiestatista, nem tal afirmação pressuporia que ele, por vislumbrar tal possibilidade, desejava copiar o referido modelo.

Atribuir tal rótulo a um autor que escreve entre 1910 e 1920 no Brasil é problemático, principalmente quando se tem como base para isso, o incentivo à iniciativa privada, pois, no Brasil, especialmente nesse período, as ideias e concepções sobre o liberalismo, sobre a função do Estado, estavam em fase de formação. As primeiras décadas do século XX ficaram marcadas por fortes incentivos estatais à oligarquia paulista, e era natural entre os intelectuais atribuírem a si o papel de educadores das elites brasileira, pois como retrata Ianni:

Quando os impasses se multiplicam, em termos sociais, econômicos, políticos e culturais, a sociedade como um todo, em seus grupos e classes, movimentos sociais e partidos políticos, por seus intelectuais, artistas, cientistas e filósofos, nessa conjuntura é que se elaboram novos modos de pensar e explicar o presente, rebuscando passados e imaginando perspectivas futuras. (IANNI, 1993, p.433).

E um dos personagens responsáveis por elaborar esse novo modo de pensar sobre o qual se refere Octavio Ianni no trecho citado acima foi Oliveira Vianna. Como dito acima, e apresentado no primeiro capítulo, Vianna, assim como os demais autores do período, ensaiou propostas, amadureceu suas ideias de acordo com os

acontecimentos e o conhecimento que o tempo e a pesquisa sempre nos proporcionam.

Nesse sentido, concordamos com André Bittencourt, que, ao analisar os mesmos artigos de Vianna, constata que muitas das preocupações que constam em PMB-I já eram ensaiadas por Vianna nos seus primeiros artigos, forma pela qual testava algumas de suas teses e hipóteses (BITTENCOURT, 2011, p.29).

É testando suas hipóteses, escrevendo sobre as diferentes regiões do Brasil, como apresentado em seus artigos que antecedem a publicação de PMB-I, e atento aos fatos que a sociedade apresentava, que Vianna afasta-se do pensamento liberal, pois, quando as leis tiveram precedência aos costumes, o que ocorreu foi a desagregação social, como foi apontado pelo autor em relação às instituições municipais e ao período regencial. Dessa forma, Vianna compartilhou com alguns autores a defesa de um Estado unitário e centralizado que valorizasse a precedência dos costumes sobre as leis, aproximando-se do pensamento conservador, que, segundo Gabriela Nunes Ferreira (1999), teria o Visconde de Uruguai como um de seus patriarcas.

Os representantes do conservantismo se nutrem do poder e fazem da continuidade não apenas a constatação de algo que empiricamente existe, mas um princípio ideológico que enquadra antecipadamente a pesquisa e norteia posteriormente a ação (BRANDÃO, 2007, p.66).

Tanto Visconde do Uruguai, como Alberto Torres e Oliveira Vianna enquadram-se nessa linha de representantes do conservantismo, que permite configurar uma identidade a partir do diagnóstico da sociedade e das propostas que, em boa medida, enquadravam-se pela via de edificação do Estado e pela conservação da unidade territorial e fornecimento das diretrizes básicas das ações dos grupos políticos

e das burocracias dominantes no país. Dessa forma, tem razão Gildo Marçal Brandão (2007) ao afirmar que as matrizes intelectuais não seriam pressupostos, mas antes resultados de processos para os quais teriam concorrido os múltiplos fatores históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais.

Como apresentado no primeiro capítulo, muitos pensadores e homens de Estado, ao perceberem os problemas sociais gerados pela adesão ao sistema político liberal, mudaram de posição, voltando-se para ideias conservadoras, pois o recurso a tais ideias era sinônimo de propósitos legítimos e positivos em relação à civilidade e moralidade social.

Quando analisamos os fenômenos históricos, percebemos que o pensamento conservador no Brasil não é anacrônico; ele tem um ponto de partida. Enquanto a vida e suas implicações se desenvolviam em um ritmo assegurado e conforme os padrões gerados pela própria sociedade, essa reação conservadora não se fez necessária. No entanto, ao sentir os impulsos externos do capitalismo impondo a reestruturação da sociedade, impulsionando transformações nas relações sociopolíticas articuladas a transformações da vida material, pressupondo a emergência de novas formas de vida, as ideias conservadoras emergiram e manifestaram-se contra o rompimento definitivo com a existência anterior.

Porém, no Brasil essa reação à transformação é caracterizada principalmente em oposição ao transplante do modelo capitalista europeu para essas terras, adaptação que reestruturou o país aos poucos. Não ocorreram por impulso, as transformações se deram por um processo dialético de ruptura e continuidade, no qual o novo se faz no anterior, mas é novo, e logo supera aquele que o produziu. No Brasil, como apresentado anteriormente, os liberais queriam romper com o modelo social e político antecedente partindo das modificações institucionais, pois a centralização representava

para eles o entrave para o desenvolvimento econômico. Eles lutavam por mais autonomia política e econômica e, nesse sentido, reivindicavam mudanças muito diferentes daquelas ocorridas no processo europeu.

Já para os conservadores, essa explosão das ideias liberais no Brasil, principalmente no pós-independência, representava a opressão exercida por um poder arbitrário e cruel que procurava legitimar as funções públicas de um poder privado.

É a partir daí que Alberto Torres revê algumas de suas propostas para a construção da unidade nacional. Ao observar as consequências da implantação da forma federativa norte-americana no Brasil, Alberto Torres concluiu que essa contribuiu para a consolidação da caudilhagem. No entanto, esse autor não abandona a sua herança do Iluminismo e da Revolução Francesa em suas formulações, sendo este até mesmo um ponto de discórdia entre ele e Oliveira Vianna (FERNANDES, 2010, p.103).

Seguindo ainda as orientações de Maria Fernanda Lombardi, em muitos pontos Oliveira Vianna e Alberto Torres se aproximam, mas esses pontos ligam-se a partir do diagnóstico: “o diagnóstico do Brasil parece ter sido solidamente incorporado pelo discípulo, mas não necessariamente as soluções: Torres nos parece muito mais próximo das posturas dos liberais desencantados do que de conservadores autoritários à Oliveira Vianna” (FERNANDES, 2010, p.117).

É certo afirmar que tanto Alberto Torres quanto Oliveira Vianna reconheceram a ausência de solidariedade social, bem como os particularismos das elites provinciais e apontaram o transplante de ideias e modelos institucionais estrangeiros, como um erro. No entanto, há pontos relevantes reconhecidos pelo primeiro que são desconsiderados pelo segundo em PMB-I. Pra ilustrarmos essa diferença, tomemos a questão da escravidão: apesar de reconhecer o trabalho escravo como um fenômeno

social relevante e importante para a existência autônoma do latifúndio agrário, Vianna não reconhece a importância da abolição ao apontar as alternativas para a construção do estado-nação. Já a análise de Torres está calcada de diferente modo, pois a abolição e o modelo de República Federativa, para ele, eram pensados articuladamente.

Apesar de reconhecer as implicações da abolição da escravidão optando por uma abolição gradual, Torres reconhecia que o problema não residia na moralidade do seu povo, mas na organização de sua política. Assim, Vianna aproxima-se de Torres ao constatar como um problema a organização política, mas distancia-se ao pressupor certos males sociais como consequência da falta de moralidade do povo.

Para Torres:

O desenvolvimento deste trabalho contém a melhor das lições de otimismo, conduzindo, depois de consignar e de comprovar a verdade, a estas outras conclusões animadoras, *que este nosso estado não resulta nem de uma inferioridade étnica, nem de uma degeneração da nossa gente*; e, apontando as causas físicas, sociais e históricas, que explicam, não só as nossas crises, como as razões de aparente superioridade de outros povos, propõe, depois do estudo crítico, os meios de restabelecer a nossa marcha evolutiva (TORRES, 1982, p. 17 – grifos nossos).

E para Vianna:

Essa amoralidade constitucional torna o mestiço inferior (isto é, o mestiço refratário a arianização) inapto às atitudes que exigem disciplina e continuidade. Na ordem moral ou política, na ordem econômica ou social, ele é sempre, por exigência da própria psicofisiologia, um excessivo, um instável, um irregular, um descontínuo, um subversivo (VIANNA, 1987, p.166).

Essa perspectiva distinta de “tipos humanos”, que é básica em Vianna como representante do pensamento racista, o distancia de Torres, que, ao que parece contrapunha-se a esse pessimismo, comum à época, em relação à formação racial do povo brasileiro. Sendo assim, podemos levantar uma hipótese que nos induziria a compreender também a distinção das propostas para um Estado Unitário e um Estado Federalista.

Ao que parece, o preconceito racial de Oliveira Vianna o impulsionava a negar grande parcela da população que compunha a sociedade – os mestiços –, pois o autor os compreendia como uma raça incapaz de se autodisciplinar e de se autogovernar, na medida, que para o autor, os mestiços conformavam uma “molécula de dinamite”, que poderia explodir a qualquer momento, e, portanto era necessária uma força externa para conter seus instintos anárquicos e discipliná-los em suas rebeldias.

Já para Alberto Torres;

O problema das raças, como problema de seleção social, é matéria julgada pela nossa experiência e pela experiência de outros. Nós sabemos, porque o temos verificado em cinco séculos de vida, *que as diversas variedades humanas, habitantes de nosso solo, são capazes de atingir o mais alto grau de aperfeiçoamento moral e intelectual alcançado por qualquer outra raça.* Sabemos que a sua adaptação ao meio produz uma vitalidade e uma média de longevidade e de fecundidade, melhores que as de raças tidas por superiores. Podemos afirmar que o negro puro e o índio puro são susceptíveis de se elevarem à mais alta cultura (TORRES,1982<sup>a</sup>, p.69 - grifos nosso).

É notável o valor atribuído por Torres ao povo brasileiro, o respeito à diversidade, e talvez o seu antirracismo<sup>53</sup> possa ter contribuído para a confiança no sistema de governo em que o povo exerce a soberania por intermédio dos representantes eleitos. De diferente modo pensava Vianna, que se baseia na suposição de que a sociedade civil era débil e incapaz<sup>54</sup>, necessitando por isso de um Estado forte e centralizado, capaz de civilizar a sociedade.

Por Oliveira Vianna identificar o Estado como o instrumento capaz de organizar e orientar a sociedade é que Wanderley Guilherme dos Santos (1978) lhe atribui o rótulo de *autoritário instrumental*<sup>55</sup>. Santos acredita que, para Vianna, o estágio autoritário do poder seria apenas um instrumento para se edificar uma sociedade liberal no Brasil, ou seja, seria um meio para alcançar como fim a sociedade democrática liberal, o que o diferia dos autoritários puros, como Azevedo Amaral, que viam o Estado autoritário como um fim.

Dentro dos limites de nossa avaliação, que se enquadra apenas na análise de PMB-I, não podemos explorar com profundidade a qualificação atribuída a Vianna por Wanderley, pois, seguindo os argumentos do autor em PMB-I, ele não indica como fim o alcance da sociedade democrática, apenas demonstra seu intuito de consolidar a nacionalidade e organizar a ordem legal do país; não nos apresenta essas intenções como um meio para alcançar um fim maior, mas sim como um objetivo a ser conquistado. Nesse sentido nos aproximamos da interpretação de Lamounier (1985),

---

<sup>53</sup> Com relação ao antirracismo de Alberto Torres e a contradição encontradas no pensamento do autor com relação a esse assunto, ver: COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos: Teoria Social, Anti-Racismo, Cosmopolitismo**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. SIMÕES, Teotônio. **Repensando Alberto Torres**. São Paulo, Editora Semente, 1981.

<sup>54</sup> IANNI, 1993, **Pensamento de Oliveira Vianna**, Editora da UNICAMP, p.434. IANNI, 2006, **Idéia de Brasil Moderno**, Editora Brasiliense, p.41.

<sup>55</sup> Outros autores que caracterizam Oliveira Vianna como um autoritário instrumental são Paim (1987) e Moraes (1986).

que não reconhece que para Oliveira Vianna as relações entre Estado e sociedade eram temporariamente autoritárias, tendo em vista a regulamentação de uma sociedade liberal e democrática, mas sim uma relação permanente de tutela do Estado sobre a sociedade, isso é notável principalmente por meio das propostas concretas de Vianna para a organização da sociedade e do governo no pós-1930<sup>56</sup>.

Ao reconhecer o Estado como tutor por excelência da sociedade civil, Oliveira Vianna não deixa transparecer apenas o descrédito que a ela concede, mas torna evidente que sua compreensão de nacionalismo fundava-se antes na manutenção da unidade territorial que não poderia ser alcançada, sobretudo pelo caráter gregário que apresentava, resultando em um modelo desagregador.

No entanto, dentro do que o autor considerava unidade territorial, estava presente a política, a organização social e econômica, e, para que esses elementos funcionassem harmonicamente, seria necessária a intervenção estatal. O Estado, para ele seria o grande mestre a emprestar direção à sociedade brasileira. Desta forma, o nacionalismo de Oliveira Vianna caracteriza-se como uma ideologia de Estado<sup>57</sup>.

---

<sup>56</sup> É importante ressaltar aqui que o nosso diálogo com alguns comentadores da obra de Oliveira Vianna fica limitado por nossa opção em trabalhar apenas com PMB-I. Muitos dos comentadores avaliam a obra do autor como um todo, pois algumas das ideias que foram esboçadas por Vianna em PMB-I foram fortalecidas em suas publicações posteriores, nas quais a postura autoritária e intervencionista do autor fica mais evidente, como demonstram Wanderley Guilherme dos Santos e Bolívar Lamounier em suas análises.

<sup>57</sup> Para Bolívar Lamounier (1985), o conceito de ideologia de Estado busca apresentar a inflexão do pensamento brasileiro do início do século XX, como uma resposta específica aos problemas de organização do poder, que emerge com crítica ao modelo constitucional da primeira República e que buscava influenciar nos acontecimentos. Para sistematizar a ideia de ideologia do estado Lamounier a divide em oito componentes que apresenta a natureza essencialmente política da ideologia autoritária. É importante ressaltar que a contribuição que este autor nos fornece esta na forma como ele caracteriza o pensamento autoritário, como uma ideologia de estado, entendida como “um sistema ideológico orientado no sentido de conceituar e legitimar a autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade” (LAMOUNIER, 1985, p.356). Desta forma evitaremos entrar no debate entre democracia e mercado como oposição ao estado autoritário, assim como estabelecido entre Lamounier e Wanderley Guilherme dos Santos, pois isto mudaria os rumos da proposta configurada nesta dissertação. Para interessados no debate ver: SILVA, Ricardo. **A ideologia do Estado Autoritário no Brasil**. Ed. Argos, 2004.

Em que medida ciência e ideologia se cortejam e se interpenetram? Essa é uma pergunta já feita por Renato Ortiz<sup>58</sup> referindo-se à sociologia durkheimiana, como sendo este um dos pais fundadores da disciplina. Para responder tal questão, Ortiz retoma uma observação de Raymond Aron (1967), que diz que a maioria dos sociólogos partiram da interpretação da época a que pertenceram. Percorremos a mesma vereda que Renato, mas tendo como objeto de pesquisa Oliveira Vianna.

Segundo Antonio Candido (2006), o desenvolvimento da sociologia no Brasil pode ser distinguido em dois períodos: um de 1880 a 1930, e outro depois de 1940. Ainda de acordo com Candido, com a tarefa de definir um Estado Moderno e interpretar as relações entre a vida econômica e a estrutura política, os juristas configuraram-se como os pensadores por excelência da sociedade brasileira. A preferência pelo resgate histórico valorizando os fatores naturais de cunho evolutivo formou o que se chama “fórmula bem brasileira de estudos sociais, em que a reconstrução do passado se amoldava a certos pontos de vista do presente; em que o estudo se misturava à intuição pessoal e o cientista ao retórico” (2006, p.272-273).

Candido demonstra como o evolucionismo e o positivismo ganharam espaço entre as interpretações feitas pelos intelectuais brasileiros e como esses intelectuais transitaram da fase de pura divagação, ou teorização retórica, para os estudos monográficos e análises sistemáticas da sociedade – como aqueles oferecido por Silvio Romero, que adotou os métodos da escola de Le Play, influenciando alguns pensadores brasileiros, dentre eles Oliveira Vianna.

O interessante da análise de Candido acerca do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil está no ponto em que ressalta o empenho, por parte dos pensadores

---

<sup>58</sup>ORTIZ, Renato. **Durkheim: Arquiteto e Herói fundador.** s/d. Disponível em: [http://www.anpocs.org.br/porta/publicacoes/rbcs\\_00\\_11/rbcs11\\_01.htm](http://www.anpocs.org.br/porta/publicacoes/rbcs_00_11/rbcs11_01.htm)

brasileiros, em expor necessidades e particularidades do país, tendo como objetivo final contribuir para o progresso do Brasil, ao passo que os intelectuais do final do século XIX e início do século XX foram educados num contexto em que a política se colocava na ordem do dia, e nesse sentido a sociologia aparece como a ciência que contribuiria para as futuras reformas sociais. Dessa forma:

(...) importava menos o cuidado da investigação ou o rigor da inferência do que a interpretação coerente do país no seu conjunto, para se apontarem remédios de ordem político-administrativa. A isso se chamou Sociologia entre nós (...) (CANDIDO, 1959, p.279).

A partir da constatação de que a sociologia surge no Brasil como instrumento de auxílio para a reforma social e política, podemos afirmar que ciência e a ideologia se cortejavam, ao passo que a reforma social e política foi guiada por uma ideologia em voga no período, que se utilizou do instrumento científico proporcionado pela sociologia para legitimar a mudança social.

Após a análise, ao se deparar com um Brasil desconstruído consigo próprio, ameaçado pela desordem e desunião, Oliveira Vianna, orientado por métodos científicos que embasaram sua interpretação, legitimou sua ideologia autoritária, ao propor a intervenção do Estado na sociedade sob formas específicas, como explicitado acima. Nesse sentido, em PMB-I podemos afirmar que ciência e ideologia se interpenetram.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizaremos um sucinto balanço dos argumentos desenvolvidos ao longo deste trabalho. Com o objetivo de identificar em que medida a ciência e a ideologia se cortejam e se interpenetram na análise empreendida por Oliveira Vianna em *PMB-I*, atentamos para construção do pensamento conservador e liberal no Brasil do período estudado, assim como para as propostas dessas duas perspectivas, observando como as ideias foram, por intermédio de seus representantes, atuando na realidade brasileira e construindo, ao lado de outras forças sociais uma visão sobre o Brasil.

Atualmente, após 92 anos da publicação de **Populações Meridionais do Brasil –I**, retomar a análise de Oliveira Vianna pode causar desagrado a muitos leitores, pois, ela apresenta um pensamento racista, preconceituoso, conservador e sobretudo autoritário e quase cético em relação à capacidade dos cidadãos.

No entanto, como demonstrado no primeiro capítulo, retomar a análise de Vianna, também, nos permitiu observar que tais características fazem parte da história das ideias, da política e da construção social do Brasil. Não estavam introjetadas apenas no pensamento de Oliveira Vianna; o autor apenas reflete as ideias e convicções que compunham o quadro ideológico do período. Como notou-se, não afirmamos que as duas linhas de pensamento – a conservadora e a liberal – do pós-independência eram totalmente antagônicas e lineares. Ao invés disso, observamos, que o processo de construção de ideias e as práticas correspondentes contaram com as circunstâncias sociais para que ambas ideias e práticas – se edificassem como particularidade brasileira. Note-se que, como na Europa, no Brasil o pensamento conservador nasceu em oposição ao pensamento liberal, porém, os rumos que ambos tomaram no Brasil, é distinto dos seguidos no continente europeu.

Tanto os partidários do liberalismo como os do conservadorismo, deixavam transparecer certa insegurança em suas propostas, pois não eram ideologias previamente configuradas e esclarecidas homoganeamente para ambos os grupos, posto que não eram estáticas e acompanhavam o ritmo das circunstâncias sociais não apenas nacionais, mas também internacionais.

Nesse sentido, o que mais nos chamou a atenção ao observar o ritmo de desenvolvimento dessas ideias no Brasil foi que tanto as propostas dos liberais como as dos conservadores, nutriam certo grau de autoritarismo, o que em certa medida as aproximava, e contribuiu para mover a sociedade brasileira em determinadas direções – o que poderíamos considerar como os efeitos sociais das ideias.

Os efeitos sociais das ideias configuraram uma sociedade desigual, pois as propostas de mudança para o desenvolvimento partiram do alto, ou seja, podemos detectar, aqui, aquele velho problema identificado por muitos intelectuais, que ressaltam que no Brasil os rumos seguidos para alcançar a modernidade sempre contaram com a participação das elites, que, com as rédeas do poder institucionalizado, podem legitimar suas ações. Porém, tais ações, em grande parte, estavam voltadas para a defesa de seus interesses particulares, e não dos interesses da sociedade como um todo, deixando à margem do desenvolvimento as classes menos favorecidas.

É interessante notar que essa é umas das críticas que Oliveira Vianna faz em PMB-I. No entanto, o próprio autor parece não perceber que, de certa forma, defendia o mesmo modelo de desenvolvimento, ao propor a centralização estatal e ao renegar a sociedade civil como elemento fundamental para tal desenvolvimento. E é na negação da sociedade civil, que identificamos o autoritarismo, tanto dos liberais como dos

conservadores no Brasil. Diante disso, fica a questão: como desenvolver uma nação abdicando da atuação política da maior parte da população que a compõe?

Quanto a esse ponto, percebemos que, diferente de alguns pensadores de seu tempo – que pensavam em inserir o Brasil no capitalismo moderno com o objetivo de tirá-lo da condição de atraso –, Oliveira Vianna, em PMB-I, propunha apenas caminhos para a manutenção da unidade territorial, compreendida por ele, como fenômeno essencial para a formação da nação.

Concluimos, que Vianna pensava na manutenção da unidade territorial porque, conforme demonstrado em PMB-I, e apresentado no segundo capítulo desta dissertação, ao fazer uso de instrumentos de análise fornecidos por Le Play e principalmente por seus seguidores – Tourville e Demolins –, Vianna constatou que o Brasil é um país composto por uma diversidade de regiões, cada qual com características próprias, e, para essa diversidade regional conformar-se como nação, era necessária a manutenção da unidade territorial, que só poderia ser alcançada por intermédio do estado centralizador.

Oliveira Vianna apostou nessa alternativa por acreditar que a característica lusitana que ficou como herança para os brasileiros foi a obediência ao poder central. Ao observar que desde a colônia as leis precedem a formação social, Vianna constata, ao voltar-se para o funcionamento das instituições municipais e para o período regencial, que quando ocorreu abertura para a participação política da população, mesmo que restrita às classes mais favorecidas, o que aconteceu foi a corrupção dos órgãos políticos e administrativos do governo, que eram utilizados para favorecer uma pequena parcela da sociedade, que entendia o governo do país como uma extensão da vida privada, como explicado ao longo do segundo e do terceiro capítulos. O autor de PMB-I, ressalta a importância da aristocracia rural para a formação da vida privada da

sociedade brasileira, no entanto, percebe que, quando essa aristocracia teve a oportunidade de atuar nos órgãos públicos, transferiu para esse ambiente público, os hábitos e costumes gerados no ambiente privado.

Vianna nota que tanto a classe de proprietários rurais, como a população menos favorecida tinha grande dificuldade em respeitar as autoridades locais, devido à arbitrariedade de seus representantes. Porém, o autor percebe que, quando o poder central atuou e impôs a sua presença por meio da centralização dos órgãos administrativos – como ocorrido no II Reinado –, a sociedade como um todo, independente da classificação social, acatou as regras estabelecidas.

Talvez, mais do que uma admiração por um modelo de Estado absolutista e autoritário, Oliveira Vianna, como demonstrado em PMB-I, tenha sugerido um modelo político centralizador, devido à maneira como ele se propôs a olhar a história do país. Assim, a história dos quatro primeiros séculos do Brasil, contada e analisada por Oliveira Vianna, induz o leitor menos atento à crença na alternativa por ele proposta.

**BIBLIOGRAFIA**

AZEVEDO, Fernando de. A Sociologia no Brasil.

BITTENCOURT, Andre Veiga. **Diálogos Transoceânicos: Oliveira Vianna e a Escola de Le Play**. S/D.

\_\_\_\_\_. O Brasil e sua diferenças. Dissertação de mestrado. UFRJ, 2011.

Norberto Bobbio, Nicola Matteucci, Gianfranco Pasquino. **Dicionário de Política**. Editora UnB, Brasília DF, 1998.

BOTELHO, Andre. BRASIL JUNIOR, Antonio da Silveira. **Das Sínteses Difíceis: “espírito de clã”, “cordialidade” e Estado-Nação no Brasil**. Matão, SP, Revista Matiz, v. 1, nº. 1, 2005

BOTELHO, Andre, FERREIRA, Gabriela Nunes (orgs). **Revisão do Pensamento Conservador**. São Paulo: Hucitec, 2010.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. **A família na obra de Frédéric Le Play**. Rio de Janeiro: revista Dados Vol. 45, n. 03, 2002.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do Pensamento Político Brasileiro**. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.

\_\_\_\_\_. Populações Meridionais do Brasil. P. 303. In: Introdução ao Brasil – um banquete no trópico. Editora Senac, São Paulo.

BRASIL JUNIOR, Antonio da Silveira S. HOELZ, M. **Insolidarismo e Autoritarismo em Oliveira Vianna: uma reinterpretação**. Trabalho disponível no site: [WWW.sbs2009.sbsociologia.com.br](http://WWW.sbs2009.sbsociologia.com.br). Acesso em 28/08/2009.

BRASIL JUNIOR, Antonio. **Uma Sociologia Brasileira da Ação Coletiva –Oliveira Vianna e Evaristo Moraes Filho**. Dissertação de mestrado-UFRJ. 2007.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade**. Editora UNESP, 2005.

CANDIDO, Antonio. **A sociologia no Brasil**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v.18 n.1. junho de 2006.

CARVALHO, J. M. de. **A utopia de Oliveira Vianna**. In: BASTOS, E. R.; MORAES, J. Q. de (orgs.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_. **Terra do nunca: os sonhos que nunca se realizam**. In: BETHELL, L. (org.). *Brasil: fardo do passado, promessa do futuro*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. Companhia das Letras, São Paulo, 1990.

\_\_\_\_\_. **Teatro de Sombras: A política imperial**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

\_\_\_\_\_. (Org). **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. São Paulo: Editora 34, 1999.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia a Republica**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

\_\_\_\_\_. **Introdução a Emancipação Política**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.), *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos: Teoria Social, Anti-Racismo, Cosmopolitismo**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

COSTA, Wilma Peres. **A Espada de Dâmocles**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**. Companhia das Letras, 2002.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. São Paulo. Editora Globo, 7<sup>a</sup> reimpressão 2007, 3<sup>a</sup> edição, 2001.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças Sociais no Brasil**. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, 1979.

\_\_\_\_\_. **A Revolução Burguesa no Brasil**. São Paulo: Editora Globo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Global Editora, 2008.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. **O Pensamento Político de Alberto Torres: a reforma constitucional e o Estado brasileiro**. In: FERREIRA, Gabriela Nunes. BOTELHO, André.(Orgs). *Revisão do Pensamento Conservador*. Editora Huicitec, 2010

FERREIRA, Gabriela Nunes. BOTELHO, André.(Orgs). **Revisão do Pensamento Conservador**. Editora Huicitec, 2010.

\_\_\_\_\_. **Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e Visconde de Uruguai**. São Paulo: Editora 34, 1999.

FONTANA, Felipe. **A Presença de Durkheim em Oliveira Vianna: novas contribuições ao pensamento político brasileiro**. Seminário sociologia e política da UFPR, 2011. [http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais2011/8\\_109.pdf](http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais2011/8_109.pdf)

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. São Paulo: Contraponto editora, 2009.

GUIZOT, François. **Des Conspirations et de la justice politique – De la peine de mort en matière politique**. Paris: Arthème Fayard, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Brasil Monárquico – Do Império à República**, in: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, livro 5. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

IANNI, Octavio. **A Idéia de Brasil Moderno**. São Paulo. Editora Brasiliense, 3<sup>a</sup> reimpressão 2004, 1<sup>a</sup> edição, 1992.

\_\_\_\_\_. **Estilos de pensamento.** In: RUGAI BASTOS, Élide; QUARTIM DE MORAES, João (orgs). *O pensamento de Oliveira Vianna.* Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

JÚNIOR, José Riberio. **O Brasil Monárquico em face das Repúblicas Americanas.** In: MOTA, Carlos Guilherme (org.), *Brasil em Perspectiva.* São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

LAMOUNIER, Bolívar. **Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação.** In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira.* Tomo III. V.9. São Paulo: DIFEL, 1985.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: O município e o regime representativo no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LYNCH, Christian E. C. **O pensamento conservador ibero-americano na era das independências (1808-1850).** *Lua Nova,* São Paulo, 74: 59-92, 2008.

LOURENÇO, Antonio Fernando. **Agricultura Ilustrada.** Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

MANNHEIM, Karl. **O Significado do Conservantismo.** In: FORACCHI, Marialice Mencarini (org). *Karl Mannheim.* São Paulo: Ática, 1982.

MARSON, Adalberto. **A ideologia nacionalista em Alberto Torres.** São Paulo: Duas cidades, 1987.

MELLO, Evaldo Cabral de (org). **Joaquim Nabuco Diários (1873-1910).** Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2006.

MORAES, João Quartim de. **Ideólogos Autoritários e Teorias sobre o Autoritarismo: uma Síntese Crítica,** in: *Filosofia Política* 3, Porto Alegre, LP&M. (1986).

MORSI, Richard. **O Espelho de Prospero.** São Paulo: Editora Schwarcz, 2000.

MUCCHIELLI, Laurent. **O nascimento da sociologia na universidade francesa (1880-1914).**

ORTIZ, Renato. **Arquiteto e Herói fundador**. S/D. Disponível em:

[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_11/rbcs11\\_01.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_11/rbcs11_01.htm)

PAIM, Antônio. **Oliveira Vianna e o Pensamento Autoritário no Brasil**, in: Oliveira Vianna, Instituições Políticas Brasileiras, vol. 2, Belo Horizonte, Itatiaia (1987).

\_\_\_\_\_. **História do Liberalismo Brasileiro**. São Paulo: Mandarim, 1998.

PETRUCELLI, José Luis. **Doutrinas francesas e o pensamento racial brasileiro, 1870-1930**. Art.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. **Os projetos Liberais no Brasil Império**. Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica. Rio de Janeiro: Vol.02, n.4, maio-agosto 2010, p.130-152.

PIVA, Luiz Guilherme. **Ladrilheiros e semeadores**. São Paulo. Editora 34, 1ª edição, 2000.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo. Editora Brasiliense, 15ª 1977 1ª edição 1942.

RATZEL, Friedrich. Coleção Grandes Cientistas Sociais 59, São Paulo, 1990.

RICUPERO, Bernardo. **Da formação à forma. Ainda as idéias Fora do Lugar**. Lua Nova, São Paulo, 73: 59-69, 2008.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa**. In: \_\_\_\_\_. Ordem Burguesa e Liberalismo Político. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SCHWARZ, Roberto. **As Idéias fora do lugar**. In: Ao Vencedor as Batatas. São Paulo: Editora 34, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Império em procissão: ritos e símbolos do Segundo Reinado**. Editora Zahar, 2011.

- SILVA, Lígia Osório. **Terra devolutas e latifúndio**. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.
- SIMÕES, Teotônio. **Repensando Alberto Torres**. São Paulo, Editora Semente, 1981.
- SOBRINHO, Barbosa Lima. **Presença de Alberto Torres (sua vida e pensamento)**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968.
- SOUZA, Felipe Azevedo e. **A Lei Saraiva e o Novo perfil do Eleitorado no Império**. CLIO – Revista de Pesquisa Histórica. S/D.
- TADIÉ, Alexis. **Locke**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.
- TORRES, Alberto. **O Problema Nacional Brasileiro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: Ed. UnB, 1982a [1914].
- \_\_\_\_\_. **Organização Nacional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: Ed. UnB, 1982b [1914].
- VENANCIO, Giselle Martins. **Na trama do Arquivo: A trajetória de Oliveira Vianna**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Julho de 2003.
- VERGAS, Eduardo Viana. *A Microsociologia de Gabriel Tarde*. 1994.  
[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_27/rbcs27\\_06.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_27/rbcs27_06.htm)
- VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. Belo Horizonte/Niterói: Itatiaia/UFF, vol. 1, 7ª Edição, 1987. 1ª edição: 1920.
- \_\_\_\_\_. **Evolução do Povo Brasileiro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1923.
- \_\_\_\_\_. **Raça e Assimilação**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1959.

WERNECK VIANNA, Luiz. **Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna** In: RUGAI BASTOS, Élide; QUARTIM DE MORAES, João (orgs). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

WEFFORT, Francisco. **Formação do Pensamento Político Brasileiro**. São Paulo: Ática, 2006.

WILLIANS, Raymund. **Marxismo y Literatura**. Editora: Cuarenta, 2009.